

MAURÍCIO EUGÊNIO MALISKA

O REAL COMO (IM)POSSIBILIDADE NO TEXTO SAUSSURIANO

FLORIANÓPOLIS – SC

2002

MAURÍCIO EUGÊNIO MALISKA

O REAL COMO (IM)POSSIBILIDADE NO TEXTO SAUSSURIANO

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre em
Linguística.

Programa de Pós-Graduação em Linguística.

Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Luiz Lopes da
Silva.

FLORIANÓPOLIS

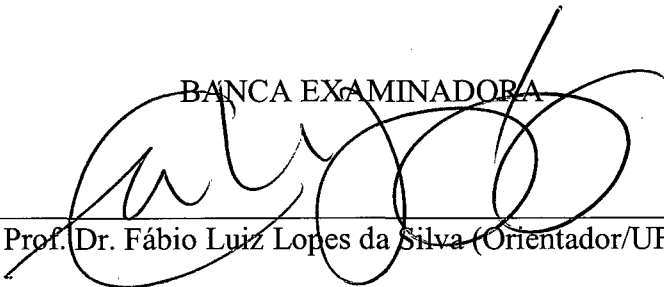
2002

O REAL COMO (IM)POSSIBILIDADE NO TEXTO SAUSSURIANO

MAURÍCIO EUGÊNIO MALISKA

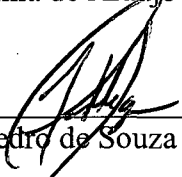
Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título de
MESTRE EM LINGÜÍSTICA

BANCA EXAMINADORA




Prof. Dr. Fábio Luiz Lopes da Silva (Orientador/UFSC)

Profª Drª Nina Virgínia de Araujo Leite (IEL/UNICAMP)



Prof. Dr. Pedro de Souza (PPLG/UFSC)

Prof. Dr. Heronides Maurílio de Melo Moura — suplente (PPLG/UFSC)



Prof. Dr. Heronides Maurílio de Melo Moura — Coordenador do PPLG/UFSC

Florianópolis, Julho de 2002.

*Aos meus pais, José Maliska Sobrinho (in
memorian) e Celina Miqueloto Maliska,
pela dedicação aos filhos, pelo exemplo de
vida, luta e perseverança.*

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística da Universidade Federal de Santa Catarina – coordenação, professores, funcionários e alunos – pela boa acolhida, pela oportunidade de formação profissional e pelo espaço concedido para o discurso interdisciplinar e o diálogo com a Psicanálise.

À Capes pelo incentivo financeiro.

Ao amigo e orientador Prof. Fábio Luiz Lopes da Silva – dentre várias coisas destaco — por me apresentar Saussure e fundamentalmente pela sua aposta incondicional na minha pessoa e no meu trabalho.

Aos professores Kanavillil Rajagopalan, Viviane Veras, Angela Vorcaro e Pedro de Souza – interlocutores importantes neste trabalho, e principalmente à Prof^a Nina Virgínia de Araújo Leite – pela sua disponibilidade em orientar-me informalmente e por sua leitura precisa e consistente.

À Maiêutica Florianópolis – seus membros e participantes — Instituição Psicanalítica através da qual faço minha aposta na letra freudiana e na transmissão da Psicanálise.

Ao meu analista, Carlos Augusto Monguillot Remor (Tuto), pela atenção flutuante.

Ao mano Marcos – em quem eu deposito os meus mais altos sentimentos de afeto, estima e consideração, e também à cunhada Sandra, que alegra a família com suas deliciosas caipirinhas nos encontros dominicais.

À minha pequena Isa – pela cumplicidade, companheirismo, carinho, incentivo e amor.

Aos amigos Emílio, Marceli, Zuleica, Feca, Luiz, Nilcéia, Jacques, Sandra, Fernanda, Sônia, Mário, Patrícia, Noel e Manchia, este último espécie em extinção no mundo moderno.

Ao amigo Rafael Andrés Villari, pelas conversas sempre muito ricas.

À Família Brandalise, através do amigo Fernando (Branda) – pela ótima estada e clima hospitaleiro com que me receberam em sua casa na cidade de Campinas – SP.

“É verdadeiramente assustador sentir atrás de mim meus trinta anos de silêncio, face à alta distinção que parece querer recompensar meu trabalho científico.”

(SAUSSURE, 1976 apud BOUQUET, 1997, p.63)

RESUMO

Esta dissertação é uma tentativa de apresentar uma leitura do Curso de Lingüística Geral permeada sobretudo pelo conceito de real em Psicanálise. Trata-se de ler o tema da origem, através da causalidade — presente de forma subentendida nos conceitos de arbitrariedade, mutabilidade, sincronia e valor, vislumbrando a relação que mantêm com o real. Para isso, utilizamos como texto base a edição publicada por Bally e Sechehaye, bem como textos de Freud e Lacan. Nossa leitura aponta para o real presente no bojo da causalidade subentendida nos conceitos já citados, chamando a atenção para a relação que mantêm com aquilo que é da ordem do impossível, com aquilo que resiste a uma inscrição no campo simbólico, com o real que não se escreve. Da arbitrariedade à teoria do valor, o real está presente na causalidade da língua em Saussure.

RÉSUMÉ

Cette dissertation est une tentative de présenter une lecture du Cours de Linguistique Générale qui est traversée surtout par le concept de réel en Psychanalyse. Il s'agit de lire le thème de l'origine, à travers de la causalité — présente d'une manière sous-entendue dans les concepts d'arbitraire, de mutabilité, de synchronie et de valeur, montrant le rapport qu'ils entretiennent avec le réel. Nous avons utilisé comme texte de base l'édition publiée par Bally et Sechehaye, tout comme les textes de Freud et Lacan. Notre lecture montre le réel présent au sein de la causalité sous-entendue dans les concepts que nous avons déjà cité, faisant l'attention pour le rapport qu'ils entretiennent avec ce qui est d'un ordre du impossible, avec ce qui résiste à l'inscription dans le champ symbolique, avec le réel qui ne s'écrit pas. De l'arbitraire à la théorie du valeur, le réel est présent dans la causalité de la langue chez Saussure.

SUMÁRIO

Introdução.....	09
Capítulo I – A causalidade no Curso de Lingüística Geral.....	13
1.1 Saussure e o Curso de Lingüística Geral.....	14
1.2 A invenção saussuriana.....	19
1.3 A questão da origem e causalidade da língua no Curso de Lingüística Geral.....	22
1.4 A arbitrariedade.....	27
1.5 O cronos, a mutabilidade e imutabilidade da língua.....	30
1.6 O valor lingüístico	35
Capítulo II – A impossibilidade é real.....	44
2.1 A causação do significante.....	44
2.2 <i>Tyche</i> e a questão da causalidade.....	50
2.3 O real e a repetição.....	58
2.4 O real e o impossível.....	61
2.5 Real: um conceito lacaniano?.....	65
Capítulo III – O real é a marca da (im)possibilidade no Curso de Lingüística Geral...	71
3.1 Da natureza à convenção social: o real se faz presente.....	72
3.2 Da arbitrariedade à mutabilidade: o real é o irreduzível.....	76
3.3 Da mutabilidade à sincronia: a persistência do real.....	84
3.4 Por fim ... o valor é marcado pelo real.....	88
Considerações Finais.....	93
Referências Bibliográficas.....	95

INTRODUÇÃO

As possíveis articulações teóricas entre Lingüística e Psicanálise já percorreram diversos e diferentes caminhos. Não é nenhuma novidade dizer que Psicanálise e Lingüística são campos do saber passíveis de cruzamentos, convergências e também divergências. Tem-se uma certa tradição de trabalhos produzidos a partir do debate entre esses dois campos, tratando-se não só de teses e dissertações de pós-graduação, como também de seminários, livros, conferências e aulas a respeito. Estes debates se verificam no meio acadêmico, como também nas instituições psicanalíticas, através de seminários, cartéis¹, grupos de estudos, cursos e outros.

Podemos considerar que as relações entre Lingüística e Psicanálise já estão postas desde Freud: em diversos trabalhos há relação com a linguagem, tal como nos seus artigos sobre afasia, na inovação da *Talking Cure*, posteriormente na abordagem do relato dos sonhos e do poder da palavra na formação dos chiste e dos atos falhos. Mas a fronteira entre Lingüística e Psicanálise ainda não estava, de todo modo, estabelecida com Freud, mesmo porque a Lingüística no início do século XX ainda era centrada numa gramática comparativa. O laço fronteiro entre Lingüística e Psicanálise tomou forma e conteúdo um pouco mais tarde: foi a partir dos seminários de Jacques Lacan, que retomou os postulados freudianos, apresentando uma leitura inovadora das concepções sobre o inconsciente ao relacioná-lo com a linguagem. Para isso utilizou-se de lingüistas, tais como Jakobson e Saussure, que de uma ou outra forma contribuíram para fundamentar a hipótese de que “O inconsciente é estruturado como uma linguagem”².

Lacan, por certo, foi muito influenciado pelas idéias de Saussure, principalmente no final dos anos 50 e início dos 60, momento em que se dedicou com maior intensidade ao registro simbólico da experiência psíquica. A apropriação que fez de Saussure causou, na Lingüística, a simpatia de uns e a repugnância de outros, pelo fato de que Lacan tomou

¹ Dispositivo de Transmissão da Psicanálise proposto por Lacan, cujo o sentido podemos grosseiramente resumir dizendo que se trata de uma modalidade de estudo em que convergem três ou quatro pessoas em torno de um tema de interesse comum. Há no Cartel uma produção singular permeada pelo desejo de cada um na investigação do tema. Há também a figura do “mais-um”, um elemento a mais no grupo que terá função de zelar pelo bom andamento do trabalho e da produção.

² Aforismo lacaniano que sustenta boa parte de sua teoria. Não é nosso intuito aprofundarmo-nos neste aforismo; estamos apenas contextualizando a importância da linguagem na Psicanálise.

Saussure em sua complexidade para transformá-lo numa outra coisa dentro da teoria psicanalítica. Em particular, subverteu o signo lingüístico saussuriano, deslocando-o para o interior do terreno inconsciente. Esta “transformação” que fez Lacan, a qual podemos apreciar com vigor no texto “A Instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud” (1966), foi causa de muitas discussões que mobilizaram esses dois campos, gerando diversos trabalhos e avanços tanto no campo lingüístico quanto no psicanalítico.

Parece ser característico de Lacan usufruir de algo para em seguida quebrá-lo, destruí-lo, ao modo de uma criança que quebra seus brinquedos à medida que vai crescendo. Assim fez com Wallon a respeito do Estágio do Espelho e da constituição do Imaginário, e da mesma forma com Saussure, no inconsciente simbólico e na postulação da linguagem como condição do inconsciente. Deixa então como um dos resultados finais, aos olhos da Psicanálise, um Saussure que teve uma influência parcial sobre a Psicanálise por um determinado período de tempo e num certo recorte da teoria psicanalítica, e depois foi superado pelo próprio Lacan, quando este parte então para aproximações com a matemática e a topologia. Aos olhos da Lingüística, encontramos um Saussure estampado num livro de história, quase como herói nacional, alguém que teve uma importância teórica fundadora dentro do cenário lingüístico, mas que também foi superado por outros que o sucederam e que são objeto de pesquisa e filiação teórica com maior frequência atualmente dentro do campo lingüístico, tendo Saussure apenas sua validade enquanto introdutor da Lingüística no século XX. Ora, não haveria final mais lamentável para um pensador tão expressivo como Saussure — de um lado, travestido e depois superado pela Psicanálise; de outro, uma estátua no *hall* de entrada de um museu lingüístico.

Parece-me que esta pequena introdução não traz nada de novo; na verdade, tive a impressão de estar “chovendo no molhado”, pois isso que expus até o momento acredito ser do conhecimento de todos. Da mesma forma acredito ter contemplado os prolegômenos de um breve apanhado histórico situando, minimamente, os diálogos entre Lingüística e Psicanálise. Faço isso para poder apresentar, ao caro leitor, o que faço público como intuito deste trabalho e objeto de pesquisa. O que lhes trago, e que poderá ser apreciado ao longo das páginas que seguem, é simples e modesto, causando-me inclusive questionamentos acerca de sua relevância teórica. O que será apresentado no decorrer destas páginas, e que poderá ser apreciado pelo leitor, não é um resgate, mas sim a proposta de uma leitura do

Curso de Lingüística Geral (CLG) que pretende colocar Saussure no lugar que é seu desde seus cursos em Genebra, no início do século XX. Em particular, trata-se de propor, a partir da concepção de real em Lacan, uma releitura do CLG desde um Outro lugar, para recortar os empreendimentos saussurianos acerca daquilo que causa a língua (tema que, como veremos, surge sobretudo nas reflexões de Saussure sobre a origem da língua, a arbitrariedade e a teoria do valor).

O que o prezado leitor encontrará neste texto é, em poucas palavras, uma leitura do Curso de Lingüística Geral que tenta localizar, ao modo de um mapeamento, a questão daquilo que causa a língua nos diversos conceitos e metáforas utilizados por Saussure para definir o objeto língua. Feito esse “mapeamento”, pretendemos apresentá-lo sob a luz do conceito de real, tentando estabelecer algumas relações entre a causalidade da língua e o real, dentre elas a hipótese de a causalidade ser de ordem real. Ou seja, a causa não expressa algo que é uma relação causal clássica, em que para cada causa há um efeito, e sim expressa um impossível, por ser ela o encontro com a falta, rompendo com a relação causa — efeito. A causa é, portanto, impossível de ser dita no todo. É disso que estaremos tratando aqui com vistas ao real.

Para uma leitura agradável e prazerosa, apostamos na divisão do texto em três capítulos. O primeiro trata inicialmente de contextualizar Saussure e os cursos por ele conferidos na Universidade de Genebra entre 1907 e 1911, apresentando a edição publicada por Bally e Sechehaye sob o título de Curso de Lingüística Geral. Posteriormente, trataremos da origem, enquanto causalidade, presente nos conceitos de mutabilidade, sincronia, arbitrariedade e valor, situando em cada um desses conceitos a sua relação com a causalidade da língua.

O segundo capítulo destina-se, quase que exclusivamente, a apresentar o conceito de real, formulado por Lacan, — pois ele é, para nós, um instrumento de fundamental importância na leitura que pretendemos operar sobre o CLG — somente em parte, evidentemente, pois bem sabemos que ele é “aquilo que não cessa de não se escrever”. Ora, através deste aforismo, Lacan definitivamente consagra o real ao campo do indizível, de modo que só pode ser apresentado em partes, pelas bordas, pois está referido a um impossível de ser nominado, aquilo que é marcado radicalmente pela falta. É com esta

“característica” que priorizamos sua apresentação neste capítulo, bem como sua operação de leitura nesta dissertação.

O terceiro capítulo é uma articulação dos dois precedentes; tenta promover a idéia de que a causalidade presente no texto saussuriano é de ordem real, pois a causalidade retém relações com aquilo que é do impossível, com o indizível, com uma ordem que não se encontra codificada nem no registro imaginário, tampouco no simbólico, e sim no real. Desta forma, a causalidade que encontramos no CLG é de ordem real, o que dimensiona o texto de Saussure para um outro lugar, o do impossível. Mas é também através deste impossível que nos é possível operar esta leitura em Saussure, proporcionando-lhe, através de Lacan, a configuração de um outro estado para a questão da origem e causalidade da língua no CLG.

CAPÍTULO I

A causalidade no Curso de Lingüística Geral

Um dia haverá um livro especial e muito interessante a ser escrito sobre o papel das palavras como principal perturbador da ciência das palavras. (SAUSSURE apud BOUQUET, 1997, p.71)

Neste capítulo, iremos propor uma leitura do Curso de Lingüística Geral que tente mapear minimamente o tratamento dado por Saussure aos conceitos de origem e causalidade da língua. Para isso tomamos como opção fundamental de leitura a origem não no sentido empírico, ou a origem dos fatos da língua, e sim a origem numa vertente que a estende até a causalidade da língua — causalidade esta presente, virtualmente, na formulação dos principais conceitos da teoria saussuriana: arbitrariedade, valor, sincronia e mutabilidade. Nosso trabalho parte do pressuposto de que a língua é uma invenção saussuriana, por ter sido Saussure quem deu forma e consistência teórica a esta, assim como um estatuto epistemológico. A invenção saussuriana possibilitou o entendimento do conceito de língua enquanto uma estrutura teórica e possibilita agora que nossa leitura não mantenha relações, ao menos imediatas, com a empiria dos fatos lingüísticos.

Começaremos com um breve apanhado que tenta contextualizar o Curso de Lingüística Geral. Em seguida, especificaremos o que foi a invenção saussuriana, para então podermos discutir as questões de origem e causalidade da língua presentes no Curso de Lingüística Geral, mais especificamente nos conceitos de mutabilidade, sincronia, arbitrariedade e valor lingüístico.

1.1 Saussure e o Curso de Lingüística Geral

Saussure é oriundo de uma família de acadêmicos e estudiosos no campo da ciência. Entre seus ancestrais, Claudine Normand (2000, p.05), no livro intitulado “Saussure”, destaca, por exemplo, “Horace Benedict, professeur de philosophie et de sciences naturelles à l’Académie de Genève.”¹ O avô, assim como o pai de Ferdinand, eram igualmente homens das ciências naturais, ramo do conhecimento que importava menos para Saussure.

Saussure mostra-se, desde muito cedo, promissor e inovador, um jovem de futuro brilhante. Nasceu no ano de 1857, em Genebra, cidade onde viveu boa parte de sua vida e que assistiu ao parto de um intelectual à frente de seu tempo. Foi o promotor de toda uma geração de pensadores que iriam provocar uma guinada no pensamento acadêmico². A partir de Saussure, a Lingüística não é mais a mesma, o que o torna um protagonista dentro do cenário lingüístico.

A paixão pelo desconhecido sempre foi a mola propulsora de Saussure. Desde muito jovem, as questões enigmáticas presentes nas línguas de modo particular e na linguagem de modo geral encantavam-no ao mesmo tempo em que o impulsionavam a ler entusiasticamente a história dos povos e os estudos de etimologia. A possibilidade de uma ou duas sílabas sânscritas recuperar a vida dos povos desaparecidos inflava o jovem com entusiasmo, tal como ele relata:

A idéia de ser possível , com a ajuda de uma ou duas sílabas sânscritas – pois essa era a idéia do livro e de toda a lingüística da época, — recuperar a vida dos povos desaparecidos me inflava com um entusiasmo sem igual em sua ingenuidade; e não tenho lembranças mais deliciosas ou mais verdadeiras de prazer lingüístico do que aquelas que me vêm ainda hoje em lufadas dessa leitura da infância.
(SAUSSURE, apud BOUQUET, 1997, p.58)

Autodidata de sânscrito, conhecedor profundo do gótico, latim e grego, Saussure teve uma vida solitária e silenciosa, sem ter escrito um único livro. Em 1910, quando foi eleito correspondente do *Institut de France*, numa carta a Louis Havet, escreve: “É verdadeiramente assustador sentir atrás de mim meus trinta anos de silêncio, face à alta

¹ “Horace Benedict, professor de filosofia e de ciências naturais na Universidade de Genebra.” Tradução nossa.

² Saussure foi um dos promotores do Estruturalismo, corrente de pensamento que propõe um entendimento estrutural seja do sujeito, da sociedade, da linguagem, etc.

distinção que parece querer recompensar meu trabalho científico” (SAUSSURE, apud BOUQUET, 1997, p.63).

Saussure armazenou um vasto conhecimento de línguas, o que o faz em 1881 professor da *Ecole des Hautes Etudes* em Paris, assim como Secretário Adjunto da Sociedade de Lingüística em 1882. Em 1878, publica *Mémoire sur le système primitif des voyelles dans les langues indo-européennes*, obra inovadora na gramática comparativa e que faz a notoriedade de seu nome entre seus contemporâneos. No dizer de Antoine Meillet (apud BOUQUET, 1997, p.61): “o mais belo livro de gramática comparada já escrito”. De volta a Genebra em 1891, Saussure mantém sua pesquisa sobre os Anagramas de forma quase secreta e desenvolve três cursos sobre Lingüística Geral na Universidade de Genebra — no período de 16 de Janeiro a 3 de Julho de 1907, de novembro de 1908 a 24 de Junho de 1909 e de 29 de Outubro de 1910 a 4 de Julho de 1911 — que são interrompidos em função da doença que culmina na sua morte em fevereiro de 1913.

Em relação aos cursos que proferiu, consta que ele dispunha de anotações nos alfarrábios que mantinha sobre a mesa. De resto, expunha suas idéias de forma a fazer de seus ouvintes instrumentos de medida de suas considerações. O jovem genebrino morreu sem ter concluído suas idéias e sem ter publicado, em letra impressa, suas hipóteses. Anos mais tarde, seus discípulos Charles Bally e Albert Sechehaye³, na tentativa de homenagear o saudoso mestre tão precocemente levado pela morte, publicam em 1916, a partir de notas dos alunos, o que se tornaria um dos mais importantes livros dentro da história da Lingüística, um divisor de águas entre a Gramática Comparativa e a Lingüística do século XX, o Curso de Lingüística Geral (CLG).

O Curso de Lingüística Geral é sem dúvida alguma um livro muito usado e trabalhado. Arrisco-me a dizer que o nome de Saussure confunde-se, em certa medida, com o do CLG, devido à difusão do pensamento saussuriano no ocidente através do CLG. Mas isso também não é consenso; há quem exponha a existência de dois Saussure, o do CLG e o dos anagramas, inclusive utilizando expressões como o Saussure diurno (CLG) e o noturno (anagramas). A dicotomia é justamente uma forma de opor o Saussure cientista, que busca esboçar um modelo epistemológico para a Lingüística, e o visionário, que passa

³ Bally e Sechehaye nunca foram alunos de Saussure, mas tiveram a colaboração próxima de um ex-aluno chamado Albert Riedlinger.

noites em claro decifrando loucamente a escuridão dos anagramas, as glossalalias, o símbolo em Niebelungent.

Nosso posicionamento frente a essa questão leva-nos a reconhecer a importância do tesouro anagramático, mas também leva-nos a propor que o Saussure “noturno” está também presente e atuante no CLG, ao ponto de ser impossível o seu completo recalçamento. Então, iremos trabalhar com esse Saussure cindido, paradoxal, que faz do CLG sua obra por excelência.

É importante dissertar um pouco sobre a própria origem do texto que é objeto de nosso estudo. O mesmo livro que fez a glória póstuma de Saussure — por ter difundido os cursos por ele conferidos entre 1907 e 1911 na Universidade de Genebra, na época restritos a um pequeno número de alunos — também traz algo de enigmático, por levar o nome de Saussure a um escrito que não saiu de sua pena. Assim, o CLG recebe um estatuto quase que “bastardo” quanto à sua elaboração, trazendo questionamentos em relação à fidelidade aos verdadeiros propósitos do pensamento saussuriano.

Foi levando em conta esses questionamentos em relação ao CLG que autores como Tulio de Mauro, Robert Godel e Simon Bouquet, por exemplo, propuseram outros entendimentos do ensinamento de Saussure. A versão de Godel (1969) se opõe em diversos aspectos ao livro de Bally e Sechehaye; dentre eles, faz contrapontos em relação à uniformização dos assuntos na obra. Na edição comentada de Godel (1969), *Les sources manuscrites du Cours de Linguistique Générale*, para ilustrar um pouco, o capítulo sobre a definição da língua encontra-se no final do livro, pois, segundo Godel (1969), esse item foi o último a ser trabalhado por Saussure. Já no CLG, é um dos primeiros tópicos a serem expostos. Em Simon Bouquet (1997), encontramos a crítica a Bally e Sechehaye por supostamente falsearem o pensamento saussuriano no que concerne a dois aspectos: primeiro, por organizarem o texto segundo a lógica de um sistema acabado, o que segundo este autor não condiz com as notas dos alunos e os manuscritos de Saussure; segundo, por ordenarem um discurso homogêneo de uma pura epistemologia programática da ciência da linguagem⁴.

⁴ A crítica de Bouquet (1997), refere-se, resumidamente, a uma lógica de pensamento que foi imposta por Bally e Sechehaye ao texto e que supostamente não condiz com as notas e os manuscritos, pois estes últimos, para Bouquet (1997, p.14), testemunham o contrário, demonstram “...um pensamento formado por pinceladas separadas, que chega, em seus desenvolvimentos mais precisos, a assumir a forma de aforismos.” O que não significa dizer que não haja um sistema elaborado ao longo do pensamento saussuriano. Bouquet apenas

De uma forma ou de outra, o importante é que, por um lado, temos o reconhecimento de Bally e Sechehaye pela síntese magistral que promovem ao propagar as idéias de Saussure; por outro, a crítica sobre a maneira como fazem essa síntese, ou seja, a crítica por tornarem o CLG um texto “arredondado” e não condizente com as notas e manuscritos. De todo modo, a nossa posição frente a essa questão não é a de dar privilégio a uma ou outra dessas versões; tampouco trata-se de estabelecer graus de hierarquia ou preferência frente a esses textos. Antes, o que marcaremos aqui é o propósito de desenvolver o trabalho sobre a edição publicada por Bally e Sechehaye, pelo simples fato de esta versão ser a mais difundida, e promover uma imagem de Saussure que, ao contrário do que afirmam alguns autores, não constitui uma completa ocultação do pensamento saussuriano e sim a homenagem que Bally e Sechehaye conseguiram fazer ao mestre. Faremos, à medida que se tornar necessário, observações e notas com referência às demais edições, porém sem tentar resgatar o verdadeiro Saussure, tal como um náufrago no fundo do mar, pois questiono-me inclusive sobre a possibilidade de haver um verdadeiro Saussure. Nosso trabalho não se propõe a ser uma filologia de Saussure, mesmo porque tal proposta demandaria uma pesquisa monumental e, mesmo assim, seria somente mais uma versão de Saussure, e não a versão, como um veredicto final acerca da palavra saussuriana. Nosso intuito é simplesmente o de trabalhar com um recorte na teoria saussuriana, lido a partir da perspectiva psicanalítica. Trata-se enfim de passar em revista conceitos tais como arbitrariedade, causalidade e origem, presentes no Curso de Lingüística Geral, utilizando como ferramenta a teoria psicanalítica, basicamente a partir de textos de Freud e Lacan.

Estamos frente a um texto que reflete a preocupação exacerbada de seu autor para com o rigor científico e a veracidade de suas hipóteses. Saussure, até mesmo por uma herança de família, tinha para consigo o rigor de um pensador de seu tempo, marcado pelo positivismo, que dominava o cenário intelectual da época. O CLG torna-se um texto fundador por apresentar o esboço de uma ciência no corpo de uma prática já estabelecida. A invenção saussuriana inovou por apresentar e procurar justificar epistemologicamente outra forma do fazer ciência na Lingüística.

sustenta que a lógica que rege o CLG não é a de Saussure, pois transforma as idéias do mestre genebrino num sistema acabado e organizado que exprime uma homogênea e, na visão de Bouquet, falsa epistemologia saussuriana.

O CLG proporcionou a definição de um objeto de estudo para a Linguística. Saussure tentava dar conta dessa definição, o que não era pouca coisa. A começar pela natureza desse objeto, que, diferentemente do que acontece em outras ciências, não é dado previamente. “Outras ciências trabalham com objetos dados previamente e que se podem considerar, em seguida, de vários pontos de vista; em nosso campo, nada de semelhante ocorre” (SAUSSURE,1983,p.15). Some-se a isso toda a questão das terminologias com as quais Saussure trabalhava, assim como a incerteza diante de idéias até então novas, e ainda todo o rigor acadêmico no qual estava inserido nosso personagem. Não é à toa que o CLG é recheado de avanços, recuos, afirmações, incertezas, titubeações. A filosofia da linguagem em diálogo com epistemologia, com a metafísica, com a semiologia, com a fonologia e com a gramática comparativa, realmente só podia ser possível para um epistemólogo como Saussure.

O CLG assim como as anotações sobre os anagramas são verdadeiros achados da invenção saussuriana. Atravessados pela obscuridade de seus objetos e pela inquietude de seu autor, constituem-se em retratos fiéis da luta incessante deste com a decifração da esfinge. A paixão pelo saber faz de nosso personagem um desbravador do campo científico, um aventureiro em terras desconhecidas, quiçá jamais imaginadas. O desconhecido se faz presente na ponta de sua pena, o faz perturbado com seus questionamentos acerca da causalidade da língua, da arbitrariedade do signo, do valor lingüístico, da sincronia/diacronia, da mutabilidade/imutabilidade do signo. Não se trata de dois Saussure, um em cada obra; para nós, são dois Saussure presentes nas duas obras, mas dois que são um só, é um dividido, cindido, seccionado — não dois no sentido da alteridade, e sim um dividido.

Acredito que a possível tentativa de apagar a fenda existente no CLG através da aparente homogeneidade e tranquilidade das idéias de Saussure foi, em larga medida, frustrada por fazer perder a riqueza do texto, situada nas contradições que se colocavam frente ao mestre. Prefiro dizer que o tesouro saussuriano reside justamente aí onde ele foi suturado. Tentaremos ler o inter-dito saussuriano a fim de valorizar a dicotomia e as contradições aí presentes.

Saussure embrenha-se numa tarefa um tanto quanto árdua ao promover os cursos de Linguística Geral, mas a torna o seu desafio, o seu limite de tratar de questões acerca de

uma definição do objeto lingüístico, da origem da língua, da relação de valores, da arbitrariedade. Enfim, é o pensador testando-se acima de tudo, para então poder estabelecer um postulado epistemológico, fazer ciência.

1.2 A invenção saussuriana

O Curso de Lingüística Geral foi para a época, dentre outras coisas, uma tentativa de estabelecer um novo estatuto epistemológico para a ciência Lingüística. Até então havia um alto rigor em relação às pesquisas de gramática comparativa, mas não havia ainda uma teoria lingüística que desse inteiramente conta da definição de um objeto no campo da linguagem, pois com a comparação chegava-se a muitos postulados e regras gramaticais, porém faltava algo que desse coesão definitiva a estas formulações.

Um dos trabalhos da gramática comparativa consistia em estabelecer regras de funcionamento das línguas, a ponto de ser possível a reconstituição de línguas ditas mortas ou em desuso, buscando-se regras de uniformidade entre elas ou mesmo pistas que explicassem em que medida uma determinada língua influenciava diversas outras.

Era, na verdade, um grande quebra-cabeça que os teóricos da época tentavam montar peça por peça, um trabalho filológico que requeria um tratamento muito peculiar dos dados. A intenção não era buscar a origem da língua ou das línguas⁵, mas uma certa explicação do estado ou funcionamento atual da língua e a relação de uma língua com outra. Desse modo, estava presente, ainda que subentendida, uma certa relação de causalidade das línguas, que de uma forma ou de outra remetia à questão da origem, nem que fosse por um caminho interpretativo. A rigor, era uma certa noção de história – evolutiva, linear – que punha o tema da origem, ainda que virtualmente, no horizonte.

Saussure propõe a postulação estrutural do que seria uma língua, e tal estrutura estaria situada num plano para além da empiria dos fatos da língua. Ele busca então uma definição, um conceito de língua no intuito de se chegar a uma estrutura teórica a respeito

⁵ A questão da origem da língua era por muitas vezes tratada como tabu – testemunha disso é o artigo II dos estatutos de 1866 da *Société de Linguistique de Paris* (apud BOUQUET, 1997, p.119) que proibia os membros da sociedade de qualquer comunicação sobre as questões da língua universal e a origem das línguas.

da língua⁶ — um conceito, e não um objeto empírico. Salientamos a importância da noção de estrutura na formulação dessa língua conceitual, por assim dizer, que é um conceito, um lugar teórico, que não mantém relação, ao menos imediata, com a realidade ou a empiria. Para Saussure, o estudo da origem da língua, enquanto um fato, não difere das condições permanentes dessa e em nada auxilia para o entendimento da questão: “[...] é uma idéia bastante falsa crer que em matéria de linguagem o problema das origens difira do das condições permanentes; não se saíra do círculo vicioso, então.” (SAUSSURE, 1983, p.16) Ou ainda: “Eis por que a questão da origem da linguagem não tem a importância que geralmente se lhe atribui.” (SAUSSURE, 1983, p.86). Desta forma, não é da origem empírica que Saussure trata em seu texto.

Saussure não estabelece “uma língua”, por isso desconsidera a origem fatural, mas “a língua”, ou seja, uma definição acerca da língua enquanto um objeto teórico, um conceito. Aqui me parece ser o momento de mudança em face da gramática comparativa, para emergência de uma “nova” Lingüística, a invenção da língua implica uma outra forma do fazer lingüístico.

O que Saussure opera é a invenção de um postulado teórico, mas, ao fazer isso, promove uma discursividade tal que é impossível haver língua antes de Saussure. No sentido do termo que estaremos tratando aqui, a língua foi inventada por Saussure. Não estamos fazendo filologia com as línguas existentes, estamos tratando da língua como um conceito e este Saussure, sem saber, o inventou, analogamente a Freud quando inventa o inconsciente⁷.

Sustentaremos a hipótese da invenção saussuriana da língua fazendo uma analogia com a invenção freudiana do inconsciente. Assim como toda analogia, esta em alguma medida também é parcial, pois tenta uma aproximação mais ou menos forçada entre dois conceitos aparentemente estranhos um ao outro: língua e inconsciente. No que tange o inconsciente, o que celebramos com fervor é o invento freudiano, que possibilita a prática

⁶ A língua que estamos considerando aqui, e em muitos outros momentos no decorrer do texto, não se refere à língua enquanto uma realidade de fatos lingüístico, e sim à língua enquanto um conceito teórico, um objeto conceitual (não empírico) da Lingüística e, neste sentido, uma estrutura inventada por Saussure que possibilita um outro postulado epistemológico para a ciência Lingüística.

⁷ Havia muitas teorias sobre o inconsciente antes de Freud, porém eram de uma outra natureza. Freud propõe um inconsciente até então jamais pensado e, neste sentido, inventa-o, de forma que podemos encontrá-lo a partir de uma leitura retroativa (desde Freud) em obras literárias como Hamlet e Édipo Rei.

da Psicanálise; é a partir de Freud que o inconsciente se faz presente. Este é o invento inaugural da Psicanálise; e é a Freud que devemos esse legado, pois bem sabemos que os ditos sobre o inconsciente antes de Freud eram de uma outra ordem. O que Freud fez foi esboçar um sistema de funcionamento do aparelho psíquico oriundo da escuta às histéricas de sua época; ou seja, através da escuta, foi capaz de inventar uma estrutura, na tentativa de dar conta dos sofrimentos da alma. O que Freud inventou é universalizado, valendo para todo espaço e tempo. Este é o invento comemorativo da instalação da peste⁸ no mundo. Para Freud (1914, v.14, p.179), as hipóteses sobre o inconsciente “[...] nada mais exprimem do que ilustrações gráficas”. Evidentemente, estas “ilustrações gráficas” provocaram efeitos na prática psicanalítica que, como veremos no segundo capítulo, são da ordem do real⁹. Em relação a Saussure, este inventou uma teoria, um conceito que esboça uma estrutura de língua; ou seja, um invento simbólico, que tem como um dos efeitos, tocar, por mais sutilmente que seja, num registro real. Nesse sentido, a invenção saussuriana assemelha-se à freudiana, nos seguintes aspectos: mantém relações com o real¹⁰, tem um caráter teórico e conceitual, é marcada pelo caráter estrutural, e é invariável e universal.

O inconsciente não é uma realidade empírica, palpável, que está dentro da “cabeça” das pessoas; ao contrário, é um conceito. Da mesma forma, a língua saussuriana é um conceito; não é uma língua específica, particular, empírica. Saussure estabeleceu para a língua um estatuto que não se refere à realidade dos fatos da língua, à materialidade, é uma pura epistemologia da ciência da linguagem, assim como as hipóteses sobre o inconsciente nada mais exprimem, para Freud, do que “ilustrações gráficas”. Há nessas invenções uma construção no simbólico ou na teoria que não estabelece, necessariamente, laços com a realidade. A partir do conceito de real, formulado por Lacan, podemos retroativamente ler tais invenções sob a luz desse conceito, e apreciar suas relações, embora que um tanto quanto forçadas¹¹, com o real. Podemos afirmar com segurança que, se o sujeito não é mais

⁸ Metáfora utilizada pelo próprio Freud (informação verbal) ao desembarcar nos Estados Unidos para uma conferência. Disse ele se referindo a Psicanálise: “Trago-lhes a peste”.

⁹ Toda menção ao real neste texto refere-se ao conceito de real desenvolvido por Jacques Lacan, o qual iremos nos dedicar, com melhor atenção, no segundo capítulo desta dissertação.

¹⁰ Estas relações serão apresentadas no Capítulo III desta dissertação.

¹¹ Ver adiante, no Capítulo II, a noção de “forçage”.

o mesmo depois de Freud, a concepção de língua, e por extensão a Lingüística, não são mais as mesmas depois de Saussure.

A invenção saussuriana não diz respeito a uma língua em uma determinada época. É uma estrutura teórica invariável e universal.¹² Ora, isso nos diz que pensar a língua e a linguagem atualmente é pensar de uma forma saussuriana, porque Saussure estabeleceu uma marca dentro da Lingüística que afeta a todos, evidentemente não da mesma forma, mas o importante é a impossibilidade de passar despercebido frente a Saussure.

Podemos considerar que Saussure propõe uma Lingüística geral que serve de base para qualquer Lingüística específica. Saussure não estuda mais uma língua específica, tal como fazia no *Mémoire sur le système primitif des voyelles dans les langues indo-européennes*, mas estuda então uma língua geral e conceitual, provocando um novo estado de ciência para a Lingüística e causando uma mudança na história desta ciência. Neste sentido, a epistemologia tem o nome de Saussure em sua ata.

1.3 A questão da origem e causalidade da língua no Curso de Lingüística Geral

A questão da origem da língua agora nos coloca em outra dimensão. A origem não mais no sentido filogenético, em que a origem dos fatos e os dados empíricos nos levariam ao princípio das línguas, o início em que tudo começou. Essa origem realmente é mítica e somente pode ser concebida enquanto tal, não se tem como ir ao âmago da linguagem, isso iria requerer também a essência da linguagem, e, se esta tem alguma essência, a desconhecemos por completo. Trata-se então de estudar a causalidade presente nos conceitos de mutabilidade, de arbitrariedade, de sincronia e de valor. Enfim, não é a origem de uma língua ou da linguagem. O estatuto no qual estabelecemos nosso trabalho daqui em diante não guarda semelhança alguma com o trabalho filológico. Muito pelo contrário, o que iremos propor nas linhas que se seguem e no decorrer de todo o trabalho é estender o conceito de origem e causalidade da língua às suas últimas conseqüências, chegando ao

¹² A estrutura do invento saussuriano, se pensamo-la como estrutura universal, pode ser comparada com a estrutura da interdição do incesto em Lévi-Strauss.

encontro com o real — em Psicanálise — como a (im)possibilidade do Curso de Lingüística Geral.

Partimos então para o tratamento que Saussure dá a questão da origem tentando localizar o posicionamento do autor frente a essa questão no decorrer do texto. Em vários momentos do CLG, podemos perceber a importância e a enorme interrogação que pairam acerca da origem e causalidade da língua¹³. A título de exemplificação, irei citar somente algumas passagens. Já a partir da página 15, encontramos: “Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto” (SAUSSURE, 1983, p.15); “[...] é uma idéia bastante falsa crer que em matéria de linguagem o problema das origens difira do das condições permanentes; não se saíra do círculo vicioso, então.” (SAUSSURE, 1983, p.16); “A língua ao contrário é um todo por si [...]” (SAUSSURE, 1983, p.17); “Eis por que a questão da origem da linguagem não tem a importância que geralmente se lhe atribui.” (SAUSSURE, 1983, p.86). Essas passagens constituem uma pequena ilustração dos questionamentos de Saussure acerca da questão da origem e da causalidade, e o conflito no qual ele se coloca ao encontrar-se com a hiância fundante da origem, que é tomada em outros campos como mítica, fantasmagórica, especulativa, crencitiva. Em Saussure encontraremos uma sinestesia de avanços, recuos, negações, objeções, que traduzem em certa medida o encontro com a castração, ou, como lembra Freud (informação verbal): “a rocha viva da castração”. Encontro esse inevitável nas investigações de Saussure, o que causa nele as conturbações de um cientista. Frente a essa hiância está a impossibilidade.

Eis o Curso de Lingüística Geral, e cá estamos frente a esse (des)conhecido texto, que nos faz retornar de tempos em tempos a um dos mais enigmáticos, na nossa opinião, autores do século passado. Vejamos então o Capítulo III do Curso de Lingüística Geral (CLG), intitulado: “Objeto da Lingüística.” Saussure, antes mesmo de tentar uma definição de língua, limita-se a esclarecer as dificuldades presentes na pergunta sobre o objeto da Lingüística. Mal sabia ele o agravamento e a problematização que estava promovendo, e que, ao tentar esclarecer as dificuldades, obscurecia as possibilidades de visualizar o objeto da Lingüística, se é que podemos visualizá-lo. Dada a dificuldade da questão, como aliás já

¹³ Não podemos esquecer toda a tradição comparatista herdada por Saussure, e o impasse que é para ele trabalhar a questão da origem.

vimos, Saussure parte do pressuposto de que a Lingüística, diferentemente de outras ciências, não tem um objeto prévio e concreto, e que, diante de uma determinada palavra, poderemos encontrar coisas diferentes, conforme a maneira pela qual consideremos essa mesma palavra. E, para nossa satisfação¹⁴, declara: “[...] o ponto de vista cria o objeto”¹⁵ (SAUSSURE, 1983, p.15); afirmação que lhe custa caro, pois a partir daí retoma-se um problema epistemológico que balança todas as ciências de modo geral, e as humanas em específico, provocando uma mudança de paradigma difícil de ser sustentada, pois está situada segundo um ponto de vista que rompe com a idéia da origem empírica do objeto, cuja possível existência empírica ou fatural seria causada (criada) por um conceito, uma teoria. Mas Saussure, por alguns momentos, prefere entender o objeto e sua origem como empíricos, e dizer que a origem empírica do objeto da Lingüística em nada auxilia o estudo da mesma. Para ele, a questão do estudo das origens, aqui no sentido empírico, não traz contribuições para compreensão das condições permanentes da língua.

Descartar o questionamento da origem, logo após de tê-lo levado em consideração, é semelhante a “cutucar” o dente inflamado com uma pinça e logo em seguida abandoná-lo sem tratar dele. Se o problema da origem não é pertinente para o estudo das condições permanentes dos fenômenos lingüísticos, por que veio à tona num momento em que a intenção é definir um objeto? Se o objeto não é prévio e concreto, por que tratar a origem como empírica ou fatural? Por certo que seria muita pretensão ou até mesmo uma impossibilidade esclarecer a origem dos fatos da língua, mas também não é necessária a sua completa denegação. Se o objeto não é concreto, é bem provável que sua origem não seja empírica. Caberia portanto dar ao tema da origem sua devida importância, trabalhar levando-o em consideração, dentro dos limites em que é possível, e talvez transpo-lo para outro sentido, não o empírico, como Saussure insiste em fazer para descartar logo em seguida, mas vendo-o como uma causalidade presente no conceito de língua, que está

¹⁴ Dado o fato que essa citação vem ao encontro de nossos anseios.

¹⁵ Esta citação é muitas vezes entendida na seguinte perspectiva: existe um objeto que toma configurações diferentes à medida que mudamos o ponto de vista que incide sobre ele; por exemplo, a linguagem pode ser estudada sobre diversas maneiras: social, psicológica, fisiológica, física, semiótica. Em cada uma dessas maneiras, ela toma configurações diferentes, que, em muitas vezes, não guarda semelhança alguma com as demais. Prefiro uma leitura mais contundente e radical do dizer saussuriano, levando-o aos seus limites ao sustentar que o ponto de vista cria o objeto, ou seja, não havia nada ali. Há uma criação do objeto. Não existe um objeto a priori, ele há de ser antes um conceito.

subentendida em diversas passagens, como por exemplo na afirmação de que “o ponto de vista cria o objeto”.

Saussure (1983, p.17) tenta uma primeira definição de Língua, enquanto conceito, que me parece uma tentativa de marcar um porto seguro no meio da tempestade; porém encontramos lá que “A Língua é um todo por si [...]”, dando a entender uma pura imanência, em que não há nenhum espaço para exterioridade. Ademais, a segunda parte da sentença, “[...] e um princípio de classificação” (SAUSSURE, 1983, p.17), invalida ou no mínimo opõe-se à primeira, sob dois aspectos: primeiro, por anular a idéia do “todo”, pois classificar é em certa medida seccionar, dividir, deixando portanto de ser um todo; segundo, por não esclarecer qual é esse “princípio de classificação”, se ele é interno, efetuado por um dispositivo próprio e então “por si”, ou se a classificação é externa, requer a presença de um elemento externo, o que anularia a idéia do “por si”. Saussure não deixa claro de que ordem é o “princípio de classificação”, ou mesmo seu funcionamento na língua. Daí podemos pensar que ele pode ser tanto interno como externo, e, se ele for externo à própria língua, ela não é “por si”.

Saussure (1983, p.82) tende a ver a língua como uma convenção e um produto social: “Com efeito, todo meio de expressão aceito numa sociedade repousa em princípio num hábito coletivo ou, o que vem a dar na mesma, na convenção.”. Contudo, ao mesmo tempo, sabe que essa convenção simbólica oriunda da cultura não dá conta de explicar a complexidade da língua, principalmente no que tange a questão do que é a língua, apontada no parágrafo anterior como “um todo por si”. É neste momento que ele propõe a volta à natureza, na forma de uma faculdade natural no homem de constituir uma língua. Saussure, sem ter mecanismos para explicar a constituição da língua, deixa-a a cargo da natureza, como uma saída fácil e rápida para este momento. O mestre genebrino oscila em seguida entre entender a língua enquanto um princípio natural ou um produto social, argumentando que o natural é a capacidade de constituir língua. Ele (1983) expõe na página 25 que o signo é puramente social; mas como pode o signo ser puramente social e a capacidade de constituir língua ser natural?

Outro movimento paradoxal em Saussure entende a língua como uma pura arbitrariedade — em que a língua é arbitrária em suas relações — ou um produto de convenções sociais — em que a coletividade estabelece através de convenções os signos de

uma língua. Saussure postula um contrato que teria estabelecido os signos da língua, enfatizando que esse contrato pode ser somente imaginado, mas nunca teria sido comprovado. O que não está dito aí é como seria possível um contrato para estabelecer os signos de uma língua sem usufruí-los nesse contrato. Como podemos pensar num acordo, num contrato, sem o artifício da linguagem, ou no mínimo rudimentos de linguagem?

Ainda podemos perceber na página 21 a constatação de que todos os indivíduos, em certa medida, reproduzirão os mesmos signos unidos aos mesmos conceitos, fazendo-se perguntar pela condição desta cristalização social. Os indivíduos não estão livres para escolher os signos, pois isso é uma herança do passado que lhes é imposta. É um sistema de valores em que o sujeito está alheio a sua ordem interna, é sujeitado a essa ordem, diante da qual não lhe resta outro desfecho senão a submissão a este sistema. Opondo então, por um lado, a livre escolha do sujeito; por outro, a determinação do sistema de valores.

O que apresentamos, rapidamente, é a confusão na qual Saussure se coloca ao entender a língua ora como fato ora como criação, ora como um todo por si ora como um princípio de classificação, ora como um princípio natural ora como um produto da convenção social ora como pura arbitrariedade, ora como livre escolha ora como uma determinação; não definindo o que é realmente a língua. Ademais, esses entendimentos sobre a língua, além de diferentes, são também opostos, pois formam pares opostos (fato/criação, todo/classificação, natural/social, convenção/arbitrariedade, livre escolha/determinação) que exprimem uma oscilação acerca do entendimento do conceito de língua.

Todo o trabalho saussuriano efetua questionamentos, ainda que virtualmente, sobre o tema da origem ou no mínimo de uma causalidade e definição do objeto língua. São perguntas abertas com Saussure e até então respondidas de forma insuficiente, não dando conta de toda sua carga potencial. Talvez não devam ser sanadas, pois demandam uma resposta que é da ordem do impossível ou que, no mínimo, está além de nosso conhecimento. Desse modo, não é nosso intuito respondê-las, mas apenas tê-las em consideração, levá-las conosco. Saber de sua importância e constante presença em nossa dissertação.

1.4 A Arbitrariedade¹⁶

A postulação de a língua ser constituída como um sistema de signos dimensiona o texto saussuriano para uma nova perspectiva dentro da Lingüística, dado que entra em cena a noção de uma rede de relações (sistema), com toda a complexidade que o termo carrega. Esse sistema é composto de signos que mantêm duas faces que estão intimamente ligadas: o significante e o significado; sendo comparável ao verso e o anverso de uma folha de papel. Isso que liga significante ao significado é de uma ordem arbitrária, em que não há nada que diga de antemão que aí há uma associação: “dans l’association du signe à l’idée, il n’y a rien qui lie en soi ce signe à cette idée”¹⁷ (SAUSSURE, apud GODEL, 1969, p.195)

A arbitrariedade é um dos pontos mais difíceis de sustentar no ensinamento saussuriano, dado o fato de que sempre tentou-se buscar outras formas de explicar as relações arbitrárias. A sustentabilidade da arbitrariedade do signo dentro da teoria mantêm-se por uma certa resignação, por um insucesso das tentativas de estipular outras alternativas que dessem inteiramente conta dessa questão. Ademais, a arbitrariedade é tomada com restrições, estando geralmente acompanhada de observações que tratam da livre escolha por um lado, e da convenção social por outro. Ao mesmo tempo a arbitrariedade não é nem a livre escolha, pois o sujeito ou a coletividade não possui esse livre arbítrio, nem a convenção social, pois há um determinismo que é superior ao social e este último está subordinado a esse determinismo — que é o determinismo da própria língua, o determinismo de seus sistemas de valores e relações que se dão de modo totalmente arbitrário.

A arbitrariedade é característica presente em todas as relações possíveis e impossíveis da língua, pois é um tanto quanto limitado pensar a arbitrariedade somente no que tange ao signo lingüístico. A arbitrariedade aponta para além da relação significado/significante, ela está presente na relação que os signos assumem entre si numa cadeia languageira, ela está presente na mão que faz o corte que incide sobre as massas

¹⁶ Segundo Godel (1969, p.194), o arbitrário figura nas notas apenas duas vezes: “[...] dans les notes, arbitraire ne figure que deux fois à peine”

¹⁷ “Na associação do significante à idéia, não há nada que ligue em si este significante a esta idéia.” Tradução nossa. Preferimos traduzir *signe* por significante a signo, porque é o significante que une-se à idéia; o signo é o que designa o conjunto dessa união.

amorfas e no lugar em que esse corte é feito, tal como veremos adiante. A arbitrariedade é característica radical da língua, não estando subordinada a nenhuma outra ordem a não ser a sua própria.

A arbitrariedade é tomada por muitos como uma questão passiva e já solucionada — suspeito que essa postura é de quem não quer aprofundar a questão ou simplesmente não quer comprar uma briga cujo o resultado é incerto e semelhante a uma aposta numa corrida de cavalos. Para além da disputa ou do resultado incerto, não se trata aqui de estabelecer o veredicto final sobre a questão, mas sim de sustentar a nossa posição, que é de problematizar a arbitrariedade e sua própria sustentabilidade.

Um outro ponto relaciona a arbitrariedade com o caráter mítico que este termo pode assumir. A arbitrariedade estaria relacionada com um princípio ou dispositivo que só poderia ser pensado de forma mítica ou irreal. Nietzsche (informação verbal) expõe a origem enquanto um caráter totalmente mítico. O mito dá conta de uma situação impensada, pois funciona como uma não realidade que sustenta e organiza a realidade.

Nossa posição não se opõe às demais postas até o momento, apenas salienta o quão carregada é a arbitrariedade. Trata-se de uma livre escolha que, ao mesmo tempo, é determinada pela dinâmica interna da língua. A arbitrariedade é da ordem do impossível. Buscar a lógica de uma seqüência de sons remetida a uma idéia é um tamanho disparate e é uma tentativa de apreender um nada, de restituir um lugar nunca ocupado, portanto mítico, por só ser possível esse movimento através do mito. A relação é uma articulação (ligamento e ruptura) que traz junção e disjunção ao mesmo tempo. Não se trata de estabelecer um modelo ou uma proposição que dê conta de explicar o signo, e sim concebê-lo como o protótipo de uma relação cuja explicação está fora da racionalidade e portanto pertence ao não sentido, a uma outra ordem, à ordem daquilo que é impossível de ser concebido, embora sempre tentado. Reconhecer e suportar essa “irracionalidade”, presente na arbitrariedade de modo específico e no CLG de modo geral, é a única possibilidade de sustentar esse termo dentro dos postulados saussurianos, e não ostentar a posição de uma ciência positivista despida de contradições e impossibilidades, pois o real – marca da impossibilidade – se faz presente no âmago de toda ciência. Em certa medida, toda ciência se depara com o inexplicável, o inefável, o enigma da vida. Quando suas explicações imaginárias não conseguem abarcar o real da coisa, vêm algo do tipo: “Ainda não sabemos

o porquê de isso ocorrer, mas num futuro próximo nossas pesquisas poderão revelar o gene da vitalidade”, por exemplo, numa tentativa de apagamento da própria morte.

É a mesma postura que retorna em vários lugares no texto saussuriano, sob várias facetas, tal como o sintoma que retorna no real sob diferentes e diversas formas. Afirmo isso por tomar o signo como arbitrário, em que a idéia não está ligada, em alguma relação interior, à seqüência de sons que lhe serve de significante. O que traz à tona, em certa medida, a pergunta sobre o que faz uma idéia ligar-se a uma seqüência de sons que lhe serve de significante. Que relações de causalidade há aí? Vale lembrar que Saussure sublinha que o arbitrário não é a livre escolha do falante, mas sim algo que concerne a relação do significado com o significante, este último imotivado. Ou, estaria aí presente, como bojo da arbitrariedade do signo e por extensão da língua, o puro acaso?

A causalidade como arbitrária remete necessariamente à idéia de tomar a origem do signo lingüístico como mito, fantasma ou uma entidade da qual não sabemos, que não está ao nosso alcance, ou que não está inscrita enquanto ordem, pertencendo talvez ao caos, ao *non sense*; enfim, não sabemos qual é o estatuto desta “relação arbitrária”. Podemos levar esse conceito a suas últimas conseqüências, para um ponto em que não há ordem, nem lei, somente o caos, em que a causalidade se estabeleceria pelo acaso.

A causa que foge aos princípios da razão, que é um efeito do e no real, é a que faz a união entre significante e significado. Essa união, que Saussure tomava como arbitrária, só pode ser entendida, a nosso ver, como o real da falta, pois tratar o arbitrário é retomar a questão da origem e causalidade — que Saussure bordeia no CLG, ora conferindo a ela a devida importância que merece, ora desconsiderando-a, tratando-a como irrelevante, como incapaz de esclarecer a situação atual da língua. Vemos então que a noção de acaso está presente na de arbitrariedade.

A arbitrariedade confere caráter enigmático ao CLG, colocando-o sob um nebuloso e turvo aspecto obscurecido pelos efeitos desse conceito no decorrer do pensamento saussuriano. A arbitrariedade marca a dicotomia que oscila entre entender a língua de um ponto de vista de uma determinação interna do sistema lingüístico ou de uma livre escolha, que possibilita potencialmente qualquer conceito ou idéia ligar-se a qualquer seqüência de sons. A arbitrariedade vêm como uma voz do além que simplesmente diz: “escolha”, ao mesmo tempo essa voz diz: “é esse o escolhido”. Ela imprime ao sistema lingüístico uma

característica irreduzível, que, em nossa leitura, é agravada ao ponto de se estabelecer um impasse acerca do estatuto e da ordem da arbitrariedade, que, por laços de contigüidade, estende-se à própria língua. É importante ressaltar que não pretendemos solucionar tal impasse e sim sustentá-lo remetendo-o a uma ordem outra que não é a de uma pura epistemologia programática da ciência lingüística mencionada por Bouquet (1997), nem tão pouco de uma crítica às concepções da Lingüística, e sim uma ordem real, comandada pelo não sentido que posiciona o CLG e seu autor na dimensão da dúvida, da incerteza e da busca de questionamentos despidos de escrúpulos acadêmicos que ofuscam a verdadeira genialidade de Ferdinand de Saussure.

1.5 O cronos, a mutabilidade e imutabilidade da língua

A origem parece caminhar para a causalidade, no sentido de que o tema da origem está presente e atuante, enquanto causalidade, em boa parte dos conceitos desenvolvido no decorrer do CLG. Saussure não crê que a possível origem dos fatos lingüísticos difiram das condições atuais destes. Para ele, o problema da origem da língua não é diferente das transformações que ela sofre. Neste sentido, podemos apontar que as transformações também são origens, na medida em que implicam em relações causais que remontam, por extensão, o tema da origem outrora denegado por Saussure. Desta forma, o tema da origem é constante, pois as transformações são constantes e portam, em suas definições, relações de causalidade. Estamos então trabalhando em uma vertente que é puramente conceitual, pois não estamos estudando as transformações dos fatos lingüísticos, e sim tratando de entender o tema da origem presente nos conceitos que tentam uma definição acerca da língua e suas transformações. O conceito de sincronia, por exemplo, traz à tona as condições permanentes de um estado de língua, em que não há sucessividade temporal, provocando relações causais que não são submetidas a sucessões no tempo e no espaço. A definição conceitual de língua é, portanto, a estrutura saussuriana da língua, que não guarda relações, ao menos imediatas, com a realidade, mas é uma invenção, uma abstração, está fora da realidade dos fatos lingüísticos.

Falar em origem é falar em mutabilidade, arbitrariedade, sincronia, valor, imotivação, massas amorfas e tantos outros conceitos e metáforas que muitas vezes circulam no texto saussuriano aparentemente de forma passiva e harmônica, ocultando toda a obscuridade, incerteza e angústia que provocam naqueles que operam uma leitura hieróglifa do CLG. Tais conceitos só poderiam ser postos por um decifrador de anagramas, um apaixonado pelo não dito, alguém que está para além de uma leitura ingênua, um boêmio embriagado de letras etílicas, estarecido por palavras enigmáticas, a cantarolar Tristão e Isolda.

A Língua parece ter dois lados ou duas configurações. Uma é a sua continuidade, pois até então a língua sempre foi uma herança dos ancestrais, e não há comunidade que não teve esta herança. Neste sentido, ela é um produto de forças sociais, em que estão em jogo tempo e história. Vemos então que não se trata de uma livre escolha de signos. Por outro lado, temos que a língua é constituída por significantes que não estabelecem aparentemente relação alguma de causalidade com o que designam, ou seja, qualquer seqüência de sons é potencialmente capaz de designar qualquer coisa, e que esta escolha é arbitrária. Isso se opõe ao caráter de fixidez da língua.

A todo instante a solidariedade com o passado põe em xeque a liberdade de escolher (SAUSSURE, 1983, p.88).

Um dado estado de língua é sempre o produto de fatores históricos e são esses fatores que explicam porque o signo é imutável, vale dizer, porque resiste a toda substituição. (SAUSSURE, 1983, p.86)

Estão presentes então os dois movimentos: a mutabilidade e a imutabilidade do signo lingüístico. E parece que Saussure na última frase do capítulo sobre imutabilidade tenta chegar num meio termo entre essas duas proposições contraditórias: “Justamente porque o signo é arbitrário, não conhece outra lei senão a da tradição, e é por basear-se na tradição que pode ser arbitrário.” (SAUSSURE, 1983, p.88). Em certo momento, encontramos uma *carte forceé* por ser arbitrário e convencional ao mesmo tempo. É análogo a dizer: Escolha! É esse aqui e não outro! Ou seja, nessa relação pode-se estabelecer como signo um qualquer, mas jamais qualquer um, pois a troca do substantivo pelo adjetivo, fazendo deste um substantivo, provoca a substantivação do “qualquer” e por conseguinte a adjetivação do “um”. No signo, há que ser “um”, que potencialmente pode ser “qualquer”, mas o signo não se constituiu por “qualquer”, este deve ser um adjetivo do

substantivo “um”, e não o contrário. Neste sentido, a escolha não é uma liberdade, é uma imposição por não proporcionar outra alternativa.

No tópico sobre a mutabilidade do signo, os dois fatos (imutabilidade e mutabilidade) aparecem como solidários: “o signo está em condições de alterar-se porque se continua.” (SAUSSURE, 1983, p.89). O importante nesse momento não é definir se o signo é mutável ou imutável, mesmo porque não saberíamos fazê-lo, dado o caráter de oposição e ligamento com que esses termos vigoram; mas sim o quanto Saussure também estava permeado por essa oposição, que também é um ligamento, e o quanto foi tempestuosa sua relação com este ponto na teoria. Vale lembrar que esta tempestade provocada por Saussure está até o momento causando abalos.

A mutabilidade tem um limite. O signo não pode ser cambiável indefinidamente, pois esse limite é o choque com a imutabilidade. Ora, Saussure estende esse limite ao do próprio corpo, quando compara com a arbitrariedade da moda que veste nosso corpo. A diversidade de modelos e designs em relação à vestimenta esbarra nos limites reais do corpo, a moda não transcende o real do corpo. Da mesma forma, a arbitrariedade do signo encontra um limite na imutabilidade do próprio signo. O limite não é dado claramente, tanto que Saussure (1983, p.90) diz em seguida do exemplo da moda: “A língua ao contrário, não esta limitada por nada na escolha de seus meios, pois não se concebe o que nos impediria de associar uma idéia qualquer com uma seqüência qualquer de sons.” É preciso ler esse limite dentro da própria contradição saussuriana. A imutabilidade reside justamente onde não há liberdade, onde não há livre escolha. A imutabilidade é o que faz com que a língua não torne-se uma torre de babel¹⁸, em que cada um atribui o significante que lhe convir para designar certa idéia e, com isso, há um caos geral.

Insere-se neste momento a questão do tempo, que terá enorme importância na obra saussuriana, pois será ela que irá nortear o ensino de Saussure bem como os aspectos relacionados à origem e causalidade. O tempo é, no dizer saussuriano, um agente etiológico

¹⁸ Mito bíblico em que havia uma única língua na terra. O homem, por conta de seu orgulho, tentou construir uma torre na cidade de Babel que levaria-o até o céu, mas na verdade levou-o ao desentendimento com seus semelhantes, pois cada um queria saber mais que o outro e começaram a falar de modos diferentes, causando um verdadeiro caos. Javé Deus puniu-os espalhando os homens por toda a superfície da terra falando línguas diferentes. Babel é a origem – babel = confusão / por etimologia: balbucio, bambino, bárbaros (nome que os gregos davam às línguas estrangeiras/estranhas – na verdade, tratava-se de uma língua: a língua dos bárbaros – o barulho)

das mudanças da língua: “[...] o tempo altera todas as coisas; não existe razão para que a língua escape a essa lei universal.” (SAUSSURE, 1983, p.91). Seria a ação do tempo que se combina com a ação da força social. É impensável uma língua fora do tempo. É o tempo que proporciona às forças sociais atuarem sobre a língua, estabelecendo uma continuidade que anula a liberdade, embora a continuidade implique necessariamente as alterações das relações da língua.

A questão da sincronia estabelece uma nova forma do fazer lingüístico, que até então era desenvolvido em seu aspecto diacrônico. Desenvolveu-se a não sucessividade temporal, e sim a simultaneidade dentro de um certo espaço. Na sincronia, o tempo não está disposto numa sucessão no espaço. A sincronia diz respeito a uma simultaneidade, coexistência em um mesmo espaço. Isso não significa isolar ou retirar o tempo de cena (este, assim como o espaço, é constitutivo), mas significa estabelecer a coexistência dos termos dentro desse espaço, em que a historicidade não está presente. O tempo é único, de forma que os fatos são simultâneos.

Em Saussure, a questão da sincronia esteve muito ligada à língua como estática, e o que propomos aqui é dar movimento à língua. A sincronia não seria o estático, e sim o dinâmico acontecendo simultaneamente. As mudanças e alterações na língua não ocorrem em toda sua superfície, são fatos isolados que provocam ou repercutem no todo da língua, dado que esta é um sistema de signos fechados, que apresentam uma dinâmica única que o CLG tenta comparar com um jogo de xadrez. Os efeitos advindos em consequência desse movimento do jogo de xadrez não são previstos, assim como os movimentos feitos pela língua também não o são; só sabemos que aconteceriam depois de terem acontecidos. Podemos relacionar essa conclusão com o atentado terrorista a Nova Iorque em Setembro de 2001, pois somente depois de ocorrido o episódio que abalou o orgulho americano é que foi possível chegar a possíveis causas, de um modo retroativo. Sabemos que nesse episódio houve um planejamento, assim como no jogo de xadrez, o que não ocorre com a língua. Ela está totalmente a mercê de uma ordem própria e desconhecida, está entregue a uma causalidade tal que a faz mutável, mas que, por si própria, é imotivada ou aparentemente imotivada. Para Saussure (1983, p.105): “[...] enquanto a língua não premedita nada; é espontânea e fortuitamente que suas peças se deslocam – ou melhor, se modificam; [...]”.

A sincronia está relacionada com a origem justamente quando toca na mutabilidade da língua, pois a partir daí acontecem alterações, e a pergunta que nos vem, assim como veio para Saussure, é: Que causalidade há nesse movimento? (Causalidade aí entendida nos seguintes sentidos: 1º) O que causa esse movimento? 2º) O que esse movimento causa?) Ademais, os movimentos que ocorrem na língua estão relacionados com a origem, porque o modo como a tratamos remete-nos a entendê-la como causalidade, e esta é estrutural, está presente em todo movimento da língua, assim como em todo conceito que se propõe a definir o que é a língua. A causalidade em Saussure não está posta de forma clara, é preciso fazer uma abstração. Há momentos em que isso fica um pouco mais visível, tal como nessa passagem que compara o estado da língua com o estado do jogo de xadrez:

[...] o que acompanhou toda a partida não tem a menor vantagem sobre o curioso que vem espiar o estado de jogo no momento crítico; para descrever a posição, é perfeitamente inútil recordar o que ocorreu dez segundos antes. (SAUSSURE, 1983, p.105).

A causalidade, neste momento, é sincrônica, diz respeito a uma simultaneidade para a qual a história ou a sucessão dos acontecimentos não contribui.

A historicidade, os antecedentes e percursos da língua são descartados por Saussure. Ele acredita que o percurso que a língua fez não auxilia para o entendimento do seu estado atual. Por certo que sim, mas o estranho, o que nos causa inquietação, é que de uma maneira ou de outra a todo momento, seja explícita ou implicitamente, ele está trabalhando com elementos que remetem a uma causalidade da língua, ou seja, a forma como a língua se estrutura, como se constitui, ou mesmo, porque se faz de uma determinada forma e não de outra.

Retomando o ponto da causalidade, observamos que ocorre uma mudança na relação causa – efeito. Quando apresentamos os dois sentidos da causalidade (causa-efeito / efeito-causa) rompemos com o eixo temporal, pois a causa, que provocaria um efeito, pode ser um (e)feito de sua própria ação. Se sabemos que há um responsável pelo atentado terrorista aos Estados Unidos, ele não causa o atentado, e sim é um efeito do atentado, a partir do atentado terrorista chegou-se ao nome do possível responsável. Então, teríamos uma troca: aquilo que a princípio seria causa torna-se efeito e vice-versa. Ainda em relação à causalidade, fica a pergunta a respeito da ordem dessa causalidade. Que relação causal há nesse movimento?

Ora, a pergunta pela causalidade pode ser atravessada pela pergunta acerca do que rege essa causalidade. Há lei na causalidade? Para o CLG, a lei na sincronia é no sentido de ordem, de princípio de regularidade; já, na diacronia, a lei é estabelecida a partir das transformações sintáticas, morfológicas e fonológicas da língua. Saussure sabia onde estava amarrando seu bode, pois “[...] falar de lei lingüística em geral é querer abraçar um fantasma.” (SAUSSURE, 1983, p.107). Na lei há duas características: imperativa e geral. No entanto, não sabemos se é esta lei que regula a causalidade ou se a lei é válida somente para as noções de sincronia e diacronia.

Na seqüência do CLG, aparece o ponto de vista pancrônico como possibilidade de uma lei não no sentido jurídico, mas no sentido de uma regulação, tal como as leis naturais, leis biológicas, enfim leis que seriam válidas para todo espaço e tempo. Há determinadas “regras” na língua que subsistiriam às mutações da língua e que tomariam independência em relação aos fatos concretos e particulares da língua, não sendo então afetadas pelas mudanças da língua. Pensar no ponto de vista pancrônico, seria o exercício de abstração que colocaria um estatuto da língua acima da concretude desta, um estatuto que não alcançaria a particularidade desta. Ora, fazer essa abstração é a missão que Saussure se imputou quando tentou, através de seus cursos, o estabelecimento de uma epistemologia lingüística que seria válida enquanto estrutura de um sistema, enquanto um princípio que estabelece a ordem constituinte da língua independente da dimensão empírica da língua. O CLG está para além da empiria da língua, ele estabelece um princípio fundamental, poderíamos arriscar em compará-lo, como aliás já fizemos, com Lévi-Strauss quando universaliza a lei da proibição do incesto, ou a Freud que propõe um aparelho psíquico independente de cultura; análogo a isso Saussure universaliza o estatuto epistemológico da língua.

1.6 O valor lingüístico

Bem sabemos que a característica do signo lingüístico se expressa por uma relação vertical, em que acima da barra encontra-se o significado e abaixo o significante, formando portanto o que chamamos de signo. Já no conceito de valor o que está em jogo é uma

relação horizontal, a significação está dependente da relação interna dos signos de um sistema. Para abordarmos o problema de uma forma mais clara no que diz respeito aos dois elementos que entram em jogo no funcionamento, os significados e os significantes, tomaremos um ponto antes.

Segundo Saussure, nosso pensamento é constituído de uma massa amorfa e indistinta, em que nada está delimitado de antemão, não menos diferentes encontram-se os significantes, também como uma massa amorfa e indistinta¹⁹. Tal noção pode ser visualizada através da figura abaixo:

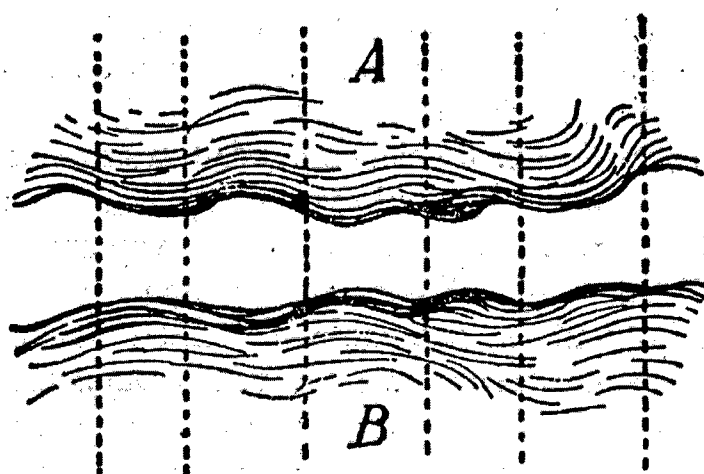


Figura 1 – Ilustração das massas amorfas

Fonte: SAUSSURE, F. de. Curso de Lingüística Geral. São Paulo: Cultrix, 1983.

As linhas pontilhadas que cortam verticalmente as massas amorfas representam os re-cortes que a língua arbitrariamente faz no pensamento e no som, fazendo a articulação dos dois elementos, que produz uma forma e não uma substância. Não se trata de materializar uma idéia, nem tampouco espiritualizar um som, e sim uma relação tal entre idéia e som que constitui o signo. Chamamos de arbitrário o corte que incide sobre as massas amorfas, ou seja, o ponto de corte das massas — aquilo que decide por tal som para tal idéia é totalmente arbitrário.

O signo, na verdade, é uma abstração²⁰, algo que está situado num plano que não é o da língua, pois na dinâmica interna da língua temos a noção de valor, em que está em jogo

¹⁹ É importante frisar que a noção de massas amorfas e indistintas nos traz a impressão de um lugar indiferenciado, onde habitam idéias e sons, muito semelhante ao que seria o caos ou no mínimo sem lei, sem uma ordem interna de regulação.

²⁰ Ab-stração: “tirado ou puxado para fora de”, neste caso puxado para fora da língua.

diferença e oposição. Sendo assim, para entender o signo, há que puxá-lo para fora da língua, lá onde só há possibilidade de existir significante, significado, arbitrariedade e signo em abstração. Tal como aponta Godel (1969, p.197):

Il semble alors que dans un système de signes la différence doive toujours coïncider avec une opposition, et que le caractère négatif ne s'y puisse jamais observer à l'état pur. Il ne peut l'être en effet que si, par abstraction, on considère un seul côté du signe: deux signifiants ou deux signifiés sont différents; deux signes sont opposés.²¹

Analisar o signo em sua dinâmica na língua é levar em conta a noção de valor. Poderíamos dizer que o valor é a relação arbitrária de um signo com os demais signos de uma cadeia linguageira. O valor de um termo resulta na presença simultânea de outros no interior do sistema. Dessa forma, temos que o valor é relativo, dependente da oposição com os demais termos. O valor não se confunde com a significação, pois esta é o efeito do signo. Para Saussure, o valor é um elemento de significação, embora esta última esteja dependente do valor. Aqui apresenta-se, como em diversas outras passagens, a contradição do discurso saussuriano: o conceito de valor anula o da significação, pois esta depende do valor. Ora, de mais a mais, o valor é o que institui no saber do genebrino que se há uma relação na língua ela é de oposição e pura diferença, seus termos, assim como suas significações, não se dão de forma positiva, muito pelo contrário, são sempre a contraparte de um outro termo.

O signo, aquilo que seria o protótipo de uma epistemologia capaz de colocar a Lingüística em pé de igualdade com as demais ciências e proporcionar-lhe um estatuto científico, é agora contradito com a noção de valor que enxuga toda e qualquer possibilidade de uma positividade do signo, mesmo em sua face material — que está dependendo das relações opostas dos termos. Talvez esta seja a contradição mais contundente no CLG. O princípio de identidade do signo também se quebra, pelo fato de que na língua um termo é o que os outros não são. Sua relativa identidade, digo relativa por ser passível de trocas, se dá não pelo próprio termo em si, mas em relação à alteridade, aquilo que o outro não é.

²¹ “Parece então que dentro de um sistema de signos a diferença deve sempre coincidir com uma oposição e que o caráter negativo nunca pode ser observado no estado puro. Ele pode apenas sê-lo de fato se, por abstração, considera-se somente um lado do signo: dois significantes ou dois significados são diferentes; dois signos estão opostos.” Tradução nossa.

Dans plusieurs passagens des notes se trouve énoncée l'idée qu'un signe arbitraire ne consiste qu'en des différences par rapport à d'autres signes; son identité, par conséquent, ne réside pas dans des caractères positifs: 'tout signe repose sur un co-status négatif'²² (GODEL, 1969, p.196)

Podemos conhecer a história das línguas, das palavras. Se observarmos a evolução do latim para as línguas atuais, por exemplo, veremos que a negação em francês *pas* tem origem do latim *passum*, e que uma derivou da outra, sofrendo algumas modificações. Mas não é disso que trata o CLG, ao contrário ele aponta para a identidade, não a da ordem diacrônica dos fatos da língua; mas a identidade como sendo um valor atribuído, relativo, que não possui o mesmo valor em todos os tempos, modos ou lugares em que aparece. Dependendo do contexto de sua emergência, poderá ter um ou outro valor. Desse modo, não é por uma diacronia ou uma herança filológica que se estabelece uma identidade, e sim pelo próprio movimento atual da língua, que faz com que se desenvolva de forma x ou y. Por mais interessante que seja o estudo do passado lingüístico, ele perde sua relação com o atual, o que não significa dizer que o estudo da origem não nos auxilia, dado que esta origem é a própria causalidade da língua.

Saussure traz como exemplo uma rua que é totalmente destruída e posteriormente reconstruída, não guardando semelhança alguma com a anterior, mas mesmo assim não deixa de ser a mesma rua. Se pensarmos em ruas atuais de uma cidade e as compararmos com o que eram há anos atrás, observaremos que muitas vezes não guardam nenhuma semelhança entre si, mas não deixam de serem as ruas x e y, por seus estatutos não serem de ordem puramente material. Assim é também a identidade lingüística, pois ela porta relações que não são de ordem concreta. A sua ordem depende da presença da alteridade, pois é na relação com os outros elementos do sistema que se estabelece uma identidade. Parece estranho pensar que a identidade, que seria aquilo que nos remeteria à essência mesma do objeto, é na verdade um aspecto imaginário, que possui seu valor de realidade na relação que estabelece com os demais signos de uma língua, sendo esta relação mutável.

O famoso exemplo do jogo de xadrez nos mostra com propriedade como a rainha pode ser substituída por qualquer outro elemento que não seja nenhuma outra peça do

²² "Em diversas passagens das notas, encontra-se enunciada a idéia que um signo arbitrário consiste apenas em diferenças em relação a outros signos; sua identidade, por conseqüência, não reside nas características positivas: todo signo repousa sobre um co-status negativo." Tradução nossa.

tabuleiro. A relatividade que Saussure propõe é de uma propriedade tal que condena o CLG ao enigmático por natureza, pois coloca-o numa posição de completa relatividade, dado que o ato inaugural com que Saussure funda a Lingüística no campo científico propriamente dito recebe como ônus sua pura diferença, sua impossibilidade positiva — a impossibilidade de uma ciência que se preocupa em explicar a si mesma, a impossibilidade de uma língua-objeto, a impossibilidade de uma língua que dê conta da própria língua, enfim a impossibilidade de uma língua que queira dizer algo, dado a metáfora, o *non sense*, a imprevisibilidade do dizer e seus efeitos.

Poderíamos nos colocar a questão da causalidade, tal como fizemos com o signo, se pensarmos o que é a diferença, ou melhor, o que faz a diferença. É fruto da oposição ou causa a oposição? Que relação de causalidade há aí na diferença?

Quando questionamos acerca da causalidade, lembramos que as massas amorfas também são imotivadas, não possuem uma motivação. Desse modo, a pergunta sobre o que causa a motivação é inevitável. O que causa a relação de oposição dada a imotivação das massas amorfas? Ou mesmo, pensando no corte vertical que incide sobre as massas amorfas, é o corte promovido pela exterioridade, ou é fruto da própria língua? Vale lembrar que “a língua [...] é um todo por si [...]” (SAUSSURE,1983,p.17). Trata-se de entender a língua de um lado pela dinâmica própria e interna de seus elementos e, de outro, entendê-la pela influência da exterioridade, daquilo que é exterior a própria língua. Se há essa marca da exterioridade, qual é o estatuto dessa exterioridade, qual é o senhor que promove esse corte, e o que o faz promover tal corte? Citando Lopes da Silva (2001, p.294), que busca numa metáfora inspirada em Adam Smith duas características essenciais do corte:

Tudo se passa, assim, como se, a exemplo do que acontece com o mercado na perspectiva liberal, uma mão invisível dirigisse a ontogênese da *langue*. Não obstante, ao contrário daquela postulada por Adam Smith, a mão invisível saussuriana não vê o que faz. É por assim dizer, invisível e cega.

E, mais adiante: “Ora, quisemos com ela apreender o fato de que o lugar da transcendência é insinuado mas não propriamente preenchido nas duas figurações da teoria [as massas amorfas e a folha de papel].” (LOPES DA SILVA, 2001, p.295)

Longe de tentar responder a questão, adiantamos o quanto isso é importante para o entendimento do CLG. A causa não está em nenhum momento desvinculada da questão das origens, seja da língua, seja do signo, da arbitrariedade ou mesmo do valor lingüístico. É

importante salientar que a questão das origens, desconsiderada por Saussure em diversas passagens no CLG, tornou-se um dos pontos mais freqüentes de seu texto em nossa leitura. A todo tempo, de uma maneira ou de outra, Saussure está se remetendo, seja de modo direto ou indireto, à questão da origem. Além disso, ele passa por outros aspectos teóricos, tais como a arbitrariedade, o valor, a diferença e a imotivação, que tentam, de uma forma ou de outra, uma explicação plausível para o fenômeno da mutabilidade e imutabilidade. Este fenômeno refaz ou repete a origem a cada novo movimento, fazendo com que a origem não seja tomada como o princípio em que tudo começou, a origem da vida como pretendem algumas teorias científicas e religiosas. Ao contrário, o que observamos é a origem mostrando-se em suas várias formas e apresentando sua faceta mais cruel, por provocar angústia em todos aqueles que se dispõem a trabalhar esse tema. Esse era o cenário em que se encontrava nosso mestre dos anagramas, oscilando entre negar a importância teórica das origens e fazer dessa questão seu ponto central, sem o saber que estava a todo tempo trabalhando com a origem.

Uma das grandes contribuições de Saussure foi proporcionada sem ele mesmo saber, pois instaura a possibilidade de uma leitura que leva seu texto a uma radicalidade tal que torna impossível conceber a teoria do signo e do valor lingüístico aquém de uma epistemologia que leva em conta a metafísica. Nesse sentido, ele funda uma ciência que diz ser impossível o fazer ciência sem metafísica, e o acento deve ser posto sobre a impossibilidade, principalmente esta que tenta sustentar. Isso está para além de uma metafísica, esbarra no real, que impossibilita uma epistemologia da linguagem.

Ainda acerca do valor, Saussure expõe uma complexa rede de relações, em que as oposições estão presentes também na fonologia. O que me faz diferenciar “pato” de “bato” é uma questão de pura diferença sonora, em que uma se expressa naquilo que a outra não é. Há uma solidariedade de termos, de modo que o resultado implica necessariamente a presença dos demais termos do sistema. Não há então idéias pré-concebidas, mesmo dadas de antemão, suas identidades são relativas. O som, por exemplo, não é o que permite a distinção de uma sílaba e outra, mas a diferença fônica é o que permite distinguir uma palavra de outra. O aspecto material do valor lingüístico serve somente como meio material em que algo se processa, mas não interfere no processo. Assim como eu posso escrever a caneta, a lápis, a pincel ou utilizando vários tipos de letras, sei que isso não interferirá na

significação, desde que respeitado o princípio da diferença. No dizer de Saussure (1983, p.138): “Tudo o que precede equivale a dizer que na língua só existem diferenças.”; e mais adiante acrescenta: “[...] sem termos positivos.” (SAUSSURE, 1983, p.138). Ou ainda: “Le mot n’existe pas sans un signifié et un signifiant; mais le signifié n’est que le résumé de la valeur linguistique supposant le jeu des termes entre eux.”²³ (SAUSSURE apud GODEL, 1969, p.237). Em outros termos, podemos dizer que a diferença é o que faz o valor e o que fez Saussure dizer que a língua é uma álgebra de termos complexos.

Não há tratamento melhor para a língua do que considerá-la uma álgebra, pois na língua há variáveis que implicam na nulidade interna do signo no que concerne ao seu aspecto semântico, de modo que há uma nulidade das unidades que corrobora para a formação do sistema sórdio da língua. Há, portanto, um esvaziamento de sentido em relação às unidades de um sistema. Entendê-la como uma álgebra é também torná-la solitária, sem laços com o exterior, esvaziá-la em sua imanência, tal como aponta Lopes da Silva (2001, p.295):

Coisa muito diferente ocorre, entretanto, no seio de uma quarta metáfora, ainda não mencionada: ‘A língua é, por assim dizer, uma álgebra em que só existem termos complexos’. Nada de transcendência, nada de tempo: a língua simplesmente é.

Para Saussure, tratar do tema do valor não foi uma tarefa muito fácil, pois o próprio Saussure reconheceu a dificuldade em trabalhar esse tema e o impasse ao qual estava submetido, tal como podemos observar na seguinte passagem:

Falei neste ano de muitas questões exteriores à linguagem, comecei por aí neste inverno; mas isso não pode bastar. Vejo-me diante de um dilema: ou expor o assunto em toda a sua complexidade e confessar todas as minhas dúvidas, o que não pode convir para um curso que deve ser matéria de exame, ou fazer algo simplificado, melhor adaptado a um auditório de estudantes que não são lingüistas. Mas a cada passo me vejo retido por escrúpulos. (SAUSSURE, 1911 apud BOUQUET, 1997, p.254)

Essa dificuldade do professor genebrino dá-se, dentre outras coisas, em função da relação que o valor tem com a significação, pois o valor é parte de uma significação, mas também não há significação sem valor. No CLG, este enunciado toma proporções ainda

²³ “A palavra não existe sem um significado e um significante; mas o significado é somente o resumo do valor lingüístico supondo o jogo dos termos entre si.” Tradução nossa.

maiores, pois em alguns momentos esses termos se mesclam e não podemos precisar onde acaba um e começa outro, tal como nessa passagem:

Onde há termos há também valores. Implicamos tacitamente a idéia de valor na de termo. Sempre difícil separar essas duas idéias. Quando falamos de valor, sentimos que aqui isso se torna sinônimo de sentido (significação). (SAUSSURE apud BOUQUET, 1997, p.258).

Ademais, soma-se a isso o fato de que, muitas vezes, significação está traduzida como sentido, o que faz com que fique um limbo de indeterminação entre esses termos.

Outro aspecto que contribui para o temor face à questão diz respeito à arbitrariedade que se dá tanto na relação interna do signo (significado/significante) quanto na relação externa ao signo, que seria a oposição dos signos de um dado sistema de língua. Poderíamos dizer que há o arbitrário da relação vertical, que inclui o significado e o significante, e há o arbitrário da relação horizontal, que inclui as oposições e diferenças entre os termos de um sistema. Mas há também o arbitrário da língua de um modo geral ou do sistema, de modo que o arbitrário é característica fundamental da língua ou até mesmo de qualquer outro sistema lingüístico. Assim, poderíamos dizer que há o arbitrário do sistema fonológico, semântico e sintático. Ora, isso sem levar em conta toda a questão da solidariedade entre os termos de um sistema, que pode também ser entendida como uma “solidariedade arbitrária”. A confusão estaria resolvida se o significado fosse determinado de antemão, mas ele não o é.

O interessante de se notar aí é o fato que Saussure busca de um modo geral a fonte do sentido, o que, quem ou que forças atuam neste sistema para que sobrevenha o sentido. Mas o CLG remete-nos para uma outra articulação com o sentido, fazendo com que este perca o estatuto daquilo que vem a esclarecer ou dar luz às trevas e apareça o não sentido, aquilo cuja a explicação lhe foge, o sentido que não é apreendido no conceito de arbitrariedade e valor. Ora, o que esses conceitos denunciam é justamente o não sentido que portam, o quanto estão ligados ao não sentido em detrimento de uma possível significação ou sentido. Assim como expressa a anotação de Bouchardy (apud BOUQUET, 1997, p.287): “a lingüística tem o princípio da vacuidade do sentido em si.”²⁴ É preciso entender aqui o não sentido como uma negação do sentido e não uma ausência completa do sentido.

²⁴ Bouquet (1997), em nota de rodapé na mesma página, suspeita que seja pouco provável ser da autoria de Bouchardy a expressão “vacuidade do sentido”, dado a comparação com as anotações de Riedlinger e Gautier.

O sentido não está ausente, mas está presente de outra forma, pela sua negação. O sentido e o não sentido aparecem simultaneamente, pois o não sentido é possível à medida que há um sentido, pois está subentendida a idéia de uma desconstrução do sentido pelo não sentido. O que é, um pouco, o movimento da Psicanálise quando provoca a síncope do sujeito pela interpretação, mas é também para onde o CLG nos conduz, para o encontro com a pura arbitrariedade, com a contradição, com o *non sense*, com o inefável, com aquilo em que não tem explicação, com o impossível e, em última instância, com o real.

O CLG — uma obra poderosa, contraditória e polêmica, radicalmente marcada pelo traço enigmático do tema da origem presente na ponta da pena de Saussure — extrapola, na nossa leitura, os limites da epistemologia e toca não somente a metafísica da linguagem, mas também, por mais sutilmente que seja, o real.

CAPÍTULO II

A impossibilidade é real

Chegará um dia — e estamos absolutamente conscientes neste ponto do porte dessa afirmação — em que reconheceremos que as quantidades de linguagem e suas relações são regularmente exprimíveis, em sua natureza fundamental, por fórmulas matemáticas. Isso não só é possível mas, se não é possível, negamos que os fatos lingüísticos sejam regular e continuamente inteligíveis. (SAUSSURE, apud BOUQUET, 1997, p.222)

Nesta segunda parte do trabalho, tentaremos desenvolver a noção do conceito de real que o apresenta como “aquilo que não cessa de não se escrever”, como o indizível, aquilo que está fora da cadeia significante, não está subordinado a nenhuma ordem nem lei. Tentaremos ainda articulações deste real com o conceito de causalidade, buscando aproximá-lo da relação causal que foge à explicação do modelo “causa-efeito”. Trata-se, em síntese, de entender o real como o encontro faltoso com a causa. Para tanto, precisaremos passar em revista alguns conceitos, como os de significante, repetição e a própria noção de causa e a de real em Psicanálise. Isso para que, no terceiro capítulo, possamos articular esses conceitos com a causalidade da língua em Saussure.

2.1 A causação do significante

A noção de significante é um dos elementos principais dentro da Psicanálise. Embora esse termo tenha sua origem na Lingüística, tomou outras configurações na Psicanálise, para a qual é um pivô de fundamental importância. Embora seja Lacan o

responsável por esta articulação com a Lingüística, observa-se que a noção de significante já estava presente desde Freud.

Freud não utilizava a expressão significante, mas deu todas as condições para que Lacan o fizesse. O significante que encontramos em Lacan já era tratado, de uma ou de outra forma, por Freud em seus artigos. Entretanto, não há uma continuidade fluida entre Freud e Lacan: se há, por parte de Lacan, a sustentação da letra freudiana, por um lado; há a ruptura causada pelas suas inovações, por outro. Lacan, a partir de Freud, traz avanços à Psicanálise que não são sem efeitos, proporcionando ao campo uma nova configuração, que porta tanto a ratificação de conceitos fundamentais quanto a introdução de novos termos, conceitos, aforismos e matemas¹ que provocam uma ruptura, ou no mínimo, uma forma diferenciada de leitura e prática da Psicanálise.

Ora, bem sabemos que as leituras são retroativas e, se hoje entendemos Freud de uma determinada maneira, é a partir da leitura de Lacan. É o que nos leva, por exemplo, a encontrar o protótipo de significante em diversos textos, dentre eles: Afasia (1891), Carta 52 (1896), Estudos sobre Histeria (1895), Interpretação dos Sonhos (1900) e outros.

Ademais, sabemos que Freud faz avançar sua teoria a partir da Interpretação dos Sonhos (1900) e dos Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade (1905), de forma que os textos antes citados — todos anteriores a 1900 — eram o início de um arcabouço teórico que iria perturbar o sono de qualquer senhora honrada. Se levarmos em consideração as publicações posteriores a este início — O Inconsciente (1915), A pulsão e seus destinos (1915) e o Além do princípio do prazer (1920) —, estaremos realmente vislumbrando, embora de forma precária, o que foi construído e que podemos tentar definir neste capítulo como o que é mais contundente em Psicanálise, aquilo que é da ordem do não realizável. Os pontos de avanço da teoria psicanalítica estão marcados, em certa medida, por essa ordem do não realizável; são momentos dentro do percurso freudo-lacaniano em que observamos a extrema angústia e perturbação que isso traz, mas que também representam a única possibilidade de avanço da Psicanálise.

Os textos aqui citados, na verdade, tratam de momentos importantes da Psicanálise e todos, de uma ou de outra forma, trabalham com a ordem da impossibilidade, em última

¹ “Termo criado por Jacques Lacan, em 1971, para designar uma escrita algébrica capaz de expor cientificamente os conceitos da Psicanálise, e que permite transmiti-los em termos estruturais, como se se tratasse da própria linguagem da psicose.” (ROUDINESCO, 1998, p.502)

medida esbarram na rocha viva da castração, tal como aconteceu com Freud, Saussure, Lacan e tantos outros. Diante desse esbarramento, uns recuaram, outros reconheceram um limite, outros tentaram avançar com precauções, e um certo Jacques Lacan propôs um atravessamento dessa barreira pelo reconhecimento da limitação que ela impõe, o limite da castração, lançando a possibilidade de um fazer diferente com aquilo que antes causava angústia. A castração é a falta simbólica de um objeto real, causando, portanto, uma impossibilidade que atinge a todos, mas também é a única possibilidade de haver cultura, por exemplo, ou mesmo o próprio sujeito. O que Lacan propõe não é a negação da castração; ao contrário, é, a partir de sua aceitação, fazer disso algo diferente cujo o efeito não será mais de angústia, e sim de uma “invenção”².

Lacan (1988, p.197), ao tratar o significante, diz que “um significante é o que representa um sujeito para um outro significante.” Está numa relação em que um significante requer outro significante, formando uma cadeia. A presença de um elemento denuncia a ausência da coisa a ser significada: “A representação é a morte” (DERRIDA, 1995, p.222). Deparamo-nos aí com a falta³, que está inserida num jogo de presença — ausência. A falta é marca de uma ausência, marca da castração que imprime a dimensão fálica. Em outras palavras, a falta é, neste momento, de uma ordem fálica, que demanda algo na tentativa de suturar o buraco, significar a falta, fazendo com que toda significação seja fálica. “O falo é o significante privilegiado dessa marca, onde a parte do logos se conjuga com o advento do desejo.” (LACAN, 1998, p.699). Desta forma, podemos deduzir que a significação só pode ser de uma ordem fálica.

Lacan (1998), no artigo “A Significação do falo”, não diz que toda significação é fálica, não remete a um pansexualismo, não diz que tudo é significante; ao contrário, trata de dizer que nem tudo é significante, e sim passível de significação, portanto significável, que as coisas são sexualizáveis e não sexuais, e que o significante por si só esbarra em sua impossibilidade de significação. A falta faz presente o significante, da mesma forma que este presentifica a falta; em claras palavras, temos, então, duas direções: uma que aponta a

² Invenção no sentido de um “fazer algo” novo, que é diferente do efeito paralisante da angústia. Essa invenção pode ser do sujeito, da cultura, da arte e tantos outros.

³ A falta pode estar articulada em diferentes categorias e objetos, tal como podemos encontrar em Dor (1989, p.84): “[...] a castração é a falta simbólica de um objeto imaginário, a frustração é a falta imaginária de um objeto real, a privação é a falta real de um objeto simbólico.” Iremos, neste momento, trabalhar com a castração.

falta como sendo causa do significante, e outra que aponta o significante como causa da falta, por presentificá-la. São, portanto, os dois sentidos do subtítulo “A causação do significante”: O que causa o significante, e o que o significante causa. Esses dois sentidos parafraseiam os que estão presentes no artigo “A significação do falo” (LACAN, 1998), a saber: o que significa o falo e o que o falo significa.

O significante é fenda inaugural, qualidade daquilo que possibilita a significação, da mesma forma que denuncia sua ausência de significação. O significante — esse ser imaterial, que é parte do discurso — é que fala em nós, apesar de nós. O significante fala no sujeito, antes mesmo de ser falado pelo sujeito; ou seja, é uma relação na qual o significante precede o sujeito, de modo que a significação não está ligada a nenhum movimento volitivo, intencional do sujeito. O sujeito, antes de falar, é falado, no sentido de usado, tomado por empréstimo em seu próprio corpo, em seu som, para que o significante fale nele e através dele. O significante primordial é o que inaugura o sujeito no campo da linguagem, marcando-o radicalmente com o traço da subjetividade, a inscrição da letra no corpo, significante de seu ser. “O falo como significante dá a razão do desejo (na acepção em que esse termo é empregado como ‘média e razão extrema’ da divisão harmônica)” (LACAN, 1998, p.700).

O que vislumbramos é a emergência do sujeito do inconsciente através do significante fálico, o discurso do Outro, tesouro dos significantes, que instaura, via significante, o desejo, que, vale salientar, é do Outro. A instauração do significante como aquele que opera no corpo o lugar da sexualidade coloca o sujeito no lugar da falta em ser, naquilo em que o sujeito claudica, provocando a demanda por significantes que venham a preencher o lugar da falta, que venham aplacar o vazio da alma, a amargura de viver. Daí procede-se à construção da cadeia significante (simbólica). O que o Outro proporciona não é o que é demandado, mas o que é da ordem da subjetivação, da ordem do sexual, portanto fal(t)ante, seccionado, pois o sexo é a divisão, o diferencial, é a *hommelete*⁴.

De cada vez que se rompem as membranas do ovo de onde vai sair o feto em passo de se tornar um neonato, imaginem por um instante que algo se volatiliza,

⁴ Neologismo utilizado por Lacan (1988, p.186) no Seminário 11, em que promovendo sua escansão *homme/lete*, demonstra que para fazer uma *omelette* e um *homme* é preciso, no primeiro caso, quebrar os ovos, e, no segundo, que algo se quebre, se rompa.

que com um ovo se pode fazer tanto um homem quanto um homelete, [...]
(LACAN, 1988, p.186)

O sexual é o que fica em falta, é o que se quebra, o que é perdido. No mito de Aristófanes⁵, encontramos a ruptura na esfera do amor, e aquilo que é dividido jamais é encontrado. A “cara metade” é o mito da união perfeita entre os sexos, que se supõe que um dia teria existido e foi perdido, passando o sujeito a procurar sua outra metade ou sua “cara metade”. A ordem do sexual é a da morte. Nas amebas, a reprodução é assexuada, por bipartição, de modo que o organismo não morre. Contudo, nos organismos em que há sexo, necessariamente há morte, pois a qualidade do sexual é a da perda. “Com isso vocês percebem que a ligação do sexo com a morte, com a morte do indivíduo, é fundamental.” (LACAN, 1988, p.143)

O que é do sexual está necessariamente atravessado pelo significante, que o torna tão satisfatório quanto aquilo que outros pensariam ser satisfatório na copulação, pois entre o falar e o trepar a satisfação é da mesma ordem significante:

Em outros termos – por enquanto, eu não estou trepando, eu lhes falo, muito bem!, eu posso ter a mesma satisfação que teria se estivesse trepando. É isto que quero dizer. É isto que coloca, aliás, a questão de saber se efetivamente eu trepo. Entre estes dois termos, estabelece-se numa extrema antinomia que nos lembra que o uso da função da pulsão não tem para nós outro valor senão o de pôr em questão o que é da satisfação. (LACAN, 1988, p.157/158)

Para a Psicanálise, o significante é o que representa um sujeito para um outro significante, é o que representa o sujeito nesse gozo fálico⁶ situado entre o trepar e o falar, por exemplo. O significante não está vinculado somente ao seu potencial lingüístico, assim

⁵ Trata-se do discurso de Aristófanes relatado no *Banquete* (PLATÃO, 2001, p.120-129). Nesse discurso, Aristófanes fala sobre o mito de que havia três sexos: o masculino, o feminino e o andrógino. Este último seria uma espécie esférica que possuía quatro pernas, quatro braços, dois rostos, quatro orelhas, dois órgãos de geração e tudo mais na mesma proporção. Por conta de sua audácia, os andróginos pretenderam atacar os deuses e Zeus puniu-os, dividindo-os em duas partes, que, uma vez seccionadas, ficaram enfraquecidas e começaram a procurar sua outra metade. Dessa forma, originou-se, segundo Aristófanes, o amor que as criaturas sentem umas pelas outras.

⁶ É um termo pouco utilizado por Freud, mas que tornou-se um conceito na obra de Lacan. O gozo não é a satisfação obtida pelo prazer, o gozo está para além do princípio do prazer, em que se mesclam satisfação e sofrimento, provocando um aumento da tensão, ao contrário do prazer que diminui ou alivia a tensão. O gozo fálico é o que não se submete à castração. Para Roudinesco (1998, p.299): “Inicialmente ligado ao prazer sexual, o conceito de gozo implica a idéia de uma transgressão da lei: desafio, submissão ou escárnio [...] Posteriormente, o gozo foi repensado por Lacan no âmbito de uma teoria da identidade sexual, expressa em fórmulas da sexuação [...]”

como o prazer não está ligado ao potencial genital, e sim ao significante. Para a Psicanálise, o significante toma uma outra configuração, que redimensiona a questão da linguagem e da língua, colocando-o em seu lugar potencial por excelência, que é o da constituição psíquica, que está para além do lingüístico e do prazer dito genital. Há aí a credibilidade e a aposta incondicional nos poderes do significante.

O significante instala o sujeito (que até então era um proto-sujeito por assim dizer) na dimensão do desejo, do psiquismo. Quando um *infans* chora ou grita, escutamos apenas um som, que nos incomoda e nos faz, ou faz a mãe, significar esse grito, dar um significado a esse som. Aí se instala, via Outro, a dimensão do desejo, que faz desse *infans* um ser desejante quando ele é desejado por alguém que irá nomear esse choro. O que se passa entre o sujeito e o outro, via significante (grande Outro), é a estruturação psíquica. O significante se faz presente pelo seu caráter inevitável. Há nesse grito uma falta, a ausência de algo que jamais será sabido, pode ser apenas suposto. Nesse caso, a mãe supõe o que falta à criança e, nesse momento, coloca significante nessa ausência, numa tentativa de aplacar a falta. Podemos então dizer que o que causou o grito é de um caráter mítico, pois jamais saberemos o que foi, se é que foi algo. Contudo, sabemos que o grito causou o significante ao sujeito através do Outro. É o desejo do Outro que coloca significante no choro, de modo que, como aliás já salientamos, o efeito é retroativo. Há o significante que vem do Outro. Mais do que isso, o significante inventa o choro, dá-lhe estatuto de existência ao nomeá-lo. Tal como no dizer bíblico (informação verbal): “No princípio era o verbo, e o verbo se fez carne[...]”, ou seja, o significante dá existência à carne; através do simbólico, inscreve-a na realidade.

A palavra do outro é o que possibilita ao grito não ser somente um traço real e sim que um som que forme cadeia através do significante dado pelo Outro. No início era o verbo, e esse se corporificou através do significante. É por isso que falávamos dos poderes do significante, que, em outras palavras, é o que faz sujeito, pois é através do significante que temos a constituição do sujeito. O significante é aquilo que pertence ao campo do Outro, que, pelo Outro, faz-se sujeito. Esse é um ponto situado entre Real e Simbólico. “O sujeito nasce no que, no campo do Outro, surge o significante. Mas por este fato mesmo, isto – que antes não era nada senão sujeito por vir – se coagula em significante.” (LACAN, 1988, p.187)

Em “Além do Princípio do Prazer”, Freud (1920, v.18, p.25-26) relata uma observação feita em seu neto, quando o mesmo brincava com um carretel, que jogava longe, emitindo um som o-o-o-o *fort* (fora) e posteriormente puxava o carretel emitindo o som *Da* (aqui). Nesse conhecido exemplo de Freud, nos interessa, nesse momento, somente a questão do real que está fora do jogo simbólico de presença e ausência. Temos então um real que não se faz simbolizado, um real que se mostra no puro som emitido pela criança, um o-o-o-o que Freud interpreta como *fort*, isto é, a modo de uma *forçage*⁷, por significar aquilo que resiste à significação. Sabemos que é desse modo que ocorre a constituição do sujeito, por essa *forçage*. É o mesmo caso da mãe que diz que a criança chora porque está com fome; isso é “forçar a barra”, pois não sabemos se é fome que a criança sente. Nestes exemplos, o real nos aparece como aquilo que não cessa de não se escrever, o real é aquilo que não entra no jogo do *fort-da*, não é nem presença, nem ausência, é apenas uma marca, um traço que resiste à significação.

2.2 *Tyche* e a questão da causalidade

Entraremos na questão da causa e sua relação com o real. Iniciaremos por um ponto que nos chama a atenção e que se refere ao equivalente do termo coisa na língua francesa: *chose*, que tanto diz respeito a coisa como também tem sua origem no latim *causa*. Não é nenhum disparate pensarmos que a coisa é o que causa, do mesmo modo que o real, que também pode ser entendido como coisa (que não é significável), é o que causa, pois provoca a cadeia significante. Então causa e coisa estão próximas não só pela sua etimologia, mas também no que tange os limites de seus conceitos. A causa tomada em muitos momentos como sendo de uma ordem mítica, pode também ser entendida, pela nossa leitura, como sendo de uma ordem real, como aquilo que causa — uma coisa que não se insere dentro da cadeia significante. A coisa é o que causa, mas é também o que não se

⁷ Neologismo utilizado por Lacan para dar conta, de um modo geral, da força que a língua imprime na constituição do sujeito, quase como um “forçar a barra”, tal como o seguinte exemplo: diante de um amálgama de sons emitido pela criança, alguém diz: “Ah! Ele disse mamãe!”, essa interpretação é uma *forçage*, quase como uma “violência” da linguagem sobre o sujeito.

consegue explicar, do ponto de vista racional, o que causa. Lacan parece querer deixar claro que a causa não é racionalizada:

A causa, para nós, qualquer que seja a modalidade com que Kant a inscreva nas categorias da razão pura – mais exatamente ele a inscreve no quadro das relações, entre a inerência e a comunidade – **a causa não é por isso racionalizada.**
(LACAN, 1988, p.27, grifo nosso)

Não sendo a causa racionalizada, podemos pensar que, quanto a ela, cabe, segundo Lacan (1988, p.28), “[...] introduzir no domínio da causa a lei do significante, no lugar onde essa hiância se produz.” Ou seja, introduzir a lei do significante é considerar a dimensão da falta no domínio da causa.

A causa nos remete a tocarmos, por mais sutil que seja, na questão da origem e também da falta, pois só podemos pensar na causação do significante para aquilo que falta. O significante é a presentificação de uma falta, é chamado a se fazer presente denunciando a ausência daquilo que seria a coisa em si. No dizer de Jacques Lacan (1988, p.27): “[...] só existe causa para o que manca.” Observamos aqui que se trata de uma hiância fundante que marca radicalmente o significante, colocando-o naquilo que costumamos denominar tecnicamente como castração. A falta se faz no espaço compreendido entre a causa e o efeito: “[...] entre a causa e o que ela afeta, há sempre claudicação.” (LACAN, 1988, p.27)

Diferente é a lei, cuja ordem se fecha dentro de uma explicação que não deixa espaço para a falta: há uma ordem perfeita de explicação. Na causa, não há determinante, o determinante da cadeia é a lei. “Ela (a causa) se distingue do que há de determinante numa cadeia, dizendo melhor, da lei.” (LACAN, 1988, p.27). Lacan exemplifica esta passagem com a lei de ação e reação, em que, tomada em sua coerência, não há falta. Já a causa, é situada na ordem da falta, de um não realizável, daquilo que “terá sido”; ou seja, de um tempo verbal que expressa um futuro do presente simples, que não foi realizado, ao mesmo tempo que traz a expectativa de ser realizado. Para a gramática, trata-se de um composto do futuro do presente simples do verbo auxiliar, com o particípio do verbo principal. É um tempo verbal que expressa o futuro de um presente, de um verbo que exprime ação, estado e qualidade e que tem função de verbo, substantivo e adjetivo. Para nossa leitura, trata-se de um tempo verbal que trabalha com uma suposição real, que tem estatuto de real. Não há outra maneira de tratar a causa; esse não realizável só pode ser concebido como uma suposição real, o que, no entanto, não quer dizer constatação empírica. O “terá sido” é uma

forma de explicação de algo que aconteceu na suposição, com estatuto de real; logo é por esse prisma que podemos entender a qualidade daquilo que designamos como causa.

A causa, como o não realizável, nos coloca novamente na dimensão da falta, pois, se algo não se realiza, é devido unicamente à falta que aí se faz presente. Isto aproxima-se muito da noção de real, pelo fato de que o real é o encontro faltoso, e o que ele traz de mais tangível é justamente seu caráter de impossível, portanto, não realizável. “[...] e o que é que ele [Freud] acha no buraco, na fenda, na hiância característica da causa? Algo que é da ordem do não-realizado.” (LACAN, 1988, p.28). Atrevemo-nos a dizer que a causa só pode ser entendida como um real e tentaremos sustentar esta afirmação em todo decorrer deste trabalho.

É esta causa que se aproxima do real e, por certo, não se trata de uma causa racional, em que as relações de ordem e lógica estão muito bem colocadas e explicadas. A causa a qual nos referimos não está inserida dentro das características de racionalidade e inteligibilidade humana, e sim trata-se de uma causa cujo fundamento está pautado em um puro *non sense*, cuja possibilidade de uma explicação plausível nos atravessa tangencialmente. A que causa então nos referimos?

Aristóteles (apud GARCIA-ROZA, 1986, p.39-43) situa a existência de quatro causas: 1º) A causa formal (*eidōs*), que faz com que uma coisa seja distinta das demais; 2º) A causa material (*hylē*), que é a matéria de uma coisa; 3º) A causa eficiente (*kinoun*), que coloca em jogo o movimento e a causa produtora; 4º) A causa final (*telos*), que é a finalidade, o porquê de alguma coisa existir. Essas categorias de causa em Aristóteles garantiam que não há movimento sem causa. No entanto, ainda cabe a noção de causa accidental (*symbebekos*), que se divide em dois tipos: *tyche* e *automaton*. Ambas tratam de uma causa que não foi prevista e também não sofreu, em nenhum momento, a deliberação ou qualquer outra interferência, seja de ordem divina ou humana. Trata-se de uma causa que está entregue à própria fortuna, é accidental ou, poderíamos dizer, entregue ao acaso. Devemos entender aqui acaso, como a qualidade daquilo que está dissociado de qualquer domínio da inteligibilidade humana. É um destino que o homem desconhece, que lhe é exterior e ao qual ele está submetido.

Há ainda a noção de Lucrecio a respeito do acaso. Este o situa como sendo não uma alteração da lei e da ordem a priori, mas ausência da lei e da ordem, o puro acaso do *clinamen*.

Para Lacan (1988, p.56), *Automaton* é a rede de significantes, enquanto a *tyche* é “[...] o encontro do real”. É um encontro faltoso, é o que está para além da fantasia, para além da rede de significantes, para além do princípio de prazer, é o real que se repete. “O que se repete, com efeito, é sempre algo que se produz – a expressão nos diz bastante sua relação com a *tyche* – como por acaso.” (LACAN, 1988, p.56). Ele celebra o encontro que é impossível, o encontro faltoso, por ser a repetição da falta.

O acaso como real é aquilo que irrompe a contigüidade da rede de significantes. A *tyche* expressa o real de um acaso, que está alheio a qualquer investimento da qualidade humana. Para São Tomas de Aquino (apud GARCIA-ROZA, 1986, p.41), o fortuito da relação casual se dá num conhecido exemplo, em que dois homens vão à praça por motivos diversos. Um deles deve uma quantia em dinheiro ao outro e, ao encontrá-lo na praça, quita a dívida. Seus interesses de irem até a praça em nada tinham relações com a dívida, mas a quitação desta aconteceu ao acaso – articulando séries causais independentes. O acaso situa a ordem do desconhecido.

O real é o que está para além do *autômaton*, que vai do trauma à fantasia, que está na falta de representação, pois não há representação nem para o real, nem para a falta; é o lugar único que não encontramos envelopado num sonho, está para além deste e faz deste a realidade daquilo que é inconsciente.

As relações causais se estabelecem num momento posterior, depois de ocorridas, tal como no exemplo citado no capítulo anterior, em que só foi estabelecida a causa do atentado terrorista em Nova Iorque depois de ocorrido o fato, ou seja, a causa não foi o que provocou os fatos e sim o que foi provocada pelos fatos. Corremos o risco de a causa ser puramente imaginária, como por exemplo, dizer que a lua causa as marés pode ser imaginário, pois Hume (apud HARARI, 1990, p.54) diz ser possível a ocorrência de uma simples sucessão dos fatos em que um ocorre posteriormente ao outro, mas não necessariamente numa relação de causalidade, em que um fato causa o outro. Freud (1896, v.3, p.189), em “Etiologia da histeria”, expõe que os analisandos são quase sempre vítimas do estilo *post hoc, ergo propter hoc* (depois de, portanto a causa de), por crer que se “b” é

posterior a “a”, então “a” engendrou “b”, o que não é necessariamente verdade. Os analisandos tendem a ver esse tipo de relação principalmente quando a causalidade aponta para uma ordem real.

Em uma nota de rodapé acrescentada em 1924 à “Psicopatologia da vida cotidiana”, Freud (1901, v.6, p.253) cita uma história contada por Ossipow que trata de um jovem casal que viajava para Moscou. Quando estavam na parada da estação de uma cidade, o jovem esposo decidiu descer até o portão da estação para dar uma olhada na cidade. Segundo sua expectativa, o trem se deteria ali o tempo suficiente para sua olhadela. Ao retornar, percebeu que o trem já havia partido, levando sua esposa. Já em casa, comentou o fato com sua ama, e esta disse: “Este casamento não vai dar certo”, o que o fez, naquele momento, rir, mas chamou-lhe a atenção o fato de, cinco meses após o episódio da estação, estar separado de sua esposa. Anos mais tarde, ele se casou com uma mulher que residia na cidade em que ocorreu o fato da “olhadela”, apesar de naquela época ele desconhecer tanto a cidade, quanto a mulher. Uma explicação mística não tardaria em responder que esse era seu destino, que o futuro estava escrito desde sempre e que o episódio seria apenas uma manifestação de sua inevitável ocorrência. A explicação atribuída por Freud distancia-se da mística em vários aspectos, pois o mestre vienense não concebe casualidades psíquicas ou internas. Para ele, há um determinismo psíquico que diz respeito ao desejo inconsciente, que, neste exemplo, aparece através de um ato falho (ter decidido do trem para espiar a cidade, quando, na verdade, era um protesto contra seu casamento). Há aí um determinismo diferente do místico em, no mínimo, dois aspectos: primeiro, por ser psíquico e implicar o sujeito em questão; segundo, por esse determinismo só ser detectado *a posteriori* (*nachtraglich*) ou “só depois”⁸. O místico interpreta todos os acontecimentos psíquicos ou não, colocando-os em uma ordem de causalidade que é externa ao sujeito. Este nada pode fazer frente a seu destino. Freud, assim como o místico, não concebe o acaso como um mero acaso. Contudo, se diferencia daquele interpretando a causalidade como uma motivação psíquica e não como um fator externo.

⁸ Expressão que estabelece que a questão da compreensão só é possível em um tempo logicamente posterior. Ver, a respeito, o conceito de “Tempo Lógico” em LACAN, J. O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

É necessário, nesse momento, fazer uma distinção quanto ao posicionamento de Freud e Lacan em relação ao acaso. Freud, como já mencionamos, não acreditava em casualidade psíquica, mas sustentava que há um determinismo psíquico do desejo inconsciente. O que outros entendiam como um mero acaso, ou como um destino pré determinado, Freud entendia como uma causalidade inconsciente que estava presente. Ou seja, para Freud, sempre havia uma causalidade de ordem psíquica. Entretanto, encontramos ainda na “Psicopatologia da vida cotidiana” uma passagem em que Freud afirma, embora muito rapidamente, acreditar no “acaso (real) externo”, tal como podemos apreciar: “[...] creio no acaso (real) externo, sem dúvida, mas não em casualidades (psíquicas) internas.” (FREUD, 1901, v.6, p.253). Freud faz essa rápida menção e não trata, ao menos neste momento, do dito “acaso (real) externo”. Parece que prefere centrar foco na afirmação contundente da causalidade psíquica, mas deixa aí uma brecha, na qual Lacan vem se posicionar, ratificando o determinismo inconsciente e aprofundando esse dito “acaso (real) externo”. Lacan sustenta que há uma causalidade que não é determinada pelo inconsciente, se dá como se fosse um acaso, mas também não é um mero acaso, mas sim uma causalidade motivada por uma ordem externa e independente do sujeito. É uma causalidade real, que ultrapassa uma compreensão simbólica, pois está referida a um impossível.

Para dissertarmos melhor sobre esse “acaso real”, utilizaremos dois exemplos citados por Roberto Harari (1990, p.88-89). Um fala de um sujeito que toma três coletivos diferentes num mesmo dia e nos três recebe um bilhete cujo o número acaba em 7. O outro, um pouco mais tenebroso, trata de uma mulher cujos pais morreram em um acidente de trânsito. Dez anos mais tarde, seu noivo também morre num acidente de trânsito. Nos dois exemplos, percebemos uma causalidade que independe do psiquismo, dos desejos, e, em última instância, do sujeito, pois trata-se de uma causalidade que aponta para um real, que se manifesta como que ao acaso. É um acaso que articula séries causais independentes, provocando efeitos de uma ordem real. Vislumbramos aqui a instância da *tyche*, a deusa da fortuna, que, no último caso, provoca a morte dos pais e do noivo. Para a Psicanálise, não se trata de um destino fúnebre escrito nas linhas da mão dessa mulher, assim como diriam alguns místicos, tampouco um desejo inconsciente capaz de tamanho poder maligno, e sim trata-se do acaso como causa, logo *tyche*. Evidentemente, os efeitos desses episódios fazem

o sujeito se perguntar o porquê disso ocorrer e por que justamente com ele. Faz com que o sujeito se defronte com o que há de mais avassalador no psiquismo, que sem dúvida atropela o sujeito, puxa-lhe o tapete e o deixa com um enorme ponto de interrogação, buscando incessantemente explicações cabíveis para o ocorrido. Em outros termos, leva o sujeito a procurar palavras que possam dar conta desse real, buscando escrever o real dentro de um raciocínio, dentro de uma cadeia significativa. Mas bem sabemos que o real não cessa de não se escrever.

É uma maneira, de tentar escrevê-lo, quase como desesperada na tentativa de suturar a hiância, apagar esse real que mostra a falta, que irrompe a cadeia simbólica, deixando o sujeito sem palavras, como por exemplo, naquele conhecido dizer que é mencionado em seguida de uma tragédia: “Não tenho palavras para dizer o que ocorreu”. É a dimensão real presente na causa, aquilo que não está determinado, aquilo que não obedece ordem, nem lei, aquilo com que se defronta o sujeito na experiência da prática psicanalítica, entendida como a prática do real. Nas palavras de Harari (1990, p.89):

É a repetição com seu impacto, como encontro falho que ele comporta, o que defronta decisivamente o sujeito com a experiência do real. Experiência de que trata definidoramente a Psicanálise, entendida como prática do real.

O real não está situado na ordem, também não pertence ao puro acaso, no sentido de sem causa. A causa, presente no acaso, é de uma ordem real, ou seja, não é um puro acaso. Estaríamos diante de uma causa sem ordem, correlativa a uma causalidade real, que se processa no intervalo entre acaso-ordem.

O real não se constitui como puro acaso nem como ordem absoluta, mas em termos do diferencial acaso-ordem: um fundo de acaso contra o qual se constituem ordens emergentes. (GARCIA-ROZA, 1986, p.66)

Há outro exemplo em Freud (1919, v.17, p.254), relatado no artigo “O Estranho”, que nos é muito rico para esse momento. Certa ocasião, Freud caminhava por pequenas ruas de uma província na Itália e, sem se dar conta, estava numa rua de pequenos prostíbulos. Apressou-se então em desviar-se dos prostíbulos. Após vagar por alguns minutos, viu-se novamente na mesma rua, onde sua presença já chamava a atenção. Depois de uma saída rápida, entrou numa rua que o fez retornar então pela terceira vez a mesma rua onde havia “mulheres pintadas na janela”. Este exemplo nos traz algo do real como aquilo que retorna ao mesmo lugar, cuja a origem é involuntária ou, poderíamos pensar,

imotivada. Esse real, do qual não se pode escapar, desviar, tomar outro rumo, marca, determina. Fica porém a questão: o que há de acaso neste exemplo de Freud? O que há de repetição?

Parece ser incontestável, no exemplo acima, a marca da repetição. Esta, vale salientar, em nada refere-se à reprodução do idêntico. Muito pelo contrário, a repetição é com diferença: trata-se de voltar ao mesmo lugar por vários caminhos, tal como no exemplo de Freud, por várias ruelas. Kierkegaard (apud GARCIA-ROZA, 1986, p.31) salientava que a repetição não é reminiscência, mas é a marca da diferença, pois traz novidade. Já o acaso nos remete à questão da causalidade, isto é, ao que causa essa repetição, ao que faz com que Freud retorne à rua dos prostíbulos. Os menos avisados diriam simplesmente que é o desejo; pois bem, o desejo é o efeito da causa. Se desejo é porque alguma operação em alguma instância se fez presente para operar o inconsciente; ou seja, o desejo não é fruto de si mesmo, mas da falta — desejo o que falta. Então poderíamos perguntar o que causa a falta? A causalidade acerca da falta não está escrita dentro dos domínios da razão, pois esta falta está presente como ausência desde antes. A causa, aí, foge da explicação positivista de que para todo efeito há uma causa. Antes, se instaura uma dimensão que concebe a causa como impossibilidade de acesso, uma impossibilidade real. Perguntar por que algo ou alguma coisa falta, manca, é tentar estabelecer uma ordem em que há explicação para o que falta, é o acaso. É uma determinação real. Freud horroriza-se ao se deparar pela terceira vez com a rua dos prostíbulos, pois a causa é real, é da ordem do não sentido. Ao mesmo tempo, podemos estabelecer com Lacan que, antes mesmo de ser o que gera a falta, a causa é um produto da própria falta. É pela falta que existe a causa. Isso nos leva a pensar que a falta, além de constituinte, é logicamente anterior a toda ordem de estabelecimento do mundo, da vida e da linguagem. No entanto, ao real, nada falta, em sua estrutura. Mas o real provoca a falta. A falta é um dos efeitos do real frente ao simbólico, por este não conseguir abarcar aquele.

Podemos talvez tomar simplesmente a imotivação como a propriedade daquilo que não tem motivação, logo sem causa? Mas é possível uma relação sem causa? A causa parece estar ausente, porém apostamos na hipótese de uma causalidade tal que não é um saber que se centra no homem, nem, por oposição, o saber totalizante de um Deus, mas é de uma outra ordem, da qual é impossível a explicação pela inteligibilidade. Em outras

palavras, não é a causa que está ausente, mas sua explicação está ausente pela sua própria impossibilidade, o que gera angústia em todo pensamento humano. É o encontro com a falta, o inexplicável. Aliás, podemos lembrar com Lacan (1988, p.27) que é justamente a falta que produz causa. “Em suma, só existe causa para o que manca”. A causa é a presentificação da falta, e a impossibilidade de explicação causal é a presentificação do acaso (real).

2.3 O real e a repetição

Lacan (1985, p.373), na classe do dia 22 de Junho de 1955, fala do real, do “[...] fato de ele voltar, seja onde for, ao mesmo lugar.” O real é aquilo que retorna ao mesmo lugar, com o qual sempre podemos contar, pois ele sempre está lá, onde não é pensado, no ignorado. Nesse sentido, é análogo à própria pulsão, ou parte dela, pois a pulsão é a que faz o circuito e retorna para o mesmo lugar, lugar no qual se satisfaz parcialmente. O retorno sobre a própria zona erógena, é aí que reside o circuito da pulsão.

Temos que ter um pouco de cautela quando tratamos do real como aquilo que retorna ao mesmo lugar. Há que entender que o “mesmo lugar” refere-se unicamente ao ponto em que o real se encontra, o ponto da impossibilidade, e que está sempre lá, é um lugar topológico, não realizável no empírico. Lugar jamais pensado, nem mesmo imaginado, ao inverso é o lugar do impensado, pervertendo a máxima cartesiana do “Penso, logo sou”, transpondo o ser para onde não penso, e o pensar para onde não sou. Em poucas e rudes palavras, é o lugar do impossível de ser escrito dentro de uma cadeia significante, resistente à qualquer significação; lugar de uma abstração real, no sentido de puxado para fora do campo simbólico, não um lugar concreto, isto é onde o real incessantemente não se escreve.

Ademais, tratar o real como “aquilo que” é justamente apontar para um pronome⁹ que simplesmente demonstra, não tendo nome; diferentemente, nos termos lacanianos, uma

⁹ Aquilo que substitui o nome: pró-nome, vem no lugar do nome, a favor do nome, porém não é nome. O pronome mostra o caráter inominável do real.

“mostração”¹⁰, pelo fato de que o real só pode ser mostrado, jamais simbolizado. É aquilo, é apontado, referido, porém inominável, não é escrito; de modo que só pode ser tratado de forma pronominal. Lacan não escreve o real ao tentar teorizá-lo, mas promove uma escrita do real, ou seja, uma escrita que permite operar no real.

Já no que concerne ao retorno, este não deve ser entendido como repetição, não tem relações com a repetição. O retorno é do mesmo, do idêntico, é de uma ordem imaginária, é reprodução, rememoração. Ora, diferente é a repetição, que é com diferença, pois o sujeito aparece sob diversas e diferentes facetas, mas sempre sobre o mesmo lugar, é o mesmo que aparece de formas diferentes. A repetição é real, pois a repetição traz a falta, que aparece de diversas maneiras; o que se repete é a falta, e a falta faz com que isso se repita. A repetição é o desejo, é a pulsão.

A repetição (*Wiederholen*) é tema central na filosofia que serviu de base para a psicanálise, a saber, Hegel, Kierkegaard e Nietzsche. Podemos inclusive considerar que se há algo em comum entre Hegel, Kierkegaard, Nietzsche e Freud é a relevância dada à questão da repetição, bem como o seu entendimento como diferença e não como reminiscência. A reminiscência é, *grosso modo*, uma questão da consciência, uma lembrança, ligada talvez à cognição e também a uma reprodução, que é do semelhante.

A repetição toma importância fundamental em Freud. Podemos verificar a influência de Kierkegaard no texto “Além do princípio do prazer”(1920), que faz com que a repetição fique dissociada do sentido antes vinculado, ou seja, algo que se repete não é o mesmo de antes, traz o novo, o diferente, é a novidade por não guardar relação com o anterior. Na verdade, a repetição traz o novo, o diferente, mas ela não é pura novidade, o que se repete é a falta, que vem revestida de uma nova roupagem. A reflexão de Freud ainda comporta a dimensão do desejo, pois se repete pelo desejo. Lembremos do exemplo dos prostíbulos, o que fazia Freud retornar por diversas vezes à rua dos prostíbulos era o desejo. O que há de novo é justamente a afirmação de uma outra cena que muitas vezes pode aparecer como um puro acaso, como, por exemplo, se deparar com a rua dos prostíbulos. Contudo, sabemos que não é do puro acaso que se trata, que é sim de um acaso

¹⁰ Neologismo lacaniano que tenta explicitar alguma coisa que só é teorizada ao ser mostrada, não há como ser representada, pois isto implicaria numa simbolização; e, neste caso, o real não é simbolizado, logo só pode ser mostrado, em parte evidentemente; neste sentido, é uma “mostração”.

real, que também porta a dimensão do desejo e da falta, logo implica o sujeito. A repetição se dá pelo impossível, ou seja, por se repetir, é impossível. É o não realizável.

A repetição não é nem o novo puro — como se fosse possível pensarmos em algo puramente novo —, mas também não é a cópia de uma matriz já dada. A repetição também está acima de qualquer volição humana, se dá pelo desejo. Este, tal como a Psicanálise o entende, é um ato que traz em si algo do passado com caráter de novo. É no trágico, no acaso, na falta, na repetição, que apreendemos pontas de real. A repetição também é do desconhecido, do ignorado, mas não o desconhecido por completo, aquele que nos é estranho, e sim o que há de desconhecido no familiar, aquilo que não conhecemos em nós, é o que nos espanta e o que se repete, tal como na noção de *Unheimlich*¹¹ de Freud.

Freud (1914) expõe que uma análise se dá pela recordação, repetição e elaboração. A repetição traz algo da atuação (*acting out*), que difere da recordação e da elaboração. A repetição está ligada à resistência:

Quanto maior a resistência, mais extensivamente a atuação (*acting out*) (repetição) substituirá o recordar, pois o recordar ideal do que foi esquecido, que ocorre na hipnose, corresponde a um estado no qual a resistência foi posta completamente de lado. (FREUD, 1914, v.12, p.166)

O sujeito, ao invés de recordar e elaborar, simplesmente repete, atua aquilo que seria recordado e elaborado. O manejo da transferência, por exemplo, esbarra no real da repetição. Lembremos que a repetição se faz por obra de conteúdos inconscientes.

Na recordação, sempre haverá resistência, porém nem tudo será recordado e, para haver a elaboração, não deve haver repetição. A repetição é, por exemplo, ao invés do sujeito recordar das vezes em que teve uma atitude hostil com seus pais, repetir essa atitude de hostilidade com o analista. Assim como nos diz Freud (1914, v.12, p.165): “Por exemplo, o paciente não diz que recorda que costumava ser desafiador e crítico em relação à autoridade dos pais; em vez disso, comporta-se dessa maneira para com o médico.”

Para Lacan (1988), a repetição aparece numa forma primeira que não é clara nem espontânea, como uma presentificação em ato. O ato, humano evidentemente, não é comportamento, porque parte de estrutura que tem a ver com um real que não é evidente,

¹¹ Esse conceito aparece no artigo “O Estranho”, em que Freud (1919, v. 17, p. 237-269) pontua o estranho familiar que há em nós. Não se trata de *Unheimlich* como sendo o estranho ao novo, ao não familiar, mas sim o estranho em si mesmo, aquilo que é o estranhamento do familiar.

mostrando o quanto esse ato tem relações com a repetição e com o real. “Não nos apressemos, antes de saber, e notemos isto, que um ato, um verdadeiro ato, tem sempre uma parte de estrutura, por dizer respeito a um real que não é evidente.” (LACAN, 1988, p.52)

Em Lacan (1988), a repetição, assim como a transferência, é um dos quatro conceitos fundamentais da Psicanálise. Segundo este autor, a repetição não é transferência e sim é um efeito da transferência. Neste sentido, a repetição é um obstáculo para a análise, pois, na repetição, o sujeito atua um saber, ao contrário da recordação, em que o sujeito promove um saber. A repetição está permeada pela resistência, mas também não há como ser diferente, pois, para Freud (1914), a recordação sem resistência só era possível no método hipnótico através da sugestão.

2.4 O real e o impossível

Tentaremos nos assegurar, nesse momento, numa argumentação cabível aos nossos interesses acerca do conceito de real. Lacan (1988, p.52), respeitando a característica de desconhecido ao sujeito, promove: “O real é aqui o que retorna sempre ao mesmo lugar — a esse lugar onde o sujeito, na medida em que ele cogita, onde a *res cogitans*, não o encontra.” Salientamos a riqueza do dizer lacaniano ao situar o real onde ele não é pensado.

O real é aquilo que não se situa entre os objetos de um mundo possível, pois seu objeto é denominado A Coisa — *Das Ding* — objeto que falta. Encontramos outra tradução para coisa, o termo alemão *die Sache* que também designa “a coisa”, porém esta surge como o possível, o objeto que tenta satisfazer o desejo, não como o objeto causa do desejo. Nas palavras de Garcia-Roza (1986, p.43): “Procuramos das Ding mas encontramos die Sache.” A rigor *das Ding* se aproxima do real, não como sendo aquilo que foi perdido e, por isso, objeto faltante, mas se aproxima do real na suposição do “terá sido”. “A Coisa” se faz pela nossa procura, não é e nunca foi um objeto empírico, e sim se faz presente pelo nosso desejo, como nostalgia de algo que terá sido dessa ou daquela forma, a nostalgia de algo que não aconteceu, mas sabemos que se faz presente pela sua ausência.

O real é a existência do *das Ding*; não enquanto objeto empírico, mas enquanto objeto real. O real é o estatuto da existência (ex-sistir). Nesse sentido, em nada se confunde

com a realidade, mas é o que permite que a “realidade” seja realidade. Confere um estatuto de existência aos objetos da realidade mundana. Preferimos os escritos de Garcia-Roza (1986, p.43) que exprimem o seguinte: “Presença irreduzível, o real é o que se repete, e nessa repetição funda o próprio mundo enquanto realidade. Esta é a repetição que vai caracterizar essencialmente a pulsão.” A repetição traz o novo, o que é do real em seu caráter inaugural e desconhecido.

O real é o inatingível, o impossível de ser dito — desculpe-me o leitor, mas preciso ser palavroso para falar do real, na insistência da possibilidade da palavra abarcar o real, possibilidade evidentemente frustrada, pois o real não é dizível. Para Harari (1990, p.79): “[...] o real é o impossível. Ao aparecer essa última categoria, cabe perguntar-se em cada caso: Impossível de quê? Por exemplo, de ser dito todo.” A impossibilidade é de apresentarmos aqui, neste momento, o real. O real é o irreduzível, que sobrevive ao sujeito.

O real é o corpo, é um todo que se movimenta sem obedecer uma ordem, sem estar subordinado a uma estrutura. Não se pode entender esse todo como uma massa coesa e nem um corpo unificado. A idéia do todo refere-se somente ao fato dele não depender de nada que seja externo a si mesmo, ou seja, o real é por si.

Sabemos que, na linguagem, sempre há distorções e imprecisões. Na fala, sempre há tropeços, que fazem com que o sujeito, embriagado de significante, se equivoque, tal como aquele famoso exemplo contado por Freud (1905, v.8, p.113) em “O Chiste e sua relação com o Inconsciente”:

Dois judeus encontraram-se num vagão de trem em uma estação na Galícia. ‘Onde vai?’ perguntou um. ‘À Cracóvia’, foi a resposta. ‘Como você é mentiroso!’, não se conteve o outro. ‘Se você dissesse que ia à Cracóvia, você estaria querendo fazer-me acreditar que estava indo a Lemberg. Mas sei que, de fato, você vai à Cracóvia. Portanto, por que você está mentindo para mim?’

Vemos claramente o engano em que o sujeito é pego. Entretanto há algo que não engana, que não sofre as distorções que a palavra provoca nas articulações significantes. Para Lacan (1985, p.78): “o correlato dialético da estrutura fundamental que faz da palavra de sujeito a sujeito uma palavra que pode enganar, é que há também alguma coisa que não engana” Essa coisa que não engana, que não é um equívoco, que não sofre distorções, é o real.

O real não é uma verdade, pois não está submetido a uma dialética de verdade/falsidade. O real simplesmente é. Ele faz sentir seus efeitos através de suas insinuações pela palavra que tenta a todo custo capturá-lo, porém sem sucesso. É através da palavra que o real faz sua irrupção na cadeia simbólica, denunciando a ausência de qualquer ordem e remetendo-nos àquilo que ficou excluído do simbólico, provocando o encontro trágico perpetuado desde os gregos e revigorado pela Psicanálise, o encontro com a castração, com a falta. Similar é o posicionamento levantado por Harari (1990, p.56): “A dimensão da causa aparece enquanto pergunta sobre o que irrompe de forma surpreendente.” E, mais adiante:

[...] não é o inconsciente que determina a neurose [...] pois o alcance da afirmação freudiana assinala que o que faz o que é inconsciente é mostrar a hiância por onde a neurose se conecta com algo da ordem do real. (HARARI, 1990, p.58);

Ou nas palavras de Lacan (1988, p.27): “Pois o inconsciente nos mostra a hiância por onde a neurose se conforma a um real – real que bem pode, ele sim, não ser determinado.”

Entender o real como aquilo que não cessa de não se escrever é tratá-lo como a qualidade daquilo que resiste a uma ordem lógica, a um pensamento racional, formal, é portanto de uma ordem outra que o coloca na impossibilidade, que em nada tem haver com a necessidade, e sim com a ausência, a impossibilidade do que poderíamos dizer uma escrita.

Cesar de no escribirse, no es fórmula puesta al azar. La referi a la contingencia, mientras que me regodeé con lo necesario como lo que no cesa de escribirse, pues lo necesario no es lo real. Apuntemos, de paso, que el desplazamiento de la negación nos plantea la pregunta de lo que ocurre con la negación cuando viene a ocupar el lugar de una inexistencia. Por otra parte, definí la relación sexual como aquello que no cesa de no escribirse. Hay allí imposibilidad. Es, asimismo, que nada puede decirlo: no hay, en el decir, existencia de la relación sexual. ¿Pero qué quiere decir negarlo? ¿Es legítimo de alguna manera sustituir por una negación la aprehensión experimentada de la inexistencia? Es otra pregunta que sólo me toca esbozar. La palabra entredicho (interdiction) ¿acaso dice más? ¿acaso es más lícita? Esto tampoco se puede, de inmediato, zanjar.¹² (LACAN, 1973)

¹² “Cessar de não se escrever, não é formula colocada ao acaso. Eu a referi à contingência, enquanto que me reconforto com o necessário, como o que não cessa de se escrever, pois o necessário não é o real. Apontemos, de passagem, que o deslocamento da negação nos coloca a pergunta do que ocorre com a negação quando ela

Há a impossibilidade de escrever a relação sexual, não há como dizer o que é sexual, o sexual não cessa de não se escrever. O real se mostra nisso, em que não há possibilidade de escrevê-lo. O real marca uma radicalidade que não se encontra pela positividade, dado que não se faz de forma positiva. Ao contrário, o real se dá pela negatividade de sua não escrita que não cessa. Diante disso, temos o real da impossibilidade, o real que não se pode apreender, o real que independe do sujeito. No entanto, o real é aquilo que está lá, com o qual se pode contar. Lacan o compara aos astros, pois o real é o que retorna ao mesmo lugar, tal como os astros, e com os quais podemos contar por sempre estarem lá, assim como o sol que nasce toda manhã.

Não é considerável que seja a observação do retorno dos astros sempre ao mesmo lugar que, prosseguindo através dos tempos, desemboca nessa estruturação da realidade pela física que se chama ciência? (LACAN, 1988, p.96)

O real é esse lugar indiferenciado, sem lei, enigmático, sem ordem, em que a ausência de significante faz presença na sua construção. O real dá estatuto de existência à ordem significante, dá contingência à cadeia significante. E parece necessário expor os dois sentidos do real: se, por um lado, ele é marca da impossibilidade, como estamos apresentando-o até o momento; por outro, ele é contingência, por mostrar a falta que — impossível de ser completada ou suprimida — permite que se instale a cadeia significante, ou mesmo o desejo. Logo podemos pensar que a impossibilidade de aplacar a falta (real) torna-se contingência para o estabelecimento de toda ordem simbólica, seja ela a cultura, o sujeito, ou a linguagem. Então, o real é, ao mesmo tempo, impossibilidade e contingência.

Deparar-se com o real, é estar frente ao *non sense*, em que a angústia se faz presente, mas é também a possibilidade de invenção de um Outro sujeito. O que quero dizer é que toda experiência real traz em si as duas acepções: uma que causa angústia pelo seu não sentido e pela sua impossibilidade; e outra, que trata de inventar uma Outra coisa a partir da anterior. É a possibilidade do real.

Não se trata de promover uma revolução em que os sentidos serão “queimados em praça pública”, não é uma apologia ao sem sentido; creio que isso não é possível,

vem ocupar o lugar de uma inexistência. Por outro lado, defini a relação sexual como aquilo que não cessa de não se escrever. Existe aí impossibilidade. É, mesmo assim, nada pode ser dito: não há, no dizer, existência da relação sexual. Porém, o que quer dizer negá-lo? É legítimo de alguma forma substituir por uma negação a apreensão experimentada da inexistência? É outra pergunta que só me cabe esboçar. A palavra interdita (interdição) por acaso diz mais? Acaso é mais lícita? Isto tampouco pode-se, de imediato, atravessar.” – Tradução nossa.

precisamos dos sentidos ou das “significações” para viver. Mas, o importante de salientar aqui, é que, na experiência psíquica do registro real, acontece a quebra dos sentidos, levando o sujeito para o encontro com o *non sense*, com a angústia e com a castração. Isso faz a síncope do sujeito, que o coloca em outro lugar capaz de construir uma nova posição subjetiva. É se deparar com a castração e saber fazer outra coisa com isso que causa angústia.

Na análise, é preciso quebrar os sentidos do neurótico, pois esse sofre de reminiscências: dá muito sentido às coisas. É preciso colocá-lo, por pouco que seja, frente ao não sentido, para que a partir daí ele possa inventar algo diferente, desde Outro lugar subjetivo. Evidentemente, o sujeito irá construir novos sentidos para a vida, mas ele (o sujeito) não será mais o mesmo. A angústia, a castração, estas continuam como sempre, porém ele lida de uma outra forma com isso.

2.5 Real: um conceito laciano?

Há uma outra formulação a respeito do real, que o aproxima da invenção. Há algo no real que deve ser inventado. Trata-se de um saber que não é dado como um dogma religioso, nem tampouco deve ser descoberto como o saber científico. Ao contrário, é um saber que não está pronto, que não é sabido, de modo que deve ser inventado.

Es quizás lo que falta: siempre se ha estado allí en una profunda ignorancia, o sea que se juega un juego cuyas reglas no se conocen. Entonces, si ese saber hay que inventarlo para que haya saber, quizás sea para eso que pueda servir el discurso psicoanalítico.¹³ (LACAN, 1974)

Este saber não possui regras, nem estatuto, esta à espera da invenção. Não é um saber dado, também não se trata de uma simples criação do sujeito, e sim passa pela experiência inconsciente de inventar algo com o que havia antes. Dizer que é preciso inventá-lo é dizer que é necessário inscrevê-lo, via letra, no sujeito.

¹³ “É talvez o que falta: sempre tem-se estado aí em uma profunda ignorância, ou seja, que se joga um jogo cujas regras não se conhece. Então, se esse saber deve ser inventado para que haja saber, talvez seja para isso que possa servir o discurso psicanalítico.” – Tradução nossa.

Por lo tanto, hay cosas a nivel de lo que emerge de real, bajo la forma de un funcionamiento diferente ¿de qué? de lo que al fin de cuentas tiene que ver con letras puesto que de letras se trata; esto es lo que quise producir en mis cuatrípodos puede haber una manera con la cual cierto lazo se establece en un grupo, puede haber algo nuevo y que sólo consista en cierta redistribución de letras. Esto si puedo inventarlo.¹⁴ (LACAN, 1974)

Há também o sentido utilizado por Lacan ao formular o real enquanto um conceito teórico. O real é uma propriedade lacaniana, pois foi o psicanalista francês quem formulou o real, avançou no legado freudiano, indo além de um registro puramente simbólico da experiência psíquica. Ele transpôs aquilo que Freud chamou de rocha viva da castração e, a partir daí, lhe foi possível, através do invento de seu saber em análise, propor um conceito que marcaria radicalmente a Psicanálise tanto em teoria, quanto em prática. De forma que, inventar o real assume, no mínimo, duas acepções: 1º) A invenção no nível teórico, o que Lacan formulou como teoria para a Psicanálise, que estaria mais para uma formalização do que para uma invenção; 2º) A invenção que passa pela experiência analítica, a invenção que o analisando coloca em movimento ao falar, a invenção que passa pela constituição do saber sobre si mesmo, através do analista. É inventar algo com aquilo que é sintoma. Essas duas acepções não estão separadas, pois a primeira requer minimamente a experiência da segunda e, de outro lado, a segunda é possibilitada pela formalização promovida pela primeira. A escrita teórica do real, permite operar, na prática, o real.

[...] no hay nada que descubrir, no hay nada que descubrir en lo Real ya que allí hay un agujero, si el inconsciente inventa, es tanto más precioso advertirles que en la lógica ocurre lo mismo, a saber, que aunque Aristóteles no hubiera inventado su primera apertura, si no la hubiera hecho pasar del decir a ese machacar del ser gracias al cual hace silogismos, por supuesto se había hecho silogismo antes, sólo que no se sabía qué eran los silogismos. Para darse cuenta, es preciso inventarlo: para ver dónde está el agujero, es preciso ver el borde de lo Real.¹⁵ (LACAN, 1974)

¹⁴ “Portanto há coisas a nível do que emerge de real, sob a forma de um funcionamento diferente. Do quê? Do que a final de contas tem a ver com letras já que é de letras que se trata; isto é o que quis produzir em meus quatrípodos, pode haver uma maneira com a qual certo laço se estabeleça em um grupo, pode haver algo novo e que somente consista em certa redistribuição de letras. Isto sim posso inventá-lo.” – Tradução nossa.

¹⁵ “[...] não há nada que descobrir, não há nada que descobrir no real, já que aí há um buraco, se o inconsciente inventa, é tanto mais precioso advertir-lhes que na lógica ocorre o mesmo, a saber, que mesmo se Aristóteles não tivesse inventado sua primeira abertura, se não a tivesse feito passar do dizer a esse martelar do ser graças ao qual faz-se silogismos, por suposto haviam feito silogismos antes, só o que não

A ocasião parece oportuna, por estarmos estudando a questão da origem e causalidade, para fazermos algumas considerações acerca da invenção, criação e descobrimento, relacionando-os com os três registros: Real, Simbólico e Imaginário. Não poderíamos deixar de fazer essas considerações, pois a origem remete-nos à gênese da criação e, para isso, dispomos de um dos mais antigos, complexos e enigmáticos livros: “A Bíblia”. Nesta, a origem é tratada como um ato de criação de um ser superior, que, dotado de poder, cria as coisas no mundo, a modo de um grande Outro que significa o pequeno outro, dá-lhe o estatuto de existência na linguagem e no mundo. A criação é, neste sentido, da ordem do simbólico, pois ela é um signo. Quanto ao descobrimento, podemos visualizá-lo com facilidade na história, não enquanto ciência, mas enquanto uma narrativa, em que foi descoberto algo que até então estava “encoberto”. O descobrimento está ligado com o imaginário, pois aquilo o que foi descoberto estava lá, apenas nos era desconhecido, neste sentido “encoberto”. E, finalmente, a invenção, que é da ordem do real, vem como acaso, como um arranjo próprio, sem planejamento, sem projeto. No entanto, é justamente o que é da ordem de um invento que se estabelece como existência. “Ex-sistir”, quer dizer situar alhures, noutra parte. A existência não é necessariamente ontológica, é a negação da ontologia, quebrando também com a noção de sentido: “A existência não se define senão por apagar todo o sentido.” (GRANON-LAFONT, 1990, p.141)

Na verdade, o real causa um impasse na formalização, pelo fato de sua própria impossibilidade de escrita, causando, por um lado, a dificuldade de formalizar um conceito; e, por outro, o testemunho de uma prática, ou seja, que o real é algo da prática psicanalítica. De todo modo, não há como descartar por completo a formulação desse conceito no corpo da teoria psicanalítica.

Aquí se distingue lo real. Lo real no puede inscribirse sino con un impase de la formalización. Por ello he creído poder trazar su modelo a partir de la formalización matemática, en tanto es la elaboración más avanzada de la significancia que nos haya sido dado producir. Esta formalización matemática de la significancia se hace a lo contrario del sentido, iba a decir a contrasentido.¹⁶
(LACAN, 1973)

sabiam que eram silogismos. Para dar-se conta, é preciso inventá-lo, para ver onde está o buraco, é preciso ver a borda do real.” – Tradução nossa.

¹⁶ “Aí se distingue o real. O real não pode se inscrever se não como um impasse da formalização. Por isso tenho acreditado poder traçar seu modelo a partir da formalização matemática, entretanto é a formalização

Lacan se utiliza da topologia para poder mostrar a configuração e o entrelaçamento dos laços que constituem os registros da experiência psíquica, e o recurso à topologia faz-se pela “mostração”. Lacan recorre à topologia, no intuito de mostrar como podem estar entrelaçados real, simbólico e imaginário.

O real faz nodulação com o imaginário e o simbólico, formando o nó borromeano. O estatuto de real, em Psicanálise, é a princípio um dos registros da experiência psíquica, arranjado topologicamente no nó borromeano, conforme a figura seguinte:

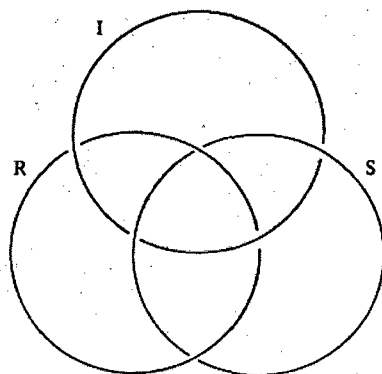


Figura 2 – Ilustração do nó borromeo

Fonte: HARARI, R. *Uma introdução aos quatro conceitos fundamentais de Lacan*. Campinas: Papirus, 1990.

O real é um dos elos do nó borromeano¹⁷ que se encontra sobreposto a outro laço, sendo necessário um terceiro que venha fazer a nodulação entre os dois, de maneira por cima — por baixo, para dar consistência ao nó. É a consistência que permite entrelaçamento sem, no entanto, causar o fechamento entre os laços. A consistência é, por definição, a topografia do Imaginário. Isto é a representação topológica do registro da experiência psíquica, cunhado por Lacan. O que não significa dizer que o nó vem ilustrar as relações entre os registros da experiência psíquica, mas sim que ele os cria. O real é a não escrita na cadeia simbólica. Na cadeia borromeana, o real é o estatuto da existência.

O importante que deve ser salientado aqui é que o real é algo da prática, é um dos registros da experiência psíquica. Dessa forma, recomendamos que se deve entender a invenção lacaniana do real no sentido de sua formalização, e não no sentido de uma pura

mais avançada da significancia que nos tem sido dado a produzir. Esta formalização da significancia se faz ao contrário do sentido, diria a contrasentido.” – Tradução nossa.

¹⁷ Trata-se na verdade de uma cadeia borromeana, pois “nó” é o que se procede com um único laço, sendo apropriado usar cadeia. De todo modo, usaremos “nó” pelo fato que é usualmente concebido desta forma.

criação. O real da prática psicanalítica não é um *insight* ou qualquer outra iluminação que apareceu da noite para o dia. Lacan inventou-o à medida que o colocou na teoria e, conseqüentemente, na prática.

He inventado lo que se escribe como lo Real. Naturalmente, no basta con escribirlo: Real, porque no pocas personas lo han hecho antes que yo. Pero a este Real, yo lo he escrito bajo la forma de lo que se llama el nudo borromeo, que no es un nudo, que es una cadena que tiene ciertas propiedades [...] ¹⁸ (LACAN, 1976)

Lacan, ao se deparar com o real, convoca-nos a fazer o mesmo, evoca-nos o testemunho dessa experiência como a direção do tratamento possível de se dizer psicanalítico. Lacan paralisa seu trabalho em função de sua doença e posterior falecimento, deixando o real em plena efervescência, não finalizando essa questão, mas dando-nos a abertura para a continuidade desse impasse na formalização.

Nos deparamos então frente a um paradoxo, ao menos no ponto em que me encontro, que refere-se à compreensão do real análogo aos astros, e o real do nível da invenção. Num ponto temos o real que é independente de qualquer movimento, por assim dizer, do sujeito; é o real que nos é exterior e do qual nada sabemos, nada conhecemos e que nos domina sem mínima chance de aprendê-lo, seja qual for a forma que ele aparece. Num outro “momento do real”, presenciamos uma convocação para experimentá-lo. Diferentemente do real, que é comparável aos astros, este real, para que possa existir, é atravessado por nossa experiência no registro psíquico. Dá-me a impressão de que estamos frente a um real que, por algum momento, é independente de qualquer ordem, e, por outro momento, se faz existir a partir da experiência psíquica. Ao mesmo tempo, penso que o paradoxo aqui formado, ao menos para min, é também de uma ordem real, com toda a complexidade que este termo porta.

Temos que levar em conta que, em se tratando de real, não há nenhuma contradição nessas duas noções co-habitarem, pois, apesar de elas serem incompreensíveis dentro de um pensamento lógico-formal, se pensarmos que isso já é uma ponta do real, acredito que estamos no caminho certo. Ora, nos deparamos aqui com o mesmo impasse no qual Freud se viu atado, é o mesmo impasse que Saussure enfrentou ao tentar uma definição acerca da

¹⁸ “Tenho inventado o que se escreve como o Real. Naturalmente, não basta escrevê-lo: Real, porque não poucas pessoas o fizeram antes que eu. Mas a este real, escrito sob a forma do que se chama o nó borromeano, que não é um nó, que é uma cadeia que tem certas propriedades [...]” – Tradução nossa.

língua e sua causalidade. Vemos, então, uma característica comum entre Freud e Saussure, pois esses autores promoveram invenções que marcaram radicalmente o campo do saber: Freud inventou o inconsciente, Saussure inventou a língua. Esses objetos são elementos fundamentais para pensarmos as articulações que virão no capítulo seguinte, além de darem testemunho da coragem e audácia desses senhores frente aos momentos de extrema angústia pelos quais passaram ao tentarem fazer algo diferente e inovador.

CAPÍTULO III

O real é a marca da (im)possibilidade no Curso de Lingüística Geral

Absolutamente incompreensível se eu não fosse obrigado a confessar-lhe que tenho um horror doentio pela pena, e que esta redação me causa um suplício inimaginável, completamente desproporcional à importância do trabalho.

Para mim, quando se trata de lingüística, isto é acrescido pelo fato de que toda teoria clara, quanto mais clara for, mais inexprimível em lingüística ela se torna, porque acredito que não exista um só termo nesta ciência que seja fundado sobre uma idéia clara e que assim, entre o começo e o fim de uma frase, somos cinco ou seis vezes tentados a refazê-la. (SAUSSURE apud STAROBINSKI, 1974, p.11)

Neste terceiro e último capítulo da dissertação, tentaremos fazer articulações entre os dois capítulos precedentes, no intuito de propor uma outra leitura do Curso de Lingüística Geral, que tome o real laciano, ou parte dele, como um instrumento para o entendimento da questão da causalidade e da origem da língua em Saussure, entendendo-as como impossibilidades de uma explicação positivista, como presentificação do real.

É importante frisar a árdua tarefa que se impõe neste momento. Ao tentarmos estabelecer um diálogo, por mais parcial que seja, entre aquilo que é do simbólico (a língua) e aquilo que é do real (o inconsciente), ficamos com a impressão de estar promovendo uma conversa entre um surdo e um cego, pois esse diálogo situa-se entre o possível e o impossível. Mas nem por isso desistimos, pois sabemos que a tarefa não é de todo impossível, e a sua possibilidade reside na aposta de que real, simbólico e imaginário se entrelaçam de tal forma que um pode dar sustentabilidade ao outro, o que rompe com

uma certa idéia, muito comum, que trata as coisas como se fossem apenas reais, apenas simbólicas ou apenas imaginárias. Embora sempre haja o predomínio de um desses registros, o fato é que as coisas apresentam uma face real, simbólica e imaginária, e é isso que permite o entrelaçamento dos registros.

O árduo é articular real, simbólico e imaginário, pois o que vem a tona é: A que ordem a língua responde? Se ela é um objeto concreto, o que nela há de cada um dos registros da experiência subjetiva? Para além disso, tensionam-se duas áreas do saber que, ao mesmo tempo, que mantêm uma vizinhança, se distanciam pela maneira diferenciada com que tratam seus objetos. Se já há estabelecida uma conversa entre Lingüística e Psicanálise, ela torna-se nebulosa quando aproximamos língua e real. O desafio está justamente nos limites e possibilidades desse diálogo.

3.1 Da natureza à convenção social: o real se faz presente

Começamos pelo célebre dizer saussuriano: “[...] é o ponto de vista que cria o objeto” (SAUSSURE, 1983, p.15), e percebemos que está sendo criado aí o objeto que Saussure estabeleceu para a Lingüística, a saber, a “língua”. Esta foi concebida da forma que Saussure a entendeu e que foi exposta no primeiro capítulo dessa dissertação. Tal invenção nós tentamos aproximar da invenção do inconsciente. Foi o ponto de vista saussuriano que inventou o conceito de “língua” na acepção presente no CLG; assim como o ponto de vista, ou, de uma forma mais adequada, o ponto de escuta de Freud às históricas, inventou o inconsciente. Evidentemente são invenções de ordens diferentes, seus respectivos estatutos são análogos, mas não idênticos. De todo modo, trazem a invenção do objeto; a partir de algo que estava posto ou dado, Freud e Saussure inventaram algo diferente e novo, sem no entanto desconsiderar a história que permitiu com que isso acontecesse. A invenção proporciona à coisa inventada um caráter de realidade por ser real. O real não é a realidade, mas é o que sustenta a realidade; nesse sentido, a coisa inventada é realidade por ser a invenção real. Para Garcia-Roza (1986, p.43): “O real não é realidade, na medida em que entendemos por esta última os objetos do mundo, mas é o que confere ‘realidade’ ao mundo.”

Dessa famosa e polêmica frase de Saussure, a do “ponto de vista que cria o objeto”, podemos apreender muitas coisas, mas pontuaremos apenas duas: 1ª) Ela aponta para a criação de um objeto que se opõe ao fato lingüístico. Nas palavras de Lopes da Silva (2001, p.297): “O verdadeiro dilema saussuriano não é decidir o que fazer da filogênese mas estabelecer o estatuto da língua: fato ou criação do lingüista?”; 2ª) É a criação de uma outra língua – sincrônica, arbitrária, relativa.

Essa “criação” com certeza não aponta para a empiria, para os fatos da língua, mas direciona-se para a invenção, mesmo porque a criação empírica da língua pode ser somente imaginada, mas jamais foi ela comprovada:

O ato pelo qual, em dado momento, os nomes teriam sido dados às coisas, pelo qual um contrato teria sido estabelecido entre os conceitos e imagens acústicas – esse ato podemos imaginá-lo, mas jamais foi ele comprovado. (SAUSSURE, 1983, p.85-86)

A invenção saussuriana diz respeito a outro objeto lingüístico, não diz respeito aos fatos da língua e muito menos a uma origem empírica. É a invenção da língua arbitrária, sincrônica, mutável, que não possui necessariamente laços com a empiria, mas sustenta a realidade da língua por ter um estatuto real, que é o estatuto da invenção. Rechaçado o tema da origem, de forma incompleta evidentemente, resta a Outra origem — entendida no sentido de uma causalidade que não se encontra — que iremos assegurar mais adiante como sendo uma causa real.

Outra idéia apresentada por Saussure trata a língua como um “todo por si”, e “um princípio de classificação”, abrindo margem para uma aproximação desta com o real. Vejamos por quê. O real nos dá a entender que é algo que não está dependendo de nenhum motor ou gerador exterior a sua própria imanência. O real não requer nada que seja exterior a si mesmo, pois ele é por si, tal como a língua na definição que Saussure dá a esse objeto. Evidente que não se trata de fazer uma equivalência entre língua e real, mas de mostrar o quanto a língua apresenta-se, neste aspecto, com muita similaridade face ao real, ou mesmo o quanto ela tem para Saussure uma face real, o que fez Saussure indagar-se acerca desse objeto. Poderíamos forçar um pouco mais essa aproximação e dizer que o “por si” da língua, no que concerne a este aspecto, é real.

A idéia do “por si” necessariamente remete à questão da imanência, em que a língua não depende da natureza, da massa social, do tempo ou espaço; ela simplesmente é. Na

passagem, já citada, de Lopes da Silva (2001, p.295): “Nada de transcendência, nada de tempo: a língua simplesmente é.”

O “todo” não se refere a nenhum princípio da *Gestalt*, nem é nenhuma visão holística da língua, mas trata de concebê-la como uma única coisa, que não está segmentada, dividida, é inteira. A continuação da frase “[...] e um princípio de classificação” em certa medida opõe-se ao todo, a não segmentação e a não divisão; pois, como argumentamos no primeiro capítulo, a classificação é *grosso modo* uma separação em categorias, e, ao fazê-la, necessariamente estará sendo feita uma divisão que bate de frente com a idéia do todo. O todo fica sendo dividido. Encontramos o primeiro de uma série de paradoxos no pensamento saussuriano, pois ele trabalha com uma noção de todo, de imanência, e apresenta a classificação que vem colocar ordem e divisão nesse “todo por si”. Se, por um lado, o “todo por si” remete-nos ao real; por outro, o “princípio de classificação” também o faz, pelo fato de colocar a divisão no todo, promover a separação, a barra, a falta e em última instância a própria castração. Faz lembrar-nos de que, em se tratando de real, o encontro é faltoso. É dessa forma que o real apareceu para Saussure, faltoso, dividido, um “todo por si e um princípio de classificação” num objeto que aspirava ser científico, mas que coloca nosso autor frente ao inexplicável, causando-lhe a angústia, característica que se fez presente no decorrer de seus cursos.

Saussure (1983, p.18) afirma que o signo é social e que a capacidade de constituir língua é natural; portanto, mais um paradoxo: “[...] poder-se-ia dizer que não é a linguagem que é natural ao homem, mas a faculdade de constituir uma língua [...]”. Se o signo é de uma ordem social, funda-se na coletividade, e é ele a estrutura base de um sistema de linguagem e por conseguinte de língua, como pode a capacidade de constituir língua ser natural? Se o signo é de ordem social, a língua por contigüidade também o é, e tomar a complexidade da língua como característica natural é insuficiente diante das hipóteses de cunho social e arbitrário. Ora, supor que a faculdade de constituir língua seja natural ao homem é, em certa medida, supor uma capacidade natural que o “habilita” a constituir língua. Mas bem sabemos que, se há um aparato natural e portanto biológico, que permite que o homem constitua língua, ele estruturou-se em função da inserção do simbólico no homem, ou seja, ocorreu por um processo cultural e não é uma “faculdade natural” dada.

Saussure também supõe a constituição de uma língua pela convencionalidade, ou seja, que os signos de uma determinada língua estão dispostos de acordo com a convenção estabelecida pelo meio social: “Com efeito, todo meio de expressão aceito numa sociedade repousa em princípio num hábito coletivo ou, o que vem a dar na mesma, na convenção.” (SAUSSURE, 1983, p.82). A convenção significa um acordo, um contrato social estabelecido para determinar os signos da língua, da mesma forma que os hábitos sociais, os costumes, as regras; enfim, algo firmado na coletividade. Logo abaixo desta citação, encontramos um outro dizer que coloca a arbitrariedade como ideal do procedimento semiológico, portanto outro paradoxo. “Pode-se, pois, dizer que os signos inteiramente arbitrários realizam melhor que os outros o ideal do procedimento semiológico; [...]” (SAUSSURE, 1983, p.82)

Ora, entender a língua como uma convenção social e em seguida dizer que seu sistema inteiramente arbitrário realiza o ideal do procedimento semiológico é oscilar entre o contrato social e a pura arbitrariedade. De uma forma mais radical, a convenção surge como um recuo frente á arbitrariedade, dado o fato de essa convenção também nunca ter sido comprovada e da impossibilidade de sua realização sem a utilização dos próprios signos que seriam por ela estabelecidos.

Levando em conta toda a seqüência de desenvolvimento de idéias no CLG, percebemos que os paradoxos são fruto de uma certa oscilação saussuriana que tensiona suas idéias ora no sentido de um entendimento positivista acerca do objeto lingüístico, ora no sentido de um entendimento que se distancia do positivismo e aproxima-se da noção de real, em que não há ordem nem lei. A todo tempo, o pensamento saussuriano se expressa por uma certa “dualidade” que aparece, embora diluída na teoria, em pares opostos, como por exemplo: fato/criação, todo/classificação, natural/social, convenção/arbitrariedade, livre escolha/determinismo, mutabilidade/imutabilidade, sincronia/diacronia.

Há em Saussure uma oposição de idéias que o levam, por alguns momentos, a um entendimento puramente positivista e centrado numa argumentação lógico-formal; e, por outros, a um emaranhado de incertezas, tutubeações e indagações que o fazem a cada momento inspirado para expor suas dúvidas assim como retido por escrúpulos acadêmicos. Os “pares opostos” presentes em Saussure geralmente comportam duas noções que, além de opostas, refletem um pouco esses momentos de avanços, recuos, incertezas de Saussure

frente à teoria. A dúvida paira sobre seu texto. Para nossa leitura, ela é um dos efeitos — assim como os recuos, avanços e incertezas — das manifestações de um real que se apresenta a Saussure. O nosso exercício é tentar minimamente conceber o real em Saussure, de forma que ordem e lei não estão respondendo à uniformidade de uma ciência, em que ordem e causalidade não estão dispostas de forma temporal, e sim entregues a *tyche*, ao acaso, a outra causalidade. Toda tentativa que se fez a favor de uma epistemologia programática findou num texto arredondado, que perdeu a verdadeira riqueza do dito saussuriano, situada onde ela é renegada, a saber, nas contradições, nas dúvidas, nas oposições.

3.2 Da arbitrariedade à mutabilidade: o real é o irredutível.

A arbitrariedade em Saussure remonta a uma ligação que não apresenta laços naturais de afinidade; em outras palavras, dizemos que qualquer seqüência de sons é potencialmente capaz de associar-se a qualquer idéia ou conceito, não havendo de antemão nenhum impedimento nessa relação. As objeções que se fazem a isso, como por exemplo as onomatopéias e as exclamações, são fortemente combatidas por Saussure através de argumentações que apontam para seu funcionamento dentro da língua. As onomatopéias guardam uma ligeira lembrança com sons naturais; podem por isso impressionar os ouvidos mais desatentos, mas perdem seus poderes de objeção quando verificamos que são poucas ocorrências e que variam de uma língua para outra. Desse modo, Saussure pode assegurar com firmeza que aquilo que une uma imagem acústica a um conceito é marcado pela arbitrariedade.

Saussure observa que a arbitrariedade não deve fazer o leitor pensar numa livre escolha do sujeito falante, pois o falante não goza desse poder ilimitado. Antes, deve responder aos signos estabelecidos no grupo lingüístico do qual ele faz parte. Segundo Saussure (1983), o significante é imotivado e arbitrário em relação ao significado.

A palavra *arbitrário* requer também uma observação. Não deve dar a idéia de que o significado dependa da livre escolha do que fala (ver-se-á, mais adiante, que não está ao alcance do individuo trocar coisa alguma num signo, uma vez esteja ele estabelecido num grupo lingüístico); queremos dizer que o significante é

imotivado, isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade. (SAUSSURE, 1983, p.83, grifo do autor)

A arbitrariedade é, para nós, a principal evidência de uma relação causal que remonta à *tyche*. A arbitrariedade leva-nos a entender a causa da união entre significante e significado como acidental, não pode ser prevista, ou seja, não sabemos de antemão a que significante irá unir-se tal conceito, e nem tampouco, depois de estabelecida a união, porque uniu-se ao significante *x* e não ao *y*. Não sabemos se há uma ordem nessa união, se primeiro surge o significante e esse requer um conceito ou o contrário, ou ainda, se o processo é simultâneo. Saussure escreve que tanto significantes quanto significados correspondem a duas massas amorfas e imotivadas, e que, a partir de um corte, tem-se a formação do signo. Não sabemos o que rege esse mecanismo, em que momento acontece esse corte nas massas amorfas, nem quem promove esse corte. Saussure diz que a língua é pura imanência e que seu funcionamento se dá pelas suas relações internas de oposição e diferença. Se é realmente dessa forma, por que dizer que o signo é estabelecido por um grupo lingüístico (convenção social)? Não seria justamente o contrário, isto é, não é o grupo lingüístico que se estabelece a partir dos signos, dado que estes não dependem da livre escolha daquele? Se tanto significante quanto significado são imotivados; o que motiva (causa) a relação arbitrária que se estabelece entre eles?

Na verdade, o que vislumbramos nesse momento, e que não são poucas coisas, é a *insuficiência*, no que tange a causalidade, logo a origem, desses mecanismos explicados por um princípio puramente positivista, baseado em argumentações que não dão conta da complexidade da questão por não levar em consideração a noção de real, a causa como real, como o acaso da relação fortuita, o encontro faltoso com a *tyche*. Tentaremos abordar os pontos levantados a luz desse conceito.

Saussure critica uma idéia, vigente na época, que diz respeito a entender a língua como nomenclatura, em que nomes são associados a coisas, em que estas precederiam aqueles. Ele argumenta que essa noção não nos diz a natureza da palavra, se vocal ou psíquica, e que constitui uma operação muito simples, o que estaria longe da verdade. Para Saussure, estabelecer o signo lingüístico não é unir uma coisa a uma palavra, e sim um conceito a uma imagem acústica, ambos de natureza psíquica, defendendo, portanto, a idéia que a imagem acústica é uma impressão (*empreinte*) psíquica, uma imagem no sentido de uma representação sensorial, que chamamos de material somente para se opor a “idéia” —

que geralmente é mais abstrata. A colocação do conceito de imagem acústica já é um tanto quanto estranha quando notamos que no senso comum esses termos estão associados a som e visão. De todo modo, fica esclarecido que não é somente som e sim uma representação psíquica; nesse sentido, Saussure inovou em relação à idéia da nomenclatura. A imagem acústica é transportada para o significante por esse ser mais coeso em sua definição, pois há uma confusão, que não distingue imagem acústica de significante e de signo. Por conta disso, Saussure prefere designar conceito como significado, imagem acústica como significante e signo como o total da união. Por aí já percebemos o emaranhado de conceitos e confusões que serviam de base para Saussure, sendo necessário um discernimento muito peculiar, digno de um grande mestre, para o entendimento da questão.

Estamos, então, diante de uma relação arbitrária, que leva a marca do real, principalmente por sua característica de inefável, daquilo que resiste a se exprimir, que resiste a uma escrita no simbólico. O arbitrário é correlativo ao real, no sentido de não estabelecer ordem, nem lei, largado ao seu “bel prazer”, dotado dos próprios caprichos, que não está subordinado a nenhuma outra ordem ou estatuto; ou seja, de uma relação impossível, por exemplo, de ser escrita dentro de princípios positivistas, calcados em modelos clássicos da ciência. Impasse numa formalização que dê conta de requisitos básicos para o entendimento acadêmico. A arbitrariedade é estrutura fundamental para entender a ciência lingüística para além da epistemologia moderna, entendê-la como uma ciência que tem, ainda que denegatoriamente, a metafísica em seus alicerces. O arbitrário aparece no escrito saussuriano como substituto da relação marcada pela impossibilidade que se estabelece entre significante e significado. Se paramos para pensar, é bastante bizarro, para não dizer irracional, o que se estabelece entre significado e significante, em que não há nenhum laço concreto, natural, biológico, enfim nada que contemple, segundo o modelo científico, o porquê desta união.

A arbitrariedade leva o texto saussuriano para o lugar do impensado, da não correspondência, da pura arbitrariedade, que insisto em dizer real. Se pensarmos acerca da causalidade da relação arbitrária, aí sim nos vemos confrontados com o que há de mais inexplicável. À semelhança do exemplo citado no capítulo anterior, aquele da mulher que perde primeiro os pais, depois o noivo em acidentes de trânsito, a arbitrariedade faz-nos constantemente perguntar qual é a relação de um acidente com outro, ou, no nosso caso,

que relação causal há entre o conceito “árvore”, por exemplo, e a seqüência de sons que lhe serve de significante. Tanto num episódio como noutro, o que verificamos é a incessante, porém frustrada, tentativa de explicarmos através de diversos mecanismos, sejam eles lógicos ou racionais, aquilo que é do indizível, do inefável, que articula séries causais independentes como que ao acaso. Não se deve tratar a questão como puro acaso, aquele sem causa, isso seria semelhante a entregá-la a um *laisser-faire* ou ao caos absoluto, isso seria tirar toda a problemática de cena, também não se trata de imprimir a causalidade de desejos inconscientes, muito menos o possível destino previsto pelos místicos, mas sim de aproximar a noção da causa accidental, fortuito da relação impossível, ao encontro sempre faltoso com a *tyche*, a falta que se faz presente no encontro com a castração, e que também se faz presente na arbitrariedade.

O fato de os signos não serem dependentes dos falantes é análogo ao fato de o real não ser dependente do sujeito. Assim como os signos têm poder de atuação sobre os falantes na Lingüística, o real tem poder de atuação sobre o sujeito na Psicanálise. Ora, a hipótese da “livre escolha” ou “livre arbítrio” dos sujeitos, seja no campo da linguagem, seja no campo psíquico, está totalmente descartada. E, mesmo se ampliarmos esse sujeito para além da singularidade e estendê-lo à coletividade, merecerá também o mesmo tratamento, pois, quando Saussure referia-se ao signo lingüístico como uma convenção social, estava, para nossa leitura, recuando frente a seu invento, pois o contundente do dizer saussuriano situa-se em entender a língua como uma arbitrariedade imanente, caso contrário fica valendo a famosa questão do ovo e da galinha: Como pode ter havido a convenção para deliberar a constituição de cada signo sem utilizá-los? Se os signos fossem estabelecidos por uma convenção social, eles não seriam arbitrários, no sentido estrito desse termo; pois seria a “livre escolha” não de um sujeito falante, mas de uma coletividade, o que em termos de estrutura não é muito diferente. As palavras de Saussure (1983, P.85) corroboram essa afirmação: “[...] a própria massa não pode exercer sua soberania sobre uma única palavra: está atada à língua tal qual é.” Nossa leitura leva-nos a sustentar a radicalidade da arbitrariedade na constituição da língua, e o grupo lingüístico é como que abocanhado por esse sistema, do qual sofre efeitos, sem ter qualquer possibilidade de reação frente a esse sistema.

Saussure (1983, p.130) fala da língua como dois segmentos confusos e indefinidos, que diz ser, por um lado, o pensamento puro como uma massa amorfa e indistinta, em que nada está delimitado ou definido de antemão, e, por outro, uma substância não menos indistinta, também amorfa, que é o som. Saussure expõe que, embora a substância fônica ofereça algo de material e mais concreto em relação ao pensamento, em nada lhe dá determinação em relação a este último. Saussure critica o entendimento segundo o qual o som é a substância material para a expressão do pensamento, ou mesmo moldes a que o pensamento venha a se acomodar; não se trata de materializar o pensamento e nem espiritualizar o som, mas sim de entendê-los como um sendo uma contraparte do outro, em que um requer o outro. À semelhança de uma folha de papel, em que não se consegue separar o verso do anverso, a língua então implica a presença desses elementos formando, no conjunto, uma forma e não uma substância.

A ilustração das massas amorfas aproxima-se muito de uma possível ilustração do real, pois nelas não há nada de distinto e diferenciado; ao contrário, há uma completa amorfia, indistinção e indiferenciação, proporcionando uma ligeira semelhança com a idéia de um puro caos ou um real, sem lei, sem ordem de definição, em que tudo parece permanecer sob uma densa nebulosa, sem nenhuma diferenciação. Porém, com a seguinte ressalva: no que tange a língua, há a suposição de serem duas massas amorfas. Saussure não esclarece o que o faz supor que sejam duas, pois ambas co-habitam num profundo estado de amorfia, indistinção e indiferenciação; de modo que poderíamos até pensar que elas são indiferenciadas entre si, seriam desta forma idênticas; e, neste sentido, poderíamos inclusive ter a possibilidade de entendê-las como uma única massa amorfa e não duas. O fato é que não estamos seguros desta possibilidade, mas também não sabemos o que faz Saussure levantar e sustentar a suposição de que são duas as massas amorfas. Qual é a “natureza” dessa suposição? Em que ela se sustenta? Seria um gesto arbitrário supor duas massas amorfas?

A questão é que, até então, pensamento e som co-habitavam indistintamente. Esse momento é logicamente anterior à incidência do corte, podendo ser somente imaginado, pois sua completa amorfia é muito próxima de um nirvana, de um estado zero, de um nada, de um real impossível de ser escrito; de modo que, quando nos referimos à língua, o fazemos a partir da incidência do corte, o que dá à língua uma forma. O corte que incide

sobre as massas amorfas, ilustrado por linhas pontilhadas verticais, representa não somente o momento da união entre significado e significante, como também o momento a partir do qual podemos dizer que, se há duas massas amorfas ou dois segmentos, eles se desfazem a partir do corte; pois o corte institui a pura arbitrariedade da língua que será regida pela oposição de seus termos, pelo real presente na arbitrariedade que dirige a língua.

O corte opera a divisão, a segmentação naquele ponto, estabelecendo que tal idéia irá unir-se a tal porção acústica de um modo totalmente arbitrário. Ora, não sabemos se o corte é fruto da imanência própria da língua ou é obra da exterioridade. Lopes da Silva (2001) apresenta uma metáfora, inspirada em Adam Smith — que trata da mão invisível do mercado liberal, acrescentando que esta mão, que seria responsável pelo corte, além de invisível é também cega.

Tudo se passa, assim como se, a exemplo do que acontece com o mercado na perspectiva liberal, uma mão invisível dirigisse a ontogênese da *langue*. Não obstante, ao contrário daquela postulada por Adam Smith, a mão invisível saussuriana não vê o que faz. É, por assim dizer, invisível e cega. (LOPES DA SILVA, 2001, p.294, grifo do autor)

A metáfora é peculiar e muito oportuna para nosso trabalho por abrir algumas interrogações e outros posicionamentos acerca da “natureza” desse corte. Dentre eles destacam-se: Primeiro, o que causa esse corte? A que relação causal ele responde? Segundo, a metáfora representa uma dupla arbitrariedade. Por um lado não é possível visualizar a mão que faz o corte, nem tão pouco quem é seu dono; por outro, a própria mão, por ser cega, não sabe o que faz; é portanto, arbitraria nos dois sentidos com que Saussure caracteriza a língua: “Não só os dois domínios ligados pelo fato lingüístico são confusos e amorfos como a escolha que se decide por tal porção acústica para tal idéia é perfeitamente arbitraria.” (SAUSSURE, 1983, p.132)

Ora, percebemos com facilidade a tamanha indeterminação dos fatos no que tange o estatuto dessa relação arbitraria, e, diante do que se apresenta, propomos, como entendimento dessa questão, o real como causa do corte das massas amorfas. Ou seja, o real é aquilo que opera a arbitrariedade, o que Lopes da Silva tenta aludir utilizando a metáfora da mão invisível e cega. Na verdade, temos a presença do real em todos os momentos que o termo “arbitrariedade” vigora no texto saussuriano. Desse modo, temos o real em relação ao gesto arbitrário que supõe duas massas amorfas e indistintas, o real na relação arbitraria

entre significante e significado, e também temos na arbitrariedade da “mão invisível e cega”, a relação com o real, primeiro, por não ser possível visualizá-la, logo indescritível, “[...] por dizer respeito a um real que não é evidente.” (LACAN, 1988, p.52); e segundo, por ser cega, logo age sem ver o que faz, análogo ao real que é cego em seus atos, que é totalmente arbitrário em suas ações, desconhece o que faz.

Outra característica do signo é a imotivação, o que nos faz pensar, a princípio, em duas hipóteses; uma que deslocaria a motivação para a exterioridade, e outra que deslocaria a motivação para a imanência da língua dirigida não pelo signo, pois este é imotivado, e sim pela própria arbitrariedade da língua. Tanto na primeira hipótese quanto na segunda, podemos considerar a marca do real, pois o real pode ser tanto a exterioridade da motivação, dado o fato de o real não pertencer a nenhum sistema lingüístico, como ele pode também ser a característica imanente da língua, dado o fato de que a língua apresenta um movimento imprevisto, arbitrário e diferencial, tal como o real. O real é a “mão cega e invisível” que dirige arbitrariamente a língua, independentemente de que lugar ele o faz, que, com certeza, não está situado numa mera posição interna ou externa.

Se a língua é um todo por si — e o desenvolvimento do CLG a distancia de uma primeira definição simplória: “É ao mesmo tempo, um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos.” (SAUSSURE, 1983, p17) —, é porque a língua não é fruto de convenções sociais, e, se a exterioridade é a convenção social, ela é então imanente por ser por si, a modo de um real que chega por si, sem ser convidado. As relações da língua não são produtos sociais, se dão por pura imanência, fruto de seus aparatos internos, e, neste sentido, nada de sujeito, nada de comunidade lingüística. Veremos logo adiante o conceito de valor que porta as noções de oposição e diferença que ratificam essas afirmações.

Como é característica conhecida de nosso autor, frente a um novo postulado, ele recua tentando uma harmonia entre o passado tradicional e clássico, e o novo e desconhecido. Testemunha disso é a volta à idéia dos signos estabelecidos pela coletividade, apresentada em seguida de uma afirmação radical sobre a arbitrariedade.

Por sua vez, a arbitrariedade do signo nos faz compreender melhor por que o fato social pode, por si só, criar um sistema lingüístico. A coletividade é necessária para estabelecer os valores cuja única razão de ser está no uso e no consenso

geral: o indivíduo, por si só, é incapaz de fixar um que seja. (SAUSSURE, 1983, p.132)

Saussure parece querer a cada momento uma contemplação entre a arbitrariedade e a convenção social, ou um espaço onde esses conceitos, que em suas radicalidades são opostos, possam conviver de forma pacífica e harmônica. Ele não assume durante o decorrer do CLG uma posição contundente acerca dessa definição, ou seja, não decide se o signo é arbitrário ou convenção social, podendo o leitor inclusive decidir em sua leitura.

Depois de ter exposto com segurança o princípio de arbitrariedade, afirmando que não há laço natural algum entre significado e significante, Saussure parece retomar a idéia anterior, que leva em conta a convenção social e a historicidade como meios de constituição dos signos, e apresenta: “De fato nenhuma sociedade conhece nem conheceu jamais a língua de outro modo que não fosse como um produto herdado de gerações anteriores e que cumpre receber como tal.” (SAUSSURE, 1983, p.86). Assim, demonstra um peso considerável sobre os fatores históricos que permitem a perpetuação dos signos e, numa atitude, recua frente à inovação que vinha apresentando até então, a saber, a coragem em tratar o signo como arbitrário, por colocá-lo num lugar jamais enunciado, quiçá pensado, o lugar da pura imanência. Neste lugar, a língua funciona como que por um “caos próprio” cuja a explicação pela positividade dos termos escapa-nos entre os dedos como algo que nos é fugaz, inapreensível, que resiste a qualquer explicação. Nós insistimos em apontar o real aí presente, por ser o real, nas palavras de Lacan (1988, p.55): “[...] um encontro marcado, ao qual somos sempre chamados, com um real que escapule.”

A explicação é dada pela negatividade dos termos, o que Saussure em alguns momentos sustenta e noutros recua como se estivesse chocado com o horror desse “caos”, que gera insegurança diante do novo, angústia frente a falta do dizer coeso, provocando um recuo para aquilo que foi estabelecido pela coletividade, que a história faz herança de geração para geração, um lugar, por certo, muito confortável. “Um dado estado de língua é sempre o produto de fatores históricos e são esses fatores que explicam porque o signo é imutável, vale dizer, porque resiste a toda substituição.” (SAUSSURE, 1983, p.86).

3.3 Da mutabilidade à sincronia: a persistência do real

Dizer que o signo é imutável e resistente a toda substituição não é, de todo, uma verdade, pois o próprio Saussure aponta para o conflito entre imutabilidade e mutabilidade do signo. A argumentação para sustentar essa afirmação advém pelo movimento próprio da língua, que a coloca em condição mutável, por ser o signo mutável. Dado seu caráter arbitrário, a língua sofre modificações que, mesmo se a coletividade ou um determinado grupo lingüístico quisesse impedir, não conseguiria, por ser a língua arbitrária em si mesma e não se submeter a qualquer condição social; testemunha disso é a seguinte posição de Saussure (1983, p.91):

O homem que pretendesse criar uma língua imutável, que a posteridade deveria aceitar tal qual a recebesse, se assemelharia à galinha que chocou um ovo de pata: a língua criada por ele seria arrastada, quer ele quisesse ou não, pela corrente que abarca todas as línguas.

Esta corrente é a da pura arbitrariedade da língua, que a faz mutável por si própria. A língua parece tomar decisões próprias, sem consultar a coletividade, ao modo de um jovem rebelde, para quem a lei e a voz paterna (da proibição) não causam nenhum efeito; não há como impedir ou mesmo controlar seus movimentos, pois a língua é arrastada, quer nós queiramos ou não, pela corrente que abarca todas as línguas, que é a arbitrariedade, a mão invisível e cega, é o real. Desta forma, “[...] não existe motivo algum para preferir *soeur* a *sister*, ou a irmã, *ochs* a *boeuf* ou boi.” (SAUSSURE, 1983, p.87). A incidência dessa “voz paterna” — ou simplesmente a voz, seja da coletividade, seja de um sujeito, sobre a constituição da língua — é comparável à incidência da palavra sobre o psicótico, sem efeito. Parafraseando Lacan (2002, p.120), essa condição é semelhante à água incidindo sobre as plumas do pato, não causa nenhuma aderência¹. Isso também é análogo ao real, pois este não adere a nossa insistência em escrevê-lo na cadeia simbólica; ao contrário, o real é “[...] aquello que no cesa de no escribirse.”² (LACAN, 1973)

No capítulo “Imutabilidade e mutabilidade do signo”, Saussure (1983) parece opor resistência à idéia de aceitar a completa arbitrariedade da língua, argumentando que o

¹ “Trata-se de uma expressão idiomática, ‘Comme l’eau sur les plumes d’un canard’ que tem sentido de algo sem efeito.” [N.T.] (LACAN, 2002, p.120)

² “[...] aquilo que não cessa de não se escrever.” Tradução nossa.

arbitrário é referente somente a união entre significante e significado, o que não impede que a língua apresente uma mutabilidade através do tempo. Mas também reconhece que a língua nunca está sobre controle seja da coletividade, seja dos falantes. Chega inclusive a supor que “Quem cria uma língua a tem sob domínio enquanto ela não entra em circulação; mas desde o momento em que ela cumpre sua missão e se torna posse de todos, foge-lhe ao controle.” (SAUSSURE, 1983, p.91). Seria realmente uma língua algo que não estivesse em circulação? Acreditamos que não, pois língua é necessariamente o que está em circulação e, neste sentido, está entregue ao imprevisível, a uma causalidade sem explicação e, se quisermos, ao real.

Para Saussure, há um impasse em aceitar essa arbitrariedade radical. Ele força uma aparente harmonia entre a arbitrariedade que leva à mutabilidade e à continuidade da convenção social que perpetua o signo através do tempo levando-o à imutabilidade, tal como nesta passagem:

Em última análise, os dois fatos são solidários: o signo está em condições de alterar-se porque se continua. O que domina, em toda alteração, é a persistência da matéria velha; a infidelidade ao passado é apenas relativa. Eis por que o princípio de alteração se baseia no princípio de continuidade. (SAUSSURE, 1983, p.89)

Ao que tudo indica, a arbitrariedade parece ser correspondente a uma *carte forcée*, pois porta duas noções: a escolha arbitrária (qualquer idéia pode potencialmente ligar-se a qualquer seqüência de sons) e uma imposição para a comunidade lingüística — a massa social não é consultada sobre o significante escolhido e nem pode substituí-lo por outro.

Um indivíduo não somente seria incapaz, se quisesse, de modificar em qualquer ponto a escolha feita, como também a própria massa não pode exercer sua soberania sobre uma única palavra: está atada à língua tal qual é. (SAUSSURE, 1983, p.85)

Desta forma, fica evidente que não se trata simplesmente de um contrato social, pois a língua está em outra posição, que não se curva frente ao indivíduo, ao falante ou à massa social. A língua é imposta, e a massa deve suportar tal imposição.

A língua não pode, pois, equiparar-se a um contrato puro e simples, e é justamente por esse lado que o estudo do signo lingüístico se faz interessante; pois, se se quiser demonstrar que a lei admitida numa coletividade é algo que se suporta e não uma regra livremente consentida, a língua é a que oferece a prova mais concludente disso. (SAUSSURE, 1983, p.85)

O tempo é um agente de transformação no que concerne às mudanças na língua. A arbitrariedade está inserida numa dimensão temporal, e Saussure dá um peso enorme a isso: “[...] o tempo altera todas as coisas; não existe razão para que a língua escape a essa lei universal.” (SAUSSURE, 1983, p.91) Para Saussure, é impossível entender a língua fora da dimensão temporal: “[...] fora do tempo, a realidade lingüística não é completa e nenhuma conclusão se faz possível.” (SAUSSURE, 1983, p.92). Ora, a mudança da diacronia para a sincronia foi devida à ênfase na dimensão temporal da cadeia linguageira.

Na sincronia, as coisas estão dispostas no tempo de forma simultânea; já na diacronia elas estão dispostas pela sucessividade. A sincronia não trata, em nenhum momento, da exclusão do tempo, a modo de uma atemporalidade. Antes, abarca o tempo como a simultaneidade dentro de um espaço, diferentemente da diacronia que compreende o tempo como sucessividade dentro de um espaço. Essa mudança de perspectiva trouxe repercussões importantes para o estudo da língua, possibilitando uma equivalência dos termos no que concerne aos seus valores, não estando presente a prioridade dos termos nem a posição espaço-temporal que ocupam na cadeia. A sincronia permite que as relações se estabeleçam por oposições e diferenças, formando uma solidariedade no sistema lingüístico. O desenvolvimento do conceito de sincronia irá possibilitar a construção do conceito de valor, que voltaremos a encontrar logo adiante.

Saussure compara um estado de língua com uma partida de jogo de xadrez, em que os antecedentes e os fatos diacrônicos não têm menor importância para a compreensão do estado atual da língua, dada a sincronia da língua e por analogia do jogo de xadrez. “[...] o que acompanhou toda a partida não tem a menor vantagem sobre o curioso que vem espiar o estado do jogo no momento crítico; para descrever a posição, é perfeitamente inútil recordar o que ocorreu dez segundos antes.” (SAUSSURE, 1983, p.105). Ora, a comparação não é perfeita, pois tem um ponto em que falha: o jogador tem uma intenção ao realizar determinada jogada; já a língua não é intencional, não é premeditada, é espontânea e fortuita em suas ações.

Existe apenas um ponto em que a comparação falha: o jogador de xadrez tem a intenção de executar o deslocamento e de exercer uma ação sobre o sistema, enquanto a língua não premedita nada; é espontânea e fortuitamente que suas peças se deslocam – ou melhor, se modificam; [...] (SAUSSURE, 1983, p.105)

Assim como a língua, o real não é intencional, não é premeditado, é faltoso, é espontâneo e fortuito.

A introdução da sincronia dentro do ensino saussuriano possibilitou, se não de todo, ao menos boa parte das articulações aqui realizadas. Por exemplo, é impossível pensarmos o conceito de valor sem levar em conta a sincronia. Da mesma forma, o conceito de arbitrariedade sofre alterações em relação a sua formulação se pensado fora da sincronia, num espaço diacrônico. A sincronia permitiu a Saussure o estabelecimento de postulados de seu ensino que, sem ela, não seriam possíveis. Quiçá a Lingüística do século XX não teria se desenvolvido da mesma forma que se desenvolveu, pois a sincronia foi o que permitiu a Saussure estabelecer a “língua”. De resto, nosso intuito de fazer aproximações entre a causalidade da língua e a arbitrariedade com o real não seria possível. Apontar para um real que paira sobre o texto saussuriano nos é possível, dentre outras coisas, por conta da sincronia. O real se mostra na sincronia, por exemplo, por ela não responder ao caráter imperativo da lei, ou seja, a sincronia não cumpre a ordem, logo é semelhante ao real, por este também não estar subordinado a nenhuma ordem ou lei.

Em resumo: os fatos sincrônicos, quaisquer que sejam, apresentam uma certa regularidade mas não têm nenhum caráter imperativo; os fatos diacrônicos, ao contrário, se impõem à língua, mas nada mais tem de geral. (SAUSSURE, 1983, p.111)

Um estado de línguas requer um trabalho mais árduo em comparação com uma lingüística evolutiva, de modo que preferimos fazer uma lingüística estática à histórica, por justamente empreender algo de um *status* nada confortável. A sincronia causa esse desconforto por vários motivos; dentre eles destaca-se a dupla questão: por um lado, a sincronia elimina por completo o tema da origem, entendido este numa perspectiva evolutiva, histórica; por outro, traz à tona o mesmo tema sob outra configuração, a saber, a origem no sentido da causalidade, que remete necessariamente a relações sincrônicas, ou seja, a causa das oposições, das diferenças e da arbitrariedade. Toda a argumentação utilizada até aqui para a relação causal presente na arbitrariedade deve ser também estendida, por extensão, à sincronia. Já a diacronia traz o conforto, em comparação com a sincronia, por estar lidando com um material concreto, em que as transformações da língua são claramente percebidas e descritas. A sincronia inova por propor uma noção que traz algo fantástico em seu conceito, porém choca-se com o real da causa acidental, ou seja, o

desafio de sustentar a falta de uma explicação causal para as relações sincrônicas de um dado sistema lingüístico; em outras palavras, trata-se de sustentar o impossível de escrever esse real dentro de princípios positivistas ou mesmo de uma cadeia simbólica qualquer. Bem sabemos, o real é o inatingível:

O real não se situa entre os objetos do mundo, entendidos estes como objetos possíveis do desejo, mas como o impossível, como o que falta ao encontro marcado, e em cujo vazio toma lugar o significante. (GARCIA-ROZA, 1986, p.43).

3.4 Por fim ... o valor é marcado pelo real.

A Lingüística estática traz em seu bojo a questão da simultaneidade que remete o sistema lingüístico para um campo relacional impossível de ser pensado na Lingüística Diacrônica. Trata-se de entender a língua como uma relação de termos que coexistem dentro de um mesmo sistema, em que essas relações se estabelecem pela oposição e pura diferença que constituem o valor que cada termo assume a partir da relação que se estabelece. Desta forma, temos um jogo em que o valor de um signo, por exemplo, não está atrelado ao seu aspecto material ou a alguma outra característica que lhe seja própria, mas sim lhe é atribuída pela relação que estabelece com os demais signos da língua. Da mesma forma, a identidade de um signo não é positiva, é relativa por estar dependendo da relação de oposição e diferença face aos demais signos.

Na língua, não há nada de positivo, não há nenhuma característica que seja inerente a seus termos, ou seja, tudo se passa pela negatividade: a identidade e o valor não são positivos, se dão por aquilo que os outros não são; ou seja, são negativos, atribuídos pela diferença na relação. Essas relações são definitivamente de ordem arbitrária, o que faz Saussure (1983, p.137) dizer: “Arbitrário e diferencial são duas qualidades correlativas.”

A articulação entre o conceito de valor e o de real se passa de forma clara quando pensamos que todo o intuito saussuriano foi baseado em condições positivistas, e dotado de intenções científicas que não deixam espaço para questões relativas, arbitrárias e diferenciais. Mas por ironia do destino, nosso autor se vê atado a articulações que passam longe de um ideal positivista capaz de lançar postulados epistemológicos que garantiriam a

base acadêmica para o desenvolvimento da ciência Lingüística; diferentemente, Saussure encontra-se cercado por um emaranhado de conceitos que o levam a uma outra epistemologia, que, por sua vez, remonta a uma metafísica, a uma explicação cuja as bases não são científicas, pois trata-se de uma aproximar-se do conceito de real no que tange a falta de uma explicação racional às questões relacionais, arbitrárias e diferenciais, o vazio e o nada.

Para Saussure, arbitrário e diferencial são categorias correlativas, referem-se a uma completa ausência de ordem nas relações opositivas. Que termos são envolvidos? Em que consiste a diferença se não como incidência de uma causalidade real? A oposição e a diferença são qualidades que somente podem ser entendidas dentro de uma não ordem, pois não são previsíveis. Não sabemos explicar o motivo da relação entre os termos x e y , e não x e z , por exemplo. Sabemos algo dessa qualidade relativa somente *a posteriori*; somente depois do ocorrido é que podemos dar alguma explicação sobre o que ocorreu e não sobre o por que de ter ocorrido daquela e não de outra forma. Não há aí nenhuma ordem, nenhuma regulamentação, nenhuma previsão, tudo está entregue ao não sentido, aquilo que não é escrito na cadeia simbólica, a uma causalidade que necessariamente porta a marca do real. Ora, essas características têm aparência com as do real, pois o real também é imprevisível, sem ordem, sem regulamentação, não é positivo, se expressa pela negatividade. Desta forma, o real deixa sua marca no sistema lingüístico.

O leitor poderia se perguntar: O que há de real aí? A característica do sistema lingüístico, esta relacional por assim dizer, não é a expressão máxima de uma ordem simbólica? É evidente que sim, mas é necessário retomarmos o que foi dito no capítulo anterior sobre a configuração dos laços no nó borromeano, em que há um enlace entre os registros real, simbólico e imaginário, próprio do nó; ou seja, os registros não estão completamente separados um do outro; aqui é o real incidindo na ordem simbólica, é o real despontando na cadeia simbólica ou, nesse caso, no sistema lingüístico. O que parecia ser um registro quase que exclusivamente simbólico (a língua) mostra-nos sua face real, assim como o fez para Saussure, o que por ora estamos tentando explicitar.

Nas palavras de Saussure (1983, p.141): “[...] a língua é uma forma e não uma substância.” Entender a língua como substância seria equivalente a dar-lhe um aspecto material que representasse o todo de sua dimensão, seria equivalente a dar-lhe concretude,

dar-lhe uma essência, dar-lhe uma configuração própria e elementar. Já entendê-la como forma é equivalente a entendê-la como mutável, como relativa, como algo que não é rígido, um espaço sincrônico propício às relações de diferença; é sobretudo entender que a materialidade da língua e a possível positividade do signo não constituem a característica fundamental da língua; ao contrário, seu caráter material e positivo está subordinado à mutação oriunda da imaterialidade da sua qualidade arbitrária e diferencial.

Arbitrário e diferencial entendidos como duas qualidades correlativas nos fazem pensar sobre a dimensão real aí posta. O real, como já expomos, apresenta, em larga medida, relações com a arbitrariedade, entendida tanto na contraparte do signo, como na contraparte dos termos de um sistema; pois a arbitrariedade é marca de um real que não se escreve. Da mesma forma, podemos pensar o caráter diferencial; pois o diferencial é o que possibilita a arbitrariedade, esta se dá sempre pelas diferenças, pela negação, pela oposição; de forma que é impossível, para nosso estudo, pensarmos as categorias arbitrário e diferencial sem levarmos em conta a relação que mantêm com o real. O real é a diferença, é o negativo, que engendra a castração, a falta que é característica fundamental no buraco, no vazio deixado pelo encontro com a *tyche*. A causalidade, envolvendo arbitrariedade e diferença, porta o real como característica fundamental, ou seja, a falta sempre se presentifica. A arbitrariedade é a marca de uma diferença real. Embora a diferença tenha uma característica relativa, seu estatuto é real; remonta logicamente à primeira diferença constituída entre os seres vivos, que é a diferença entre os sexos, e por mais que Aristófanês³, como já vimos, aponte para uma androginia anterior ao estado atual, sabemos que o mito por ele descrito é uma tentativa de reparar a diferença sexual, que é o vestígio da castração, uma tentativa portanto, de reparar a própria castração⁴. A diferença sexual, assim como a da língua, é real.

A língua, entendida como um amálgama de relações que se estabelecem como que ao acaso, não deve ser considerada como um simples acaso. Nossa proposta tende a levá-la para uma dimensão que toma a causalidade não somente como o simples acaso, mas que põe em cena uma causalidade que é entregue à fortuna, cujo guia mestre é de uma ordem

³ Refere-se ao discurso de Aristófanês pronunciado no *Banquete* de Platão (2001). Ver nota de rodapé no capítulo anterior.

⁴ Se por um lado esse discurso tenta reparar a diferença entre os sexos, por outro mostra o corte (a castração) que operou sobre os andróginos.

real, ordem essa que resiste a qualquer simbolização que tente apreender algo do real. Desse modo, coube-nos mostrar, em primeiro lugar, o real que está aí presente; em segundo, as diversas posições tomadas por Saussure frente ao real; em terceiro, as impossibilidades que o real provoca, que vão desde o conceito de arbitrariedade, por exemplo, até a nossa dificuldade em tentar expor algo sobre o real; e em quarto lugar, a possibilidade de outro entendimento do CLG, pois, a partir da contribuição lacaniana do conceito de real, podemos ter outras leituras do CLG e compreender, talvez, um pouco mais e de outra forma a riqueza do dizer saussuriano.

Entre tantas impossibilidades que o real causa, parece despontar ao menos uma possibilidade. Trata-se de tentar apresentar essa outra leitura do CLG, via real lacaniano, em que a noção de origem é alargada em seus limites, abarcando desde a questão da causalidade, ponto que consideramos chave no ensinamento saussuriano, passando pela arbitrariedade, signo, valor, oposição, diferença até a mutabilidade própria da língua. A ampliação do conceito de origem deve-se, quase que exclusivamente, ao fato de as menções que Saussure faz sobre a origem da linguagem serem no sentido de uma origem diacrônica, em que estariam em jogo tempo e história, as quais Saussure descarta alegando que não elucidam o problema proposto sobre a definição de um objeto lingüístico. Sem dúvida alguma, o mestre genebrino está coberto de razão, mas o que ele parece não perceber é que ele está lançando a sincronia dentro do sistema lingüístico, e a origem toma outra configuração, diferente da histórica e evolutiva, pois a origem torna-se questão presente em todos os temas por ele propostos. Em alguns momentos, o conceito de origem se alarga até abranger o conceito de causalidade, e este último nos dá, mais claramente, pistas a respeito de que origem estamos tratando. A origem, então, se faz pela causalidade presente em cada movimento da língua e se faz presente nas mutações que ela sofre, por exemplo. A origem está fortemente presente no conceito de arbitrariedade: O que faz com que tal idéia una-se a tal porção acústica? A origem se faz presente no ponto de vista que cria o objeto, no fato da língua ser um todo por si, na “natureza” da língua – se é de ordem natural ou social, fruto de convenções sociais ou pura arbitrariedade, e também no próprio conceito de valor. Sendo assim, a origem não tem nada haver com a origem primordial, em que o macaco começou a constituir os primeiros símbolos e signos, tal como aquele chiste que conta sobre o macaco-filho que disse para o macaco-pai “Bom dia!”, e este ficou quieto porque

não sabia falar. Não é nada disso que trata o CLG, essa origem é mítica. No CLG, a origem pode ser nomeada como causalidade que aponta para uma dimensão real.

O conceito de real é o instrumento com o qual estamos operando outra leitura de Saussure, a saber, a que sustenta a possibilidade de o tema da origem abarcar diversos outros temas. O real, que faltava a Saussure, por este não conhecer aquele, é o que possibilita atualmente entender a origem noutra sentido. O fato é que nós, hoje em dia, podemos operar esse tipo de leitura, através do real, e verificar as contribuições que este conceito trouxe para o CLG e para Saussure, além de entender o movimento feito por Saussure frente ao real. Torna-se compreensível porque conceitos tão nebulosos, como por exemplo, o de arbitrariedade, podem ser lido no viés da causalidade, que remete-nos ao conceito de *tyche* em Aristóteles. Ora, trata-se de um acaso que está situado no espaço real, no espaço de uma causalidade não explicável, que resiste a significação, e é comparável ao exemplo citado no capítulo anterior, em que uma jovem senhora busca incessantemente explicações para o fato de ter perdido seus pais e seu noivo em acidentes de trânsito, em situações diferentes. Assim como não há uma explicação cabível para o motivo desse destino funebre, não há explicação para o que faz com que um significado se una ao significante *x* e não ao *y*.

Saussure dá definições sobre a língua que se aproximam muito das colocações feitas por Lacan a respeito do real, como por exemplo, a idéia do “todo por si”. Ora, bem sabemos que as aproximações entre língua e real requerem muita perspicácia e, se por um lado, trazem possibilidades de novas leituras e articulações, por outro, parecem a todo momento implicar os limites tanto epistemológicos como práticos dos campos de saber aos quais pertencem.

Por fim, há algo na língua saussuriana, principalmente no que tange os seus percursos e movimentos, que podem ser entendidos como pontas de um real. Nessa compreensão, é necessário ter ciência da abrangência desse termo e em que sentido nós o estamos utilizando. É necessário um discernimento acerca da possibilidade da Outra forma saussuriana, que é marcada radicalmente pelo real; pela impossibilidade que o real causa na sua articulação com a língua, por um lado, e pela possibilidade que nos é proporcionada, por ter esse tipo de entendimento, por outro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não queremos nos alongar por muito mais tempo. Consideramos que, neste momento, o importante é salientar a idéia principal deste trabalho. O que tentamos desenvolver ao longo do texto foi uma outra leitura do CLG, apresentando-o em suas contradições e oposições, que, além de exprimirem a riqueza do pensamento saussuriano, ilustram a genialidade do mestre genebrino.

As contradições e oposições do CLG levam-nos impreterivelmente a operar uma leitura permeada pelo conceito de real em Psicanálise, que proporciona um entendimento do CLG, sobretudo em relação ao conceito de origem e causalidade da língua, capaz de arrastá-lo ao seu próprio limite – o ponto em que o CLG depara-se com o abismo, com a impossibilidade de transpor aquilo que é o encontro faltoso, lá onde o significante não dá conta de abarcar o que é do real. O CLG encontra-se com o inefável no momento em que sua exposição não contempla o aspecto real presente no conceito de língua, assim como sua explicação causal não resolve toda a problemática da causalidade presente nos conceitos de arbitrariedade, origem, sincronia, mutabilidade e valor.

A cada passo o CLG acirra seu dilema, o que nos faz tecer articulações entre o real – esse conceito desenvolvido por Jacques Lacan no seio da Psicanálise – e a causalidade presente no conceito de língua; articulações estas que provocam, de forma um tanto quanto forçada, um certo agravamento das idéias de Saussure capaz de tornar aquilo que seria o baluarte da ciência Lingüística num texto com qualidade quase que anagramática, num texto que alicerça sua ciência no campo extremamente movediço da metafísica.

Em últimas palavras, esta dissertação é um reconhecimento de Saussure — outrora criticado e pervertido por alguns psicanalistas — pela sua contribuição não somente para a Lingüística, mas também para a Psicanálise. Ferdinand não foi somente o homem que possibilitou as bases do estruturalismo, mas também foi aquele que teve a coragem e a audácia de propor uma outra forma do fazer lingüístico. Foi quem proporcionou contribuições que vão desde a Semiologia à Psicanálise, passando pela Antropologia, Psicologia, Literatura, Lógica, Filosofia, Sociologia; enfim, um homem que deixa derradeiramente sua assinatura no campo epistêmico. E se, por muitas vezes, a Psicanálise utilizou-se de seus conceitos, transformando-os em outras coisas e deixando-os de lado

quando não lhes eram mais convenientes, chegou o momento, e este ponto talvez seja a possibilidade deste trabalho, de fazer o movimento inverso; a possibilidade, por exemplo, de operar uma leitura do CLG via o conceito de real, e dar uma modesta contribuição da Psicanálise para a Lingüística; ou ainda, fazer com que o texto saussuriano adquira uma Outra forma de leitura, possibilitada pela pluralidade de seus entendimentos e pela magnitude de suas idéias, características que lhe são intrínsecas. É preciso definitivamente colocar Saussure no lugar que lhe é seu, ocupando a cadeira ao lado dos grandes pensadores da cultura, os verdadeiros mestres do saber.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOUQUET, Simon. **Introdução à leitura de Saussure**. São Paulo: Cultrix, 1997.
- DERRIDA, Jacques. **A Escritura e a diferença**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- DOR, Joël. **Introdução à leitura de Lacan**. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- FREUD, Sigmund. **O Inconsciente** (1915). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. **Os chistes e sua relação com o inconsciente** (1905). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. VIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. **Recordar, repetir e elaborar: Novas recomendações sobre a técnica da Psicanálise II** (1914). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. **Observações sobre o amor transferencial: Novas recomendações sobre a técnica da Psicanálise III** (1914). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. **O estranho** (1919). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. XVII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. **Psicopatologia da vida cotidiana** (1901). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. VI. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- _____. **Além do princípio do prazer** (1920). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. **Pulsão e Repetição em Psicanálise: uma introdução à teoria das pulsões**. 6ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
- GODEL, Robert. **Les sources manuscrites du Cours de Linguistique Générale de F. de Saussure**. 2. ed. Genève: Libraire Droz, 1969.
- GRANON-LAFONT, Jeanne. **A topologia de Jacques Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- HARARI, Roberto. **Uma introdução aos quatro conceitos fundamentais de Lacan**. Campinas: Papyrus, 1990.

LACAN, Jacques. A significação do falo. In: _____. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

_____. **O seminário 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

_____. **O seminário 2: O eu na teoria de Freud e na técnica da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

_____. **O seminário 7: A Ética da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

_____. **A Angústia: Seminário 1962-1963**. Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife (publicação não comercial, exclusiva para membros), 2002.

_____. **O seminário 21: Los incautos no yerran. (Los nombres del padre) (1974)**. Edição eletrônica das obras completas de Jacques Lacan. Buenos Aires: RD Ediciones Electrónicas, 2000. CD-ROM.

_____. **O seminário 20: Aun (1973)**. Edição eletrônica das obras completas de Jacques Lacan. Buenos Aires: RD Ediciones Electrónicas, 2000. CD-ROM.

_____. **O seminário 23: El Sinthoma (1976)**. Edição eletrônica das obras completas de Jacques Lacan. Buenos Aires: RD Ediciones Electrónicas, 2000. CD-ROM.

LOPES DA SILVA, Fábio Luiz. A arbitrariedade que não se encontra. **Letras**, Curitiba, n.56, p.291-300. Jul.dez.2001. Editora da UFPR.

NORMAND, Claudine. **Saussure**. Paris: Les Belles Lettres, 2000.

PLATÃO, **Banquete**. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2001.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLONN, Michel. **Dicionário de Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. São Paulo: Cultrix, 1983.

STAROBINSKY, Jean. **As palavras sob as palavras: os anagramas de Ferdinand Saussure**. São Paulo: Perspectivas, 1974.